

Adriane Piedade Carneiro

**Evasão nos Cursos Técnicos
Concomitantes: um estudo de caso
no Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Triângulo Mineiro –
*Campus Patos de Minas.***

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Outubro

20**17**

Adriane Piedade Carneiro

**Evasão nos Cursos Técnicos
Concomitantes: um estudo de caso no
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus*
Patos de Minas.**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de: MESTRE em Administração das
Organizações Educativas

Orientação

Professora Doutora Sónia Múrias Mira Coelho

Outubro

2017

EPÍGRAFE

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.

Cora Coralina, 2017.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antônio e Maria, pelo apoio e incentivo. Dedico ainda ao meu avô, José Camargo, que nos deixou durante a minha primeira viagem a Portugal, em razão do mestrado, sendo impossível a nossa despedida. Fica a eterna saudade e a gratidão por ter vivido ao seu lado e compartilhado de sua alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me guia em todos os caminhos, impulsionando-me a seguir em frente.

A minha família, especialmente meu esposo, presença constante ao meu lado, me apoiando e encorajando a superar as dificuldades em busca da concretização do mestrado, me proporcionando realização pessoal e profissional.

Ao Magnífico Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Prof. Dr. Roberto Gil Rodrigues Almeida, que possibilitou essa parceria entre o IFTM e o Instituto Politécnico do Porto, e assim, a realização da Pós-graduação.

A todos os professores do curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração de Organizações Educativas, especialmente, a Prof^a Sônia Múrias Mira Coelho, minha orientadora, por me acompanhar e direcionar o caminho para realização do estudo. A distância foi amenizada pelo incentivo, atenção e dedicação a mim direcionadas.

Agradeço ainda, aos membros da Comissão Interna de Acompanhamento da Evasão no IFTM - Patos de Minas pelas contribuições na elaboração da proposta do Plano de Ação.

RESUMO

A evasão é um fenômeno complexo presente em todos os níveis de ensino brasileiro interferindo negativamente no processo educacional brasileiro, levando o governo em todas as suas autarquias, as escolas e as famílias a buscarem formas de intervenção e contenção dos índices atuais. A evasão é constatada quando o aluno interrompe definitivamente os estudos ou nem chega a matricular-se numa escola. Já o abandono escolar caracteriza-se pelo fato do aluno deixar de frequentar a escola retornando no ano seguinte. Tanto a evasão quanto o abandono conduzem ao insucesso escolar. O estudo teve como objetivo principal identificar as causas da evasão nos cursos Técnicos Concomitantes em Eletrotécnica, Logística e Mineração ofertados pelo IFTM-Patos de Minas. O estudo foi realizado em nove turmas dos referidos cursos, ofertadas de 2013/2 a 2015/1 e com os docentes da instituição. Adotou-se a metodologia qualitativa do tipo estudo de caso e a coleta dos dados se deu por meio da técnica de aplicação de questionários *online*. Os índices de evasão verificados são elevados e indicam a necessidade da aplicação de medidas para reduzi-los. As principais causas da evasão estão relacionadas, primeiramente, a questões pessoais e vocacionais, fatores didático-pedagógicos e por fim, fatores estruturais e administrativos da escola, indicando que as mesmas se relacionam com as variáveis apontadas pelos autores cujos estudos foram tomados como base para a realização desta pesquisa. As respostas embasaram a elaboração do Plano de Ação que visa prevenir a ocorrência da evasão e elevar a permanência dos alunos nos cursos até a conclusão dos mesmos.

Palavras-chave: Evasão, Intervenção, Abandono Escolar, Insucesso Escolar.

ABSTRACT

School dropout is a complex phenomenon that takes place at all levels of the Brazilian education system and interferes with the whole educational process, causing both the local government authorities, families and schools to seek intervention strategies so as to minimize its current rate. Dropping out occurs when students stop attending school or fail to enroll. School abandonment, on the other hand, occurs when students stop going to school in a given year but return the following year. Both school dropout and school abandonment lead to students' underperformance. The main goal of the present study is to identify the reasons for students to drop out of the concomitant technical courses in Electrical Technology, Logistics, and Mining, both offered by IFTM, in Patos de Minas. The study was carried out with nine classes, which took the aforementioned courses from the second semester 2013 to the first semester 2015, as well as with the school's faculty. The case study qualitative methodology was adopted for this research, and the data collection was carried out by means of *online* questionnaires. As it was verified, the dropout rates are high, which indicates the urgent need for reduction measures. The major reasons for school dropout were found to be associated with personal and vocational issues, teaching and pedagogical factors, as well as with the school's structural and administrative reality, thus stressing that the primary causes for students dropping out are related to the very same variables pointed out by the authors whose studies constitute the theoretical framework of the present research. The answers obtained constituted the basis for the development of the Action Plan, whose aim is to prevent school dropout and to ensure that the students finish their courses.

Key Words: School Dropout, Intervention, School Abandonment, Underperformance

SIGLAS E ABREVIATURAS:

CBO: Classificação Brasileira de Ocupações
CEE: Conselho Estadual de Educação
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CENID: Centro de Idiomas
CF: Constituição Federal
CME: Conselho Municipal de Educação
CNCT: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE: Conselho Nacional de Educação
CRCA: Coordenação de Registro e Controle Acadêmico
DRE: Delegacia Regional de Educação
EAD: Educação à Distância
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA: Educação para Jovens e Adultos
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM-Patos de Minas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Patos de Minas.
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBD: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação e Cultura
PPCS: Projetos Pedagógicos dos Cursos
PNE: Plano Nacional de Educação
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROUNI: Programa Universidade para todos
ROD: Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IFTM
SEE: Secretaria Estadual de Educação
SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU: Sistema de Seleção Unificada
SISTEC: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SME: Secretaria municipal de Educação
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A EVASÃO COMO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	9
1-Formulação do problema	9
2-Relevância e Pertinência do Tema	9
3-Justificativa para definição da problemática	10
4. Objetivo Geral	13
4.1 Objetivos Específicos	14
CAPÍTULO 2- A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	15
2.1 Breve Histórico da Educação Profissional Brasileira	18
2.2 Criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – <i>Campus</i> Patos de Minas	28
2.3 Cursos Técnicos Concomitantes ofertados pelo IFTM – Patos de Minas de 2013/2 a 2015/1	30
CAPÍTULO 3- ENQUADRAMENTO LEGAL E ANÁLISE DO CONCEITO DE EVASÃO	35
3.1- A Evasão no Contexto Geral	35
3.2 A Gestão Escolar participativa como ferramenta de intervenção na evasão - O contributo dos professores	42
3.3 O Papel da Família na construção de um modelo de gestão participativo e democrático	53
4 - JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS	59
4.1 Público Alvo da Pesquisa	62
4.2 Técnicas e Instrumentos Utilizados para a Coleta de Dados	63

5- DADOS SOBRE EVASÃO ESCOLAR NOS DIFERENTES CURSOS	69
5.1 Análise Estatística	70
5.1.2 Eletrotécnica	70
5.1.3 Logística	75
5.1.4 Mineração	80
6- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	89
6.1 Análise de Conteúdo das respostas dos alunos evadidos obtidas com as pesquisas de 2015 e 2016	89
6.2 Análise de Conteúdo das respostas dos docentes ao questionário aplicado em 2016	101
7- PROPOSTA DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO NA PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR	113
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES	145

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 01: Expansão da Rede Federal de Ensino até 2010	22
Figura 02: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades	23
Figura 03: Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	23
Figura 04: Mapa de localização da cidade de Patos de Minas	29

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 01: Índices de Evasão nas quatro turmas do curso de Eletrotécnica obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016	74
Gráfico 02: Índices de Evasão nas quatro turmas do curso de Logística obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016	79
Gráfico 03: Índices de Evasão na turma do curso de Mineração obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016	82
Gráfico 04: Índice total da Evasão nos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016	83
Gráfico 05: Número de ingressantes e formandos nas nove turmas dos cursos concomitantes de Eletrotécnica, Logística e Mineração	85
Gráfico 06: Evolução dos níveis de evasão nos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração entre os anos de 2013 e 2015	86
Gráfico 07: Percentuais totais de alunos que responderam aos questionários aplicados em 2015 e em 2016	91
Gráfico 08: Percentual de alunos que receberam bolsa acadêmica ou auxílio Estudantil	92
Gráfico 09: Percentual de alunos que participaram da monitoria	93
Gráfico 10: Respostas à questão 04 do questionário aplicado aos professores em 2016	102

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 01: Cursos Ofertados, Ano/Semestre da Oferta, Número de vagas, Matrículas efetivadas, Duração, Modalidade e Turno de Oferta dos Cursos de 2013/2 a 2016/1.....	12
Quadro 02: Organização do Sistema Educacional Brasileiro	16
Quadro 03: Modalidades do Sistema Educacional Brasileiro	17
Quadro 04: Apresentação das nove turmas em que a pesquisa foi aplicada...	30
Quadro 05: Descrição dos Cursos quanto aos seus eixos tecnológicos, carga horária mínima exigida, carga horária dos cursos do IFTM-Patos de Minas, prazos mínimos e máximos de integralização dos cursos..	31
Quadro 06: Dados da Turma 01- Eletrotécnica Vespertino: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	71
Quadro 07: Dados da Turma 02- Eletrotécnica Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	72
Quadro 08: Dados da Turma 03- Eletrotécnica Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	73
Quadro 09: Dados da Turma 04- Eletrotécnica Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	72
Quadro 10: Dados da Turma 01- Logística Vespertino: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	76
Quadro 11: Dados da Turma 02- Logística Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	77
Quadro 12: Dados da Turma 03- Logística Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	78
Quadro 13: Dados da Turma 04- Logística Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	77
Quadro 14: Dados da Turma 01- Mineração Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão.....	81
Quadro 15: Análise das respostas às questões 10 e 03 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016.....	94
Quadro 16: Análise das respostas às questões 11 e 04 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016.....	95

Quadro 17: Análise das respostas às questões 12 e 05 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016	97
Quadro 18: Análise das respostas às questões 13 e 06 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016	98
Quadro 19: Categorias de análise das respostas à questão 07 do questionário aplicado aos evadidos em 2016.....	99
Quadro 20: Categorias de análise das respostas à questão 05 do questionário aplicado aos docentes em 2016	103
Quadro 21: Categorias de análise das respostas à questão 06 do questionário aplicado aos docentes em 2016	104
Quadro 22: Categorias de análise das respostas à questão 07 do questionário aplicado aos docentes em 2016	105
Quadro 23: Proposta do Plano de Ação para realização no IFTM- Patos de Minas	116

INTRODUÇÃO

As escolas definidas como Instituições Educativas possuem um papel fundamental na construção do processo ensino-aprendizagem e da formação dos alunos, pois são responsáveis pela organização do percurso formativo que os discentes devem seguir, de acordo com suas idades e séries. A educação que antes era destinada a uma minoria da sociedade, àqueles que possuíam um padrão econômico mais elevado, através da democratização do acesso ao ensino, permitiu o mesmo a pessoas que pertencem às classes sociais menos favorecidas.

Essa democratização de acesso também chamada de *massificação do ensino*, promovida por sua obrigatoriedade no ensino básico, proporcionou o ingresso de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Em alguns casos, os discentes demonstram desinteresse em aprender e autoestima baixa por se sentirem menos capazes de assimilar os aprendizados. Situação esta que pode levar os alunos que vivem esta realidade a se sentirem desmotivados e evadirem da escola. A explicação para esse comportamento pode estar relacionada com o meio em que vivem, com o comportamento dos pais e familiares que na maioria das vezes não estudaram e veem o papel da escola por um ângulo mais assistencial.

Frente a esta realidade, a escola e os seus atores escolares têm uma tarefa difícil e complexa a desempenhar. Cabe à escola promover o ensino de qualidade, identificando e buscando sanar as dificuldades e atrasos na aprendizagem apresentados por alguns alunos. Essa atenção que a escola deve oferecer pode despertar o desejo de aprender nos alunos e fazer com que os mesmos não abandonem a escola. A ampliação da quantidade de

vagas para o acesso ao ensino nem sempre está associada à qualidade do mesmo, sua ineficiência é demonstrada por situações de reprovação, retenção, evasão e a distorção entre idade e série.

A retenção no caso dos cursos técnicos concomitantes ocorre quando os alunos têm que cursar novamente uma ou mais disciplinas em que foram reprovados e ainda, por não terem realizado o estágio obrigatório no prazo regular do curso. A retenção é um dos fatores que pode levar à evasão.

A evasão pode ocorrer em variadas situações sendo constatada quando o aluno abandona a escola ou nem chega a se matricular nela. A evasão se tornou um desafio para o governo e para a gestão das escolas que juntos, buscam compreender as razões que conduzem a este fenômeno e que podem direcionar as ações para sua redução.

Essa compreensão tem o propósito de promover uma reflexão sobre o que pode ser feito para diminuir o número de alunos que ingressam nas escolas e evadem sem concluir os níveis de ensino, as séries pertencentes a estes ou cursos técnicos profissionais. Quanto maior o tempo em que o aluno fica fora da escola menor é a probabilidade de seu retorno, e o principal motivo se deve a diferença entre a sua idade e a série que ele deveria estar cursando se não tivesse abandonado a escola. Esse fato ocorre principalmente na educação básica.

A problemática da evasão escolar é recorrente em todos os níveis e modalidades de ensino. A proporção da evasão no ensino brasileiro, principalmente no ensino médio e no ensino superior, é alarmante e se tornou um desafio para todas as autarquias do governo, uma vez que recursos são investidos em todos os níveis da educação e o *retorno*, os resultados esperados, não atingem os índices ideais de conclusão.

A evasão escolar também presente na educação profissional técnica parece não estar relacionada somente a fatores ligados aos alunos, suas famílias e o ambiente social em que vivem. A mesma pode ser influenciada por fatores e situações que ocorrem no ambiente escolar. As escolas brasileiras buscam, por meio de seus gestores e da comunidade escolar, se reestruturarem no sentido administrativo, pedagógico, didático e até físico para receber e proporcionar a aprendizagem para os alunos vindos de diversas realidades e que apresentam dificuldades na aprendizagem.

Diante de tamanha responsabilidade dos gestores escolares e dos inúmeros desafios para melhorar a qualidade do ensino e promover a permanência dos alunos na escola, fica evidente a necessidade desses profissionais desenvolverem competências relacionadas à gestão dos espaços educativos. Esse desenvolvimento pode ocorrer por meio de cursos de formação nos quais esses profissionais desenvolvem conhecimentos e habilidades, além de conhecerem a dimensão de suas atribuições no âmbito escolar.

A qualidade da educação está diretamente ligada a capacidade que os gestores têm de promover, direcionar e supervisionar os processos desenvolvidos nas escolas promovendo o desenvolvimento da aprendizagem, a integração, a inclusão e a elaboração ou aprimoramento de instrumentos para enfrentar os desafios que se apresentam diariamente nesses espaços.

De acordo com Lück (2009) é preciso definir as competências que os gestores devem adquirir ou aprimorar, com o propósito de estabelecer parâmetros orientativos para o exercício do trabalho, bem como os estudos e a preparação para execução do mesmo. A autora descreve a competência relacionada à função ou profissão como um conjunto de padrões mínimos necessários para o bom desempenho das atividades e o compromisso com as

responsabilidades que são inerentes a determinada atividade profissional. Já a competência relacionada ao profissional que exerce a função ou ocupa o cargo, constitui na capacidade de executar, coordenar e direcionar ações específicas visando alcançar os resultados pretendidos. Conjuntamente aos gestores, os demais atores escolares atuam e exercem funções que interferem diretamente na qualidade do desenvolvimento escolar.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo principal identificar as causas da evasão nos cursos Técnicos Concomitantes em Eletrotécnica, Logística e Mineração ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, *Campus* Patos de Minas, entre os anos de 2013 e 2015, para o planejamento e execução de ações que possam minimizar a ocorrência da evasão.

Com base nas razões identificadas foi elaborado, juntamente a uma comissão local, um Plano de Ação para ser executado no IFTM - Patos de Minas, visando proporcionar maior apoio aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e melhorias no processo ensino-aprendizagem. Espera-se que essas ações sejam realizadas com a participação da comunidade escolar e que as mesmas possam repercutir na minimização das taxas de evasão escolar nos cursos concomitantes oferecidos na Instituição.

As ocorrências de evasão foram constatadas desde 2013, ano de criação do *campus*, e da oferta das quatro primeiras turmas dos cursos Técnicos Concomitantes em Eletrotécnica e Logística. Os dois cursos ofertaram 120 vagas distribuídas em quatro turmas, sendo duas turmas de cada curso, com 30 vagas em cada, disponibilizadas nos períodos vespertino e noturno. Em 2014 foram abertas mais duas turmas de cada curso, com o mesmo quantitativo de vagas, porém somente no período noturno. Em 2015 o curso Técnico Concomitante em Mineração foi ofertado pela primeira vez,

com a disponibilidade de 30 vagas, no período noturno. Não tardou a ocorrência de evasões nos referidos cursos.

As evasões constatadas preocupam os gestores, professores e técnicos administrativos indicando uma urgente necessidade de conhecer as razões que levam a essa situação. O conhecimento das motivações pode nortear ações que poderão interferir e minimizar a ocorrência da evasão nos cursos concomitantes. O *campus* é considerado novo tendo completado três anos de existência em 2016 e ainda não atingiu um número considerado ideal de formandos, tendo em vista as turmas ofertadas e o tempo regular para integralização dos cursos. Esse resultado se deve principalmente a retenção e a evasão elevadas nos cursos já citados.

A revisão da literatura deste estudo possibilitou conhecer o histórico da educação profissional, desde suas primeiras manifestações até os dias atuais e constatar que a evasão já ocorria desde a época que ensino profissional foi criado. Permiteu ainda fundamentar teoricamente a evasão, definida como tema deste estudo. Ficou evidente a importante e crescente participação das famílias nas ações desenvolvidas na escola que, por meio de uma gestão democrática, possibilita que as mesmas intervenham no processo ensino-aprendizagem aumentando a perspectiva do sucesso escolar. A participação da família nas rotinas escolares dos cursos técnicos concomitantes ocorre de forma menos acentuada uma vez que, a maioria dos alunos são maiores de idade.

Foram imprescindíveis as contribuições dos autores Dore e Lüscher (2011), Libânio (2012), Reinert e Gonçalves (2010), Mandalóz *et al* (2012) dentre outros estudiosos do assunto que desenvolveram estudos relevantes sobre a evasão escolar e muito contribuíram para elucidar e enriquecer a discussão sobre esse tema. Segundo os referidos autores, a evasão pode

ocorrer por influência de um conjunto de fatores que se relacionam tanto aos estudantes e as suas famílias, quanto às escolas e as comunidades em que vivem. A evasão escolar é um fenômeno complexo que ocorre em todos os níveis de ensino e que conduz ao insucesso escolar. A pesquisa efetuada buscou conhecer os possíveis fatores que induzem a evasão e as relações dos mesmos com os seus principais agentes: os próprios alunos, os familiares e a escola.

Para realização da pesquisa adotou-se a metodologia qualitativa do tipo estudo de caso e a coleta dos dados se deu por meio da técnica de aplicação de questionários *online* aos alunos evadidos e aos professores do IFTM- Patos de Minas. A pesquisa buscou levantar o quantitativo de evadidos em cada curso e os índices de evasão dos mesmos, e ainda os dados qualitativos referentes às motivações, razões e fatores que conduziram os alunos a abandonar os cursos, e o posicionamento dos docentes do Instituto sobre a evasão.

Foi realizada ainda a pesquisa documental nas planilhas fornecidas pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC em 2014, 2015 e em 2016, nas pastas de alguns alunos, no livro de registro de formandos e em alguns relatórios emitidos pelas coordenações dos cursos, permitindo obter e confirmar algumas informações importantes para melhor compreensão da situação apresentada pelos alunos evadidos.

O trabalho desenvolvido foi estruturado em três capítulos. No primeiro foi realizada uma apresentação inicial da evasão, como problema de investigação, a relevância de se estudar e compreender este fenômeno, suas possíveis causas e consequências. Este capítulo contém ainda a justificativa de compreender as razões da evasão que tem ocorrido nos cursos técnicos concomitantes ofertados no IFTM – Patos de Minas e os objetivos gerais e

específicos da pesquisa que envolveu nove turmas dos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração ofertadas desde 2013 até 2015.

Já, no segundo capítulo, foi demonstrada a estrutura organizacional da educação brasileira com o objetivo de destacar a modalidade Educação Profissional que abrange os cursos técnicos concomitantes participantes da pesquisa. Foi apresentado ainda um breve histórico da educação profissional, desde sua origem no período colonial, relatando os principais fatos e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua expansão pelos estados e municípios brasileiros, até a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro na cidade de Patos de Minas, os cursos nele ofertados e a evasão que ocorre nos mesmos, e que é tema desta pesquisa.

O terceiro capítulo abordou a evasão no contexto geral e na educação profissional, demonstrando a importância da participação dos professores, das famílias e demais atores escolares na promoção da gestão escolar participativa. Alguns autores apontam que a evasão se apresenta como um problema multifatorial e que a responsabilização pelo insucesso escolar não deve ser atribuída somente aos alunos. As famílias, as escolas, o ambiente social e o próprio aluno tem participação nesse processo.

Estudos sinalizam que a ação conjunta da escola, dos professores e das famílias pode ser determinante para a promoção ou não do insucesso escolar. No trabalho de acompanhamento e assessoramento do aluno destaca-se o professor que desempenha um papel de mediador da aprendizagem e busca apoio na gestão escolar e nas famílias, para juntos, intervir na problemática da evasão que afeta negativamente o ensino brasileiro.

Após identificar as possíveis razões que motivaram os alunos a abandonarem os cursos técnicos concomitantes em Eletrotécnica, Logística e

Mineração foi elaborado um Plano de Ação para ser desenvolvido no IFTM-Patos de Minas, visando uma intervenção para que a evasão não ocorra ou que pelo menos, tenha seus índices minimizados. Ao final do estudo apresentam-se as considerações finais sobre a evasão, tema deste estudo.

CAPÍTULO 1 – A EVASÃO COMO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

1-FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Quais as causas da Evasão Escolar nos Cursos Técnicos Concomitantes de Nível Médio, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM - Patos de Minas?

Dentre os desafios a serem superados pelo sistema educacional está o combate à evasão escolar, fato que ocorre quando o aluno deixa de ir à escola. Segundo a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que regulamenta a educação brasileira, e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre a qualidade do ensino ofertado, o papel da escola enquanto gestora educativa, dos professores e das famílias frente à problemática da evasão. Faz-se necessário conhecer os fatores que influenciam a evasão escolar, bem como seus reflexos na vida pessoal e profissional dos evadidos.

2-RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO TEMA

Diante da problemática da evasão, o presente estudo terá como foco a evasão escolar verificada em nove turmas dos cursos Técnicos Concomitantes

de nível médio, em Eletrotécnica, Logística e Mineração, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, *Campus* Patos de Minas, entre 2013 e 2015, cujo objetivo central será identificar as causas da evasão constatada nos referidos cursos.

A pesquisa desenvolvida se classifica como mista, uma vez que foi levantado o quantitativo de evadidos por turma e curso e posteriormente enviado um questionário *online* para o e-mail dos alunos evadidos com o objetivo de qualificar as motivações que levaram os mesmos a tomarem a decisão de abandonar os estudos. Os docentes que ministram aulas no IFTM – Patos de Minas também responderam um questionário que objetivou conhecer a opinião dos mesmos sobre a evasão nos cursos disponibilizados na instituição.

Este trabalho insere-se na linha de Pesquisa de Assessorias, Monitorização e Acompanhamento das Instituições Educativas do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração das Organizações Educativas pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto/Porto/Portugal.

3-JUSTIFICATIVA PARA DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Patos de Minas foi criado no segundo semestre de 2013 e as atividades de ensino tiveram início com a oferta de cursos Técnicos na forma concomitante, ou seja, os candidatos cursam o ensino médio em outra

escola e realizam, ao mesmo tempo, o curso técnico no Instituto. Os cursos de Eletrotécnica e Logística com duração de dois anos e um ano e meio, respectivamente, foram oferecidos inicialmente no segundo semestre de 2013.

A partir do ano de 2015, o IFTM – Patos de Minas passou a oferecer também, o curso Técnico de Mineração na forma concomitante com duração de dois anos e ainda, os cursos Técnicos de Eletrotécnica e Logística Integrados ao Ensino Médio, com duração de três anos, onde os alunos cursam as disciplinas dos núcleos comum e técnico de forma integrada. Sendo assim, ao final do terceiro ano esses alunos recebem a certificação de conclusão do Ensino Médio e do curso Técnico de Nível Médio em Logística ou Eletrotécnica, estando aptos para ingressarem no mercado de trabalho.

O *campus* por ter sido criado recentemente, há apenas três anos, não possui ainda estrutura física adequada para receber um contingente maior de alunos, contabilizando até dezembro de 2016, 326 discentes, matriculados nos cursos técnicos de nível médio, nas formas concomitante e integrada. Todas as salas de aula encontram-se ocupadas e por este motivo não é possível ofertar a cada semestre os três cursos na forma concomitante, até que sejam construídos novos prédios. Por esta razão uma Comissão Local analisa e estabelece quais os cursos concomitantes que ofertarão novas turmas a cada semestre, conforme consta no quadro abaixo que faz referência às turmas dos cursos concomitantes ofertados de 2013/2 até 2016/1.

Curso Técnico	Ano /Semestre	Nº de vagas	Matrículas efetivadas	Duração	Modalidade	Turno
1-Eletrotécnica	2013/2	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
2- Eletrotécnica	2013/2	30	22	02 anos	Concomitante	Vespertino
3- Logística	2013/2	30	30	1,5 anos	Concomitante	Noturno
4- Logística	2013/2	30	25	1,5 anos	Concomitante	Vespertino
5-Eletrotécnica	2014/1	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
6- Logística	2014/1	30	28	1,5 anos	Concomitante	Noturno
7-Eletrotécnica	2014/2	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
8-Logística	2014/2	30	30	1,5 anos	Concomitante	Noturno
9- Mineração	2015/1	30	28	02 anos	Concomitante	Noturno
10-Eletrotécnica	2015/2	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
11-Logística	2015/2	30	30	1,5 anos	Concomitante	Noturno
12-Logística	2016/1	35	33	1,5 anos	Concomitante	Noturno
13- Mineração	2016/1	30	21	02 anos	Concomitante	Noturno

Quadro 01: Cursos Ofertados, Ano/Semestre da Oferta, Número de vagas, Matrículas efetivadas, Duração, Modalidade e Turno de Oferta dos Cursos de 2013/2 a 2016/1. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA/ 2016.

O interesse em estudar a problemática da Evasão Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Patos de Minas surgiu para a autora do presente estudo, em razão de exercer o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, trabalhar no Apoio Pedagógico da Instituição, vivenciar muitas situações de evasão escolar nos cursos técnicos concomitantes e acreditar que a escola e seus gestores podem trabalhar efetivamente para evitar ou diminuir a evasão, possibilitando a permanência dos alunos na escola até a conclusão dos estudos.

O governo, os estados, as escolas e as famílias têm constatado que a evasão é um problema que interfere negativamente no processo educacional. Dessa forma, faz-se necessário conhecer o quantitativo de alunos evadidos, os fatores que levam a evasão, as consequências e os reflexos da mesma para a escola, os alunos, o governo e para a sociedade.

É crescente o entendimento de que a educação é um processo que se desenvolve primordialmente nos lares, junto às famílias, e que se consolida

nas escolas. Segundo estabelece a Constituição Federal da República Brasileira – CF de 1988, no seu Art. 205,

a educação é um direito que deve ser assegurado a todos através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da comunidade, visando o desenvolvimento pessoal, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Constituição Federal da República Brasileira, 1988).

Quando a evasão ocorre, constata-se que o direito à educação não está sendo devidamente aproveitado, justificando a necessidade de atenção ao problema, o conhecimento das causas e o planejamento de ações de intervenção pelos órgãos responsáveis. A partir da avaliação diagnóstica dos resultados da pesquisa, espera-se identificar as razões motivacionais da evasão e propor ações de prevenção e intervenção por parte da escola, dos docentes, da equipe pedagógica e das famílias para diminuir os índices de evasão presentes nos cursos técnicos concomitantes do IFTM – Patos de Minas, visando à permanência e o êxito formativo dos alunos.

4. OBJETIVO GERAL

Conhecer as causas da evasão escolar nos Cursos Técnicos Concomitantes oferecidos pelo IFTM - *Campus* de Patos de Minas, com o intuito de elaborar, planejar e executar ações para redução dos índices.

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Quantificar o número de alunos evadidos dos cursos técnicos concomitantes;
- Traçar a evolução dos níveis de evasão entre os anos de 2013 e 2015;
- Comparar os níveis de evasão do IFTM – Patos de Minas com a média nacional de evasão na educação básica;
- Identificar possíveis razões da evasão;
- Conhecer a visão dos docentes sobre a evasão nos cursos que o IFTM oferta;
- Propor um Plano de Ação à Direção Geral do *Campus*, à Coordenação Geral de Ensino e às Coordenações dos Cursos, visando diminuir os índices de evasão.

O próximo capítulo descreve a organização da Educação Brasileira com o objetivo de conhecer seus níveis, etapas e modalidades. Esta elucidação se faz necessária para posteriormente dedicarmos à Modalidade de ensino chamada Educação Profissional, na qual estão centrados os cursos técnicos concomitantes, cuja evasão é alvo do estudo.

CAPÍTULO 2- A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira é regida pela Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 20 de dezembro de 1996 e pela Constituição Federal de 1988. A LDB estabelece os níveis e as modalidades de ensino, regulamenta o sistema educacional e busca garantir o acesso igualitário à educação para todos os cidadãos brasileiros. O Sistema Educacional Brasileiro é estruturado através dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cada autarquia existem órgãos responsáveis pela educação.

O Ministério da Educação - MEC e Conselho Nacional de Educação - CNE são os órgãos responsáveis pela educação no Brasil, a nível federal. Já nos estados a responsabilidade é da Secretaria Estadual de Educação - SEE, do Conselho Estadual de Educação - CEE, da Delegacia Regional de Educação - DRE ou a Subsecretaria de Educação. Nos municípios a responsabilidade fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação - SME e do Conselho Municipal de Educação - CME.

Dessa forma a, “Constituição Federal montou um sistema de repartição de competências e atribuições legislativas entre os integrantes do sistema federativo, dentro de limites expressos, reconhecendo a dignidade e a autonomia próprias destes como poderes públicos” (Cury, 2002, p.172). Assim, podem existir outros órgãos responsáveis, além dos citados, definidos de acordo com a organização e estruturação de cada autarquia.

O sistema educativo está organizado em Educação Básica e Educação Superior. A educação básica é composta por três etapas: a educação infantil, o

ensino fundamental e o ensino médio. Este último tem como objetivo “desenvolver o educando, garantindo-lhe a formação básica e as condições necessárias para ingressar no mercado de trabalho e avançar nos estudos posteriores” (LDB,1996). A educação superior é composta pelos cursos de graduação e pós-graduação que compreende programas de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Para ingressar no ensino superior os candidatos devem obrigatoriamente ter concluído o ensino médio ou equivalente e conseguir classificação para ocupar uma vaga, por meio dos processos seletivos específicos, organizados pelas instituições que ofertam este tipo de ensino ou pela classificação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. A organização da educação escolar brasileira é representada no quadro abaixo:

Níveis	Etapas		Duração	Faixa etária
Educação Superior	Ensino Superior		Variável	Acima de 18 anos
Educação Básica	Ensino Médio		3 anos	15 – 17 anos
	Ensino Fundamental		9 anos	6 – 14 anos
	Educação Infantil	Pré-escola	2 anos	4 – 5 anos
		Creche	3 anos	0 – 3 anos

Quadro 02: Organização do Sistema Educacional Brasileiro.
Fonte: Relatório Educação para todos no Brasil 2000 – 2015 e LDB.

A educação formal possui modalidades de educação específicas como a Educação à Distância - EAD, a Educação para Jovens e Adultos - EJA, oferecida àqueles que não tiveram oportunidade de acesso ou não deram continuidade ao ensino fundamental e médio na faixa etária própria à etapa de ensino, a Educação Profissional ou Técnica, a Educação Indígena, Educação Especial ofertada para portadores de necessidades especiais, Educação do

Campo, que ocorre em espaços rurais e a Educação Quilombola, de acordo com o quadro abaixo:

Níveis	Etapas		Modalidades
Educação Superior	Ensino Superior	Pós-Graduação	EaD EJA Educação Profissional Educação Escolar Indígena Educação Especial Educação do Campo Educação Quilombola
		Graduação	
Educação Básica	Ensino Médio		
	Ensino Fundamental		
	Educação Infantil	Pré-escola	
		Creche	

Quadro 03: Modalidades do Sistema Educacional Brasileiro.
Fonte: Relatório Educação para todos no Brasil 2000 – 2015 e LDB.

A estrutura organizacional da educação brasileira foi aqui demonstrada com o intuito de apresentar seus níveis, etapas e modalidades. Dentre as modalidades apresentadas, a partir daqui, trataremos da Educação Profissional com ênfase na temática da evasão escolar que tem ocorrido nos cursos técnicos concomitantes de nível médio em Eletrotécnica, Logística e Mineração, disponibilizados à população no IFTM- Patos de Minas.

A resolução do MEC de nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu art. 2º determina a abrangência de seus cursos:

- I- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II- Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- III- Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

O IFTM – Patos de Minas oferece Educação Profissional Técnica de Nível Médio que, de acordo com a Lei nº 11.741 de 2008, pode ser oferecida de forma articulada com o ensino médio e subsequente. Esta destina-se a quem já tenha concluído o ensino médio, inclusive, a portadores de diploma

de graduação. O ensino profissional articulado pode ser desenvolvido de forma integrada, ofertado aos concluintes do ensino fundamental, na mesma instituição, cuja matrícula é única; e na forma concomitante oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, em diferentes instituições. Os cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração participantes do estudo são ofertados no IFTM – Patos de Minas na forma articulada e de modo concomitante.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Antes de referirmos à criação do IFTM – Patos de Minas, os cursos ofertados e a problemática da evasão apresentada nos mesmos, faremos uma síntese histórica da existência da educação técnica no Brasil, desde o período colonial, sua expansão pelo território brasileiro, os primeiros relatos de evasão, até a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus Patos de Minas*.

Os primeiros registros, de acordo com o Histórico da Educação Profissional e Tecnológica (2009) sobre a educação voltada para o trabalho se baseiam em Fonseca (1961), que afirma que a formação do trabalhador no Brasil teve início no período da colonização e os primeiros aprendizes de ofícios foram os índios e os escravos, e que por esta razão “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (ibidem, 1961, p.1).

Fica evidente que a educação profissional era destinada somente às classes consideradas baixas, aos desvalidos e aos operários que

desempenhavam o trabalho mais pesado nas indústrias e fábricas. Garcia (2000) chama atenção para uma total desvinculação entre a formação profissional e a educação que existia nessa época. Aos trabalhadores cabia uma formação voltada para o treinamento, as habilidades manuais, visto que a indústria ainda era bastante elementar, com base no artesanato e na manufatura, não exigindo avançados conhecimentos para execução do trabalho.

Desde o princípio da organização da educação profissional foram registradas as primeiras situações de evasão. Portanto, pode-se afirmar que a evasão escolar não é um problema recente. Conforme relata Canali (2009), em 1910, ano de inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices, houve uma alta porcentagem de evasão em relação ao número de matrículas por escola. Essa evasão pode ser justificada pela infraestrutura inadequada dos locais onde as escolas foram instaladas e pelas condições em que as aulas eram ministradas.

As oficinas apresentavam estruturas precárias e a quantidade de mestres de ofícios qualificados para atuarem nessas escolas era reduzida. Essa infraestrutura deficitária e o ensino precário podem ter contribuído para que ocorresse evasão nos cursos ofertados pelas Escolas de Aprendizes e Artífices. Como consequência desse desarranjo estrutural e pedagógico, o ensino profissional ofertado na época não obteve a qualidade e nem a eficiência necessária para o seu desenvolvimento.

Prevaleceu o ensino empírico em razão dos mestres de ofícios que ministravam as aulas, possuírem o conhecimento que obtinham nas fábricas e oficinas, ficando uma lacuna no conhecimento teórico sobre os cursos ofertados. Os mestres ensinavam *como fazer* uma vez que os mesmos não detinham os conhecimentos adequados para justificar o porquê *de se fazer* da

forma que era feito e tão pouco como melhorar ou ampliar o processo de produção.

A evasão foi o problema com maior gravidade constatado nas escolas de Aprendizizes e Artífices. “A maioria dos alunos abandonava o curso no fim da terceira série quando já dominavam os conhecimentos mínimos para trabalhar nas fábricas ou nas oficinas, em determinados postos de trabalho.” (Canali, 2009, p.7). As fábricas apresentavam uma crescente demanda de operários e estes tinham necessidade de trabalhar para conseguir manter suas subsistências. Diante desses fatores, os alunos abandonavam as escolas antes da conclusão dos cursos para começarem a trabalhar e serem remunerados.

Mesmo com o desafio da evasão, a educação profissional aprimorou sua organização pedagógica e em 1937 as Escolas de Aprendizizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Em 1942, os Liceus tornaram-se Escolas Industriais e Técnicas passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, possibilitando que os alunos formados nos cursos técnicos ingressassem no ensino superior em área equivalente à da sua formação. A partir desse momento, a educação profissional teve sua funcionalidade ampliada, evoluindo da elementar preparação para o exercício de funções predeterminadas pelas fábricas para possibilitar aos estudantes a realização de cursos de graduação.

Conforme o ensino técnico foi se desenvolvendo e ganhando notoriedade, em 30 de junho de 1978 as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e, a partir de 1994, as demais Escolas

Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram transformando-se gradativamente em CEFETs.

O aumento do número de instituições que passaram a oferecer o ensino técnico levou o governo a criar uma regulamentação própria, assim, em 1996 foi sancionada a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que trata sobre a Educação Profissional em um capítulo separado da Educação Básica. Nessa nova lei, de acordo com o Histórico sobre o Centenário da Educação Técnica Profissional, a educação profissional supera o aspecto assistencial e o preconceito social expresso nas primeiras legislações que trataram da educação profissional do país.

Por meio do Decreto nº 2.208/1997 foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Como descrito por Menezes e Santos (2001), este programa buscou desenvolver ações integradas entre a educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, ampliando o número de vagas na educação profissional. Por esta razão, entre os anos de 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira.

Em 2005, com a publicação da Lei nº 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que teve continuidade até 2010, criando ao todo 354 unidades em todas as regiões do país. A expansão da rede federal de ensino até 2010 pode ser observada no mapa abaixo:



Figura 01: Expansão da Rede Federal de Ensino até 2010. Fonte: MEC/ Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com o Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre 2003 e 2016, o MEC, por meio do Plano de Expansão da Educação Profissional, totalizou 644 *campi* em funcionamento. Os Institutos Federais contabilizam 38 unidades presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação técnica, graduação e pós-graduação. O número de unidades e o quantitativo de municípios atendidos pela expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica estão representados nas figuras abaixo:

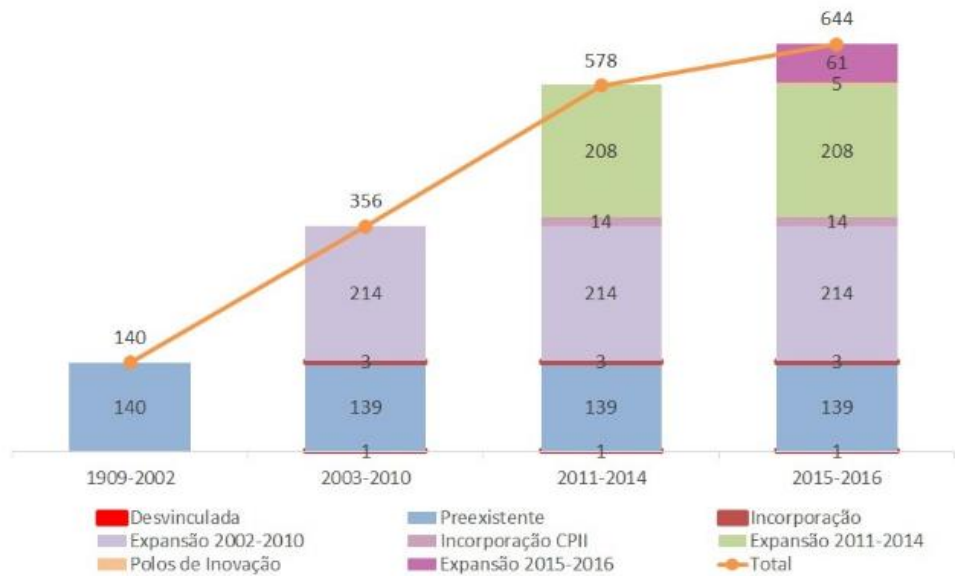


Figura 02: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades. Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Figura 03: Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A crescente expansão da educação profissional pelo território brasileiro demonstra que o acesso a essa modalidade de ensino é possível a todos. Um ensino que na sua origem foi destinado somente aos pobres, atualmente é acessível a todas as classes sociais. Há que se destacar a diversidade de cursos e níveis que são ofertados pela educação profissional, de forma gratuita nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O que não mudou favoravelmente nesse cenário atual foi a ocorrência da evasão escolar que foi verificada desde o surgimento das Escolas de Aprendizizes e Artífices e permanece presente em todos os níveis e etapas da educação brasileira. “A evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino” (Dore & Lüscher, 2011, p.755).

Nesse sentido, a evasão que ocorre na educação profissional parece ser resultante do elevado número de instituições que oferecem esse tipo de ensino, disponibilizando muitas vagas em uma diversidade de cursos. Houve uma enorme preocupação em democratizar o acesso às instituições de ensino técnico e pouca atenção foi destinada a promoção da permanência dos alunos nas mesmas.

As políticas de universalização de acesso causam prejuízos a qualidade do ensino, uma vez que, ao aumentar os índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais de acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intraescolares na aprendizagem, de forma que o direito ao conhecimento e a aprendizagem é substituído por aprendizagens *mínimas* para sobrevivência (Libânio, 2012, p.23).

Neste sentido, a garantia de acesso à educação não significa que o ensino ofertado supra as carências educativas que grande parte dos alunos possuem. Isto porque o sistema educacional brasileiro falha ao uniformizar suas metodologias de ensino para um público que é tão heterogêneo. Os gestores e órgãos superiores ligados à educação ignoram o fato de que a

aprendizagem não ocorre no mesmo tempo e nem da mesma maneira para todos. A inobservância dessa realidade é demonstrada pelas situações de retenção, evasão e insucesso escolar.

Em síntese, Lopes (2006) afirma que as Instituições de Ensino têm se esforçado para atrair novos alunos, mas pouco têm feito para promover a satisfação e a permanência dos mesmos nos cursos ofertados. A autora concorda com Dore e Lüscher (2011) ao afirmar que “as taxas de evasão crescem na medida em que crescem as ofertas de novos cursos e de novas instituições” (ibidem, 2006, p.94).

O aumento e a variedade da oferta parecem fazer com que os candidatos tenham dificuldades de escolher quais cursos realizar. Essa incerteza e a oportunidade de *experimentação* dos cursos pelos alunos aumentam significativamente as probabilidades da evasão ocorrer.

Esperava-se que a democratização do acesso à educação profissional compensasse o período em que houve discriminação do público a que a mesma se destinava, além de promover o ensino nas suas concepções prática e teórica. No entanto, mesmo ocorrendo a disponibilização de vagas para todos os públicos as mesmas não estão sendo preenchidas na sua totalidade. Outra situação preocupante é a evasão que se constata em grande parte dos cursos ofertados e que requer muita atenção por parte dos governos e dos gestores institucionais. Assim, surge a necessidade de conhecer as causas que levam a sua ocorrência.

O estudo empírico procurou identificar algumas respostas a este problema que necessita de intervenções, ficando clara a necessidade de haver uma gestão democrática, que mobilize, incentive e valorize a participação de todos os agentes escolares, alunos e familiares na busca por possíveis atenuantes para a evasão.

Para o governo, a educação profissional parece enquadrar-se como solução para o desemprego que atinge milhões de brasileiros. A qualificação da mão de obra é referida comumente como fator determinante para a empregabilidade. Ocorre, por vezes, que mesmo pessoas qualificadas não conseguem ingressar no mercado de trabalho ou mesmo possuindo um nível superior de educação fazem opção por exercerem funções em outras áreas e receberem salários menores, evitando vivenciarem o desemprego. Essas situações podem desmotivar os discentes a concluírem os cursos, ocasionando a evasão.

Dore e Lüscher (2011) alertam sobre a importância em distinguir três dimensões imprescindíveis à investigação do abandono escolar, defendidas por (Jordan, Lara e McPartland, 1996). Primeiro é necessário identificar os níveis de escolaridade que a evasão ocorre, segundo é necessário classificar o tipo de evasão como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras e, por fim, identificar as razões que motivam a evasão, como a mudança para outra escola, trabalho, o desinteresse pela continuidade dos estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou sociais (ibidem, 2011, p.755).

Outra dimensão considerada importante pelas autoras no estudo da evasão escolar refere-se à perspectiva adotada no “exame” do problema, cabendo uma análise do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino. Este diagnóstico não deve ser realizado de forma isolada em razão da variedade de situações que podem ser consideradas como evasão. Tão logo se identifique as situações em que ocorreu a evasão se faz necessário levantar as causas, pois na opinião de Rumberger (2004), *apud* Dore e Lüscher (2011), “entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema” (p.776). Com esse objetivo a pesquisa foi realizada com nove turmas dos

cursos técnicos concomitantes em Eletrotécnica, Logística e Mineração ofertados no IFTM – Patos de Minas. A identificação das possíveis causas da evasão que ocorre nesses cursos é o ponto de partida para buscar meios que minimizem o problema.

Entretanto, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e a sua família quanto a escola e a comunidade em que vive (Dore & Lüscher, 2011, p.776).

Tão importante quanto falar das causas da evasão é projetar as consequências da mesma. Quando o aluno abandona os estudos o mesmo está causando prejuízos financeiros para o governo, que investe na criação e expansão das escolas técnicas, abertura dos cursos, contratação de professores e técnicos administrativos, infraestrutura, dentre outros.

Os evadidos também sofrem as consequências, principalmente quando buscam emprego, e ao se depararem com a exigência de qualificação ficam sujeitos à má remuneração ou ao desemprego. As indústrias, fábricas, empresas e diversos estabelecimentos comerciais são prejudicados quando não conseguem contratar profissionais bem qualificados para desempenharem as mais diversas funções, resultando muitas vezes em serviços de má qualidade que são prestados à sociedade ou na inadequação dos produtos comercializados.

A sociedade fica refém de pessoas que não possuem qualificação profissional adequada para prestação de variados serviços que, dependendo da área, podem até oferecer riscos. Diante dos inúmeros malefícios que a evasão pode ocasionar é necessário e prudente, buscar meios de intervir na sua ocorrência e, conseqüentemente, minimizar suas implicações.

2.2 CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS PATOS DE MINAS

A partir de 2008 foram criados 38 Institutos Federais, em várias regiões, em todos os estados do país. Vinculados aos Institutos foram instalados os *campi*, localizados em diferentes cidades, criados nos mesmos termos da Lei nº 11.892/2008 que em seu art. 2º, definiu os Institutos como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (Lei nº 11.892/2008).

Atendendo a essa perspectiva multicampi o Art.5º da mesma lei, por meio do inciso XVII, criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia.

Em Abril de 2013 o MEC autorizou, por meio da Portaria nº 330, o funcionamento dos *campi* de Patrocínio, Uberlândia Centro e Patos de Minas. Atualmente o IFTM é composto por nove *campi* localizados nas cidades de Campina Verde, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, e Uberlândia, tendo a Reitoria como órgão executivo máximo, localizada na cidade de Uberaba.

Todos os *campi* do IFTM têm a missão de “Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e

democrática” (Regulamento da Organização Didático - Pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível médio e de Graduação do IFTM – ROD, 2014, p.03).

Esta missão deixa evidente o novo papel da educação profissional que é ofertada a todos, independente de classe ou condição social. Na visão de Johann (2012), os Institutos oferecem ensino técnico gratuito, de qualidade possibilitando a profissionalização e qualificação da mão de obra.

Antes de abordar sobre o novo *campus*, será apresentada a cidade de sua implantação. Patos de Minas foi fundada em 1892 e está localizada no estado de Minas Gerais, faz parte da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. De acordo com o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população da cidade contabilizava 138.710 habitantes. As principais atividades econômicas são a agricultura, cuja produção de destaque é do milho e a pecuária. A localização da cidade pode ser observada no mapa abaixo:



Figura 04: Mapa de localização da cidade de Patos de Minas. Fonte: Wikipédia.

2.3 CURSOS TÉCNICOS CONCOMITANTES OFERTADOS PELO IFTM – PATOS DE MINAS DE 2013/2 A 2015/1

A autorização para funcionamento do *Campus* IFTM-Patos de Minas se deu em abril de 2013, porém a oferta das primeiras turmas dos cursos concomitantes ocorreu em setembro de 2013. São ofertados os cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração na forma Concomitante e também os cursos Técnicos de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica e Logística. Ambos são oferecidos na modalidade presencial. Devido à evasão ocorrida nos cursos técnicos concomitantes, o estudo foi realizado buscando identificar as causas da evasão nas nove primeiras turmas ofertadas no IFTM – Patos de Minas, que são apresentadas no quadro a seguir:

Curso Técnico	Ano /Semestre	Nº de vagas	Matrículas efetivadas	Duração	Modalidade	Turno
1-Eletrotécnica	2013/2	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
2- Eletrotécnica	2013/2	30	22	02 anos	Concomitante	Vespertino
3- Logística	2013/2	30	30	1,5 anos	Concomitante	Noturno
4- Logística	2013/2	30	25	1,5 anos	Concomitante	Vespertino
5-Eletrotécnica	2014/1	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
6- Logística	2014/1	30	28	1,5 anos	Concomitante	Noturno
7-Eletrotécnica	2014/2	30	30	02 anos	Concomitante	Noturno
8-Logística	2014/2	30	30	1,5 anos	Concomitante	Noturno
9- Mineração	2015/1	30	28	02 anos	Concomitante	Noturno

Quadro 04: Apresentação das nove turmas em que a pesquisa foi aplicada.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA/ 2016.

Nas nove turmas foram disponibilizadas 270 vagas. O ingresso nos cursos técnicos na forma concomitante ofertados pelo IFTM – Patos de Minas se dá por meio de processo seletivo, aberto ao público, a partir do número de vagas disponibilizadas em edital próprio, tendo como requisitos mínimos a

conclusão do 1ª ano do ensino médio, devendo o candidato estar matriculado ou cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio ou curso equivalente no ato da matrícula.

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTM determina que a frequência escolar mínima exigida para aprovação é de 75% da carga horária total de cada unidade curricular. Para ser aprovado e receber a certificação técnica nos cursos concomitantes o estudante deve obter o mínimo de 60 pontos em cada disciplina e realizar o estágio obrigatório de 120 horas. As cargas horárias dos cursos estão determinadas em suas matrizes curriculares que compõem os seus respectivos projetos pedagógicos.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs são elaborados com base na LDB e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, que apresentam as denominações dos cursos, seus eixos tecnológicos, suas respectivas cargas horárias mínimas, o perfil profissional, a infraestrutura mínima requerida para abertura dos cursos, o campo de atuação e as ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. O quadro abaixo descreve os cursos concomitantes do IFTM – Patos de Minas, conforme o CNCT de 2014:

Curso	Eixo tecnológico	Carga H. Mínima	C.H.IFTM-Patos de Minas	Integralização Mínima	Integralização Máxima
Eletrotécnica	Controle e Processos industriais	1.200h	1.453,32	04 semestres	08 semestres
Logística	Gestão e Negócios	800h	1.119,91	03 semestres	06 semestres
Mineração	Recursos Naturais	1.200h	1.386,67	04 semestres	08 semestres

Quadro 05: Descrição dos Cursos quanto aos seus eixos tecnológicos, carga horária mínima exigida, carga horária dos cursos do IFTM-Patos de Minas, prazos mínimos e máximos de integralização dos cursos. Fonte: Elaborado pela autora com base nos PPCs dos cursos.

O referido catálogo regulamenta as normas associadas ao exercício profissional, às possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 3ª edição, 2014).

Os referidos cursos e a estrutura organizacional e regimental dos mesmos são descritos em função de apresentar as normatizações que regem o ensino técnico que inicialmente se desenvolveu de forma simples e devido a democratização de seu acesso e a expansão das instituições que o ofertam, foi necessário a elaboração de regulamentações específicas.

Atualmente essa modalidade de ensino possui legislações próprias e representa uma das modalidades de ensino com maior visibilidade, frente a sua considerável expansão e alcance social. É importante compreender que as mesmas foram sendo reestruturadas para atender às reais necessidades sociais de acesso a educação e qualificação da mão de obra, não mais fazendo distinção de público, desempenhando seu papel democrático de formação para o trabalho e ainda possibilitando o prosseguimento nos estudos com a realização de cursos de graduação e pós-graduação.

O ensino técnico que antes servia apenas para a aquisição de habilidades manuais para execução de tarefas já existentes, atualmente, além de preparar para uma profissão técnica numa multiplicidade de áreas de atuação, busca desenvolver o senso crítico, participativo e empreendedor, dando condições técnicas de aprendizagem para que os formandos trabalhem para si mesmos ou busquem no mercado de trabalho maior valorização pela mão de obra.

Mesmo possibilitando todos esses benefícios os cursos técnicos apresentam um grande número de evasão, sendo necessário compreender o que motiva os alunos a abandonarem os estudos antes de sua conclusão. Os cursos ofertados pela educação profissional têm uma duração menor que um curso superior, objetivando preparar os alunos para ingressarem mais rapidamente no mercado de trabalho e atenderem as demandas locais e regionais de mão de obra qualificada.

Apesar de ser uma escola federal que disponibiliza ensino gratuito e de qualidade, os cursos técnicos concomitantes ofertados no IFTM – Patos de Minas apresentam várias situações de evasão. Algumas dessas podem ser constatadas no período de inscrições para o processo seletivo, quando não se candidata um número suficiente de pessoas para o quantitativo de vagas ofertadas ou quando os candidatos não comparecem para realizar a prova de seleção. Outra situação de evasão ocorre após a divulgação do resultado do processo seletivo, quando alguns candidatos aprovados não comparecem para realizar a matrícula ou não apresentam a documentação exigida para a efetivação desta, deixando algumas vagas sem preencher. Por fim, nas primeiras semanas de aula e no decorrer do curso, outros alunos acabam por desistir de continuar estudando.

O abandono dos cursos desmotiva os alunos que ainda persistem em estudar e vivenciam a evasão dos colegas, os professores e os coordenadores de cursos. O público que procura os cursos técnicos concomitantes em sua maioria caracteriza-se por trabalhadores, pessoas mais velhas que pararam de estudar há algum tempo e que buscam capacitação para procurar um emprego melhor ou qualificação para as funções que já desempenham.

A expansão da educação profissional, a criação dos Institutos e de seus *campi* mostra que governo brasileiro vem investindo em programas

educacionais e políticas públicas, visando aumentar a disponibilidade de vagas nas escolas e melhorar os índices de qualidade do ensino ofertado. No entanto, a disponibilização de vagas em vários cursos e em diversas instituições públicas espalhadas pelo Brasil parece fazer com que o público fique indeciso, diante de tantas oportunidades, não validando essa oportunidade de ensino. Esta desvalorização é demonstrada pela evasão que ocorre nos cursos concomitantes ofertados pelo IFTM-Patos de Minas.

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO LEGAL E ANÁLISE DO CONCEITO DE EVASÃO

3.1- A EVASÃO NO CONTEXTO GERAL

São muitos os desafios e as dificuldades a serem superadas para que haja a universalização da educação básica, o ingresso e a permanência na escola, o domínio dos saberes e as habilidades necessárias ao desenvolvimento do cidadão, pretendidos pelo Plano Nacional de Educação – PNE, 2014-2024. Um destes desafios é o combate à crescente Evasão Escolar que parece ter ficado mais evidente com a expansão da rede federal de educação profissional e que muito preocupa o governo. Grande esforço foi realizado em prol de garantir acesso a esse ensino e ultimamente busca-se formas de elevar a permanência dos alunos nas escolas.

No âmbito educacional, os termos *evasão* e *abandono* podem referir-se a situações distintas, diagnosticadas pelas escolas e vivenciadas pelos alunos. Uma dessas situações retrata a impossibilidade do aluno concluir o ano letivo em razão da ocorrência do número elevado de faltas. Neste caso, considera-se que ocorreu o abandono escolar ocasionando a reprovação por infrequência. No ano seguinte, caso esse aluno não retorne à escola para matricular-se e cursar novamente a série em que foi reprovado, o mesmo é considerado evadido.

No IFTM - Patos de Minas há situações em que o aluno abandona um curso concomitante, evade da escola e, posteriormente, retorna ingressando novamente no mesmo curso ou em outro ofertado pela instituição. De acordo

com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a evasão distingue-se do abandono escolar, “o abandono significa que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte, enquanto que a evasão caracteriza-se pelo fato do aluno sair da escola e não voltar mais para o sistema” (INEP, 1998, s.p).

Os termos *evasão* e *abandono escolar* permitem interpretações variadas, dificultando suas definições. “A diversidade de conceituação atrapalha a quantificação precisa dos casos, dificultando o estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação desse problema” (Silva Filho & Araujo, 2017, p.37).

Para Reinert e Gonçalves (2010) “a evasão escolar compreende, em linhas gerais, o abandono da escola durante o período letivo, ou seja, o aluno se matricula, inicia suas atividades escolares, porém, em seguida deixa de frequentar a escola, por uma ou um conjunto de razões” (ibidem, 2010, p.3). No caso, específico do ensino, os autores descrevem a evasão pela não realização da matrícula ou renovação da mesma, situação em que o aluno não inicia o ano/período letivo, resultando na atitude caracterizada como abandono da série ou curso, sem pretensão de retorno.

Nesta situação, se assim fosse do interesse do aluno, o mesmo poderia requerer o trancamento da matrícula, possibilidade que muitas instituições contemplam em seus regimentos. Porém, no período ou semestre seguinte, caso não seja realizada a rematrícula, configuraria o abandono do curso.

Para Queiroz, (2004) evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível de ensino. O abandono pode levar ao fracasso escolar que, segundo Charlot, (2000) deve ser debatido com base no aprendizado, na eficácia do trabalho docente, na qualidade do

serviço público prestado, na igualdade das *chances* e sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo.

Em decorrência das políticas públicas de educação, o Brasil tem preconizado a democratização de acesso ao ensino, no entanto, se por um lado ocorre a ampliação das oportunidades educacionais, por outro verifica-se que os resultados não têm melhorado na mesma proporção. Nesse sentido, a comunidade escolar deve repensar suas ações e verificar o seu grau de participação no processo da evasão, a nível de qualidade do ensino ofertado, estrutura física, capacitação dos professores, apoio pedagógico, visando o aprendizado, a satisfação e permanência dos alunos até à conclusão dos estudos.

Segundo Benavente (1980), *apud* Dias (2010) “o insucesso escolar deixou de ser encarado como um problema isolado, de responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano, mas como um fenômeno social que atinge proporções cada vez mais significativas” (p.4). A referida autora define a evasão como um fenômeno de caráter massivo e presente nos vários níveis de ensino, ocorrendo nas instituições escolares de vários países.

Ao tratarmos da evasão escolar e da necessidade de compreendermos as suas motivações, cabe às instituições analisar as situações que caracterizam o fracasso escolar, uma vez que as mesmas podem ser determinantes para a decisão de evadir. Na opinião de Mandalóz, Scalabrin e Jappe (2012) o fracasso escolar, foco de constantes discussões, requer atenção no espaço escolar por estar intimamente atrelado a questões como: reprovação, desmotivação, evasão, indisciplina, erro e insucesso escolar.

O insucesso escolar pode estar caracterizado em várias situações, uma delas se refere ao fato do aluno apresentar dificuldades em avançar nos estudos por possuir deficiências de aprendizagem em algumas disciplinas,

como português e matemática. Essa realidade pode ser consequência de uma aprendizagem mal sucedida, ocorrida em séries anteriores, e que se repercute durante a vida escolar desse aluno. Outro fator que pode influenciar no insucesso escolar é a falta de comprometimento e dedicação dos alunos com a educação. O desempenho inadequado nessas e em outras disciplinas e a falta de compromisso com as atividades escolares, pode levar o aluno a ficar retido em alguma disciplina ou série.

Essa retenção dificulta o prosseguimento nos estudos e pode levar à evasão e ao insucesso escolar que “parece resumir toda a insatisfação e insucesso decorrente de posturas docentes e discentes vivenciadas no dia a dia da sala de aula” (Mandalóz, Scalabrin & Jappe, 2012, p.1). Outra situação de insucesso ocorre quando o aluno conclui um determinado curso com aproveitamento adequado, porém não consegue ingressar no mercado de trabalho.

De acordo com os autores, o fracasso escolar nos remete a pensar, também, em reprovação, que para Torres (2004), *apud* Mandalóz *et al* (2012), “é a *solução* interna que o sistema escolar encontra para lidar com o problema da não aprendizagem ou da má qualidade de tal aprendizagem” (p.2).

Na reprovação aplicada como *solução* para o desempenho considerado insuficiente dos alunos por vezes pode estar oculta uma *punição* aplicada pelos professores que, em alguns casos, visualizam somente situações de falta de interesse por parte dos alunos e não a real dificuldade de aprender dos mesmos. Por fim, ignoram a necessidade de reverem suas metodologias de ensino, e na maioria das vezes persistem em menosprezar as deficiências educativas demonstradas pelos alunos.

Benavente (1990) ressalta a importância de compreender que o insucesso escolar não é uma fatalidade e que os discentes não estão destinados a obterem desempenhos bons ou ruins, esse resultado depende da organização didática da escola e do apoio disponibilizado, da interação das mesmas com o meio social em que vivem e de suas características pessoais. A autora ressalta a necessidade de considerar três realidades no estudo dos fatores do “(in) sucesso” escolar: o aluno, o meio social e a instituição escolar, e orienta ainda, buscar na relação entre estas, as causas e os fatores que conduzem ao insucesso escolar.

O grande desafio para a escola, com base nas três realidades indicadas pela autora, é promover um modo de ensinar que permeie a barreira da diversidade que existe entre os alunos e os níveis de capacidade dos mesmos em assimilar os ensinamentos. Essa ação só é possível se houver entendimento dessa necessidade entre os professores e se os mesmos quiserem tornar a escola num lugar que desperte gosto e interesse em estudar e aprender. A escola, nesse sentido, deve promover ações de *reparação*, atividades que busquem sanar as dificuldades de aprendizagem demonstradas pelos alunos e adquiridas ao longo do percurso escolar. Essa assistência diminuiria significativamente a retenção, a evasão e, conseqüentemente, o insucesso escolar.

Mandalóz *et al* (2012) fazem referência a Marchesi e Pérez (2004), ao citar três ideias que, segundo eles, norteiam questões referentes ao fracasso escolar.

A primeira é a atribuição do aluno *fracassado*, como aquele que não progrediu significativamente em seus conhecimentos e no desenvolvimento pessoal e social, durante o período escolar; a segunda ideia afirma que o termo fracasso qualifica negativamente a imagem do aluno, afetando sua autoestima e autoconfiança; e a terceira ideia coloca o aluno como responsável pelo seu fracasso, menosprezando a *contribuição* das instituições de ensino, as condições sociais, o apoio da família e o próprio sistema educacional para o desencadeamento do mesmo (ibidem, 2012, p.2).

De acordo com esse ponto de vista o aluno considerado fracassado sente-se inferiorizado diante dos outros colegas que, diferente dele, conseguiram avançar para a série seguinte. Desencadeia-se uma reação psicológica de incapacidade nesse aluno que na maioria das vezes sente-se desmotivado a repetir a série, na mesma escola, com os mesmos professores aplicando as mesmas metodologias. Em muitas dessas situações a evasão ocorre.

Por ser um problema mundial, a Evasão Escolar é tema de diversos estudos que apontam que a mesma pode estar associada a múltiplos fatores. No Brasil, a evasão tornou-se um grande desafio para o Ministério da Educação, uma vez que a mesma ocorre em todos os níveis de educação. O Governo tem investido em políticas públicas, criação de novas instituições de ensino e programas que visam aumentar a disponibilidade de vagas, porém o crescente aumento dos índices de evasão escolar aponta que há algo errado.

As Instituições de ensino buscam compreender se a evasão está relacionada às deficiências de aprendizagem adquiridas em séries anteriores, as dificuldades em áreas específicas de conhecimento, com as metodologias utilizadas em sala de aula, com as matrizes curriculares, motivações pessoais, dentre outros fatores, para buscar métodos de atuação contra o abandono e evasão escolares.

No âmbito da organização escolar, Mandalóz *et al* (2012) chamam atenção aos métodos utilizados na escola para classificar os alunos a partir do

desempenho escolar dos mesmos. São utilizados instrumentos como testes, provas e avaliações tradicionais que tentam quantificar e qualificar os seus *rendimentos*. Para os autores, a compreensão do que se entende por fracasso escolar muitas vezes é reduzida à ideia de avaliação, assim o aluno fracassa quando não é capaz de reproduzir por meio de notas o que, teoricamente, deveria ter aprendido.

Os apontamentos feitos pelos autores consultados não direcionam a responsabilização pelo insucesso escolar somente ao aluno, a sua família ou a própria escola. Todos são responsáveis. Os condicionantes do mesmo vão desde a dificuldade de assimilar o conhecimento, a forma como a escola se organiza didaticamente considerando todos os alunos iguais na capacidade de aprender, fatores sociais, culturais e econômicos. Parece haver uma junção de situações, como as citadas acima, a outros fatores como a retenção, a defasagem de idade em relação à série, o abandono, a necessidade de trabalhar que resultam na interrupção dos estudos e, conseqüentemente, no insucesso escolar.

Almeida *et al* (2005), *apud* Dias (2010) citam três teorias que explicam a importância dos fatores sociais no sucesso ou insucesso escolar. Essas três teorias representam algumas das análises sociológicas e políticas sobre um problema tão complexo. A primeira teoria aponta que o fracasso escolar pode ocorrer em razão da deficiente socialização das classes populares, suas baixas aspirações e expectativas de sucesso na escola e na vida; a segunda ressalta a importância da comunicação e da interação no meio escolar, as relações humanas e pedagógicas entre professores e alunos, escola e as famílias; a terceira explica o insucesso escolar pelo excesso de funções que são incumbidas à escola.

A compreensão do insucesso escolar é importante, pois este é apontado por alguns autores (Benavente, 1990; Dias, 2010; Mandalóz *et al*, 2012) como uma das principais razões para a evasão escolar.

A preocupação com a evasão escolar tem início quando os professores e o apoio pedagógico constatarem os primeiros sinais caracterizados pelo desinteresse dos alunos por estudar, realizar as atividades propostas, deficiências de aprendizagem, notas abaixo da média e pelas faltas injustificadas. A partir dessa percepção, espera-se que os professores, as coordenações de curso, o apoio pedagógico e os demais atores escolares intervenham, buscando orientar os alunos na situação de *pré-evasão*, para que os mesmos encontrem apoio pedagógico e sintam-se motivados a superar os desafios, sanar as dificuldades de aprendizagem e continuar estudando.

3.2 A GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO NA EVASÃO - O CONTRIBUTO DOS PROFESSORES

Após definir a evasão é necessário compreender as causas e planejar formas de prevenção e intervenção. Para isso, é importante compreender também o problema de uma forma multifatorial. A evasão só poderá ser resolvida ou minimizada se a escola, enquanto gestora organizacional educativa, articular suas ações com o trabalho docente e das famílias através de um modelo de gestão participativo.

Nessa perspectiva, a realidade da educação e das escolas públicas brasileiras nos remete a uma análise dos objetivos pretendidos, atribuições, modos de organização administrativa, práticas pedagógicas, suas matrizes

curriculares e resultados alcançados. Esses resultados não se referem somente aos numéricos, estabelecidos pelo sistema de avaliação escolar brasileira para progressão nas séries, mas também aos qualitativos, nomeadamente, a formação humana para o exercício da cidadania, o pensamento crítico, o fortalecimento de valores, dentre outros.

De acordo com Libâneo (2012), a luta pela escola pública obrigatória e gratuita para toda a população tem sido constante entre os educadores brasileiros destacando-se, sobretudo, as funções sociais e pedagógicas, como a garantia de acesso, as condições para a permanência dos alunos, o ensino e educação de qualidade, o atendimento às diferenças sociais e culturais, e a formação crítica.

Entretando, o referido autor destaca que nas últimas décadas ficaram evidentes as contradições entre o aumento do número de pessoas que tiveram acesso à educação e a qualidade do ensino que lhes foi ofertado, fazendo com que a escola seja vista como um local para promoção da aprendizagem, do conhecimento e também como um lugar de acolhimento, de inclusão, evidenciando suas missões sociais.

Libâneo (2012) ressalta que há significados muito generalizados para a expressão *qualidade de ensino*, e que estes variam de acordo com razões ideológicas, o significado que o senso comum atribui ao termo e o foco que direciona a análise, seja econômico, pedagógico, social e político. Para o autor “o próprio campo educacional, nos âmbitos institucional, intelectual e associativo está longe de obter um consenso mínimo sobre os objetivos e as funções da escola pública na sociedade atual” (ibidem, 2012, p.15).

No sistema educativo brasileiro houve um aumento significativo do acesso à educação básica e superior, no entanto, mesmo com a ampliação da acessibilidade ao ensino, o Brasil não conseguiu eliminar o analfabetismo. De

acordo com o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 2014, dentre os 150 países analisados, o Brasil ocupou o 8º lugar, por possuir 12,9 milhões de analfabetos adultos.

Além da ampliação da disponibilidade de vagas na educação pública, principalmente no ensino superior e técnico, o governo desenvolveu uma série de políticas públicas para beneficiar os estudantes economicamente carentes, como o Programa Universidade para Todos - ProUni, que oferece bolsas parciais e integrais em faculdades particulares de todo o país, para estudantes brasileiros de baixa renda e que tenham se classificado no ENEM. Outro exemplo é o Sistema de Seleção Unificada - Sisu, que é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC, em que a maioria das instituições públicas de ensino superior disponibilizam vagas para os candidatos com as melhores classificações no ENEM.

Outro possibilitador de acesso ao Ensino Superior e ao Ensino Técnico Integrado ou Concomitante é a Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, em que as Universidades Federais, Estaduais e os Institutos Federais destinam até 50% das vagas de seus cursos aos estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Este sistema de Cotas favorece os alunos de baixa renda, os negros, pardos e índios, sendo que 25% dessas vagas devem ser preenchidas por alunos com renda familiar igual ou menor a um salário mínimo e meio per capita.

Na educação técnica oferecida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro todos os anos são disponibilizadas bolsas assistenciais como as Assistências Estudantil e Moradia, de acordo com o orçamento institucional e editais próprios, para beneficiar os alunos com as rendas per capita mais baixas e aqueles que se mudaram para a cidade em razão dos estudos. A contrapartida exigida do aluno selecionado é a frequência escolar mínima de 75% em cada disciplina.

Outras oportunidades disponibilizadas, através de editais específicos, são as bolsas para os projetos de extensão, pesquisa e monitoria. Esta última tem a função de auxiliar os alunos que apresentam dificuldades em determinadas disciplinas, em horário extraclasse. Os monitores atuam de forma remunerada ou voluntária, de acordo com o edital. Outro atrativo ofertado pelos *campi* do IFTM é a aprendizagem de outros idiomas, por meio do Centro de Idiomas – CENID. No IFTM - Patos de Minas os alunos podem aprender inglês e/ou espanhol, gratuitamente.

As escolas, apesar de disponibilizarem diversos atrativos, inclusive financeiros, como os citados acima, ainda possuem problemas relacionados à aprendizagem, a educação inclusiva, indisciplina, retenção, evasão, dentre outros. Estudos já realizados como o de Libânio (2012) apontam para o acentuado dualismo da escola pública brasileira, caracterizada como uma escola que promove o conhecimento para os ricos e a inclusão e o acolhimento social para os menos favorecidos economicamente.

Neste sentido Nóvoa, (2009) refere que atualmente a escola caminha a “duas velocidades”; por um lado, uma escola que prioriza atuar como uma instituição de acolhimento social, para os pobres, cuja ação reflete uma postura cidadã. Por outro lado, uma escola visivelmente focada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos.

Libânio (2012) cita que dados estatísticos e pesquisas de análise externas sinalizam a impotência e a decadência da escola, em relação aos seus objetivos, formas organizacionais e funcionais. Enquanto que “no âmbito das análises internas, presume-se uma crise do papel socializador da escola, já que ela concorre com outras instâncias de socialização, como as mídias, o mercado cultural, o consumo e os grupos de referência” (ibidem, 2012, p.16).

Diante dessa realidade, a escola sobrevive a uma fase de questionamento dos próprios alunos sobre o seu papel e suas funções. Atualmente a escola não é considerada por eles como o único lugar de promoção da aprendizagem, visto que o acesso à informação é possibilitado por outros meios como a internet e as mídias digitais, através de um simples toque na tela de um aparelho celular. Cabe à escola rever seu papel e transformar a visão dos discentes, fazendo com que eles percebam a importância da mesma na orientação de seus percursos formativos.

Nesse sentido, os gestores das instituições de ensino juntamente com os demais profissionais que atuam nas escolas, principalmente os professores, tendem a buscar formas de ressaltar a importância da aprendizagem promovida na escola e do trabalho educativo realizado, para sanar ou minimizar as necessidades educacionais e atender as demandas humanas e sociais, apresentadas pelos discentes.

Na perspectiva de fazer da escola um espaço em que os alunos encontrem condições que favoreçam a efetiva aprendizagem, Lück (2009) afirma que uma das competências básicas do gestor escolar

é promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos em relação à educação e à função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza de uma política educacional, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos (ibidem, 2009, p.18).

De acordo com Paro (1998), a administração ou gestão de uma instituição de ensino tem em sua essência o fato de mediar as ações escolares visando alcançar os objetivos pretendidos. Para o autor, “Administração é a utilização racional de recursos para a realização de determinados fins”(ibidem,1986, s.p).

Assim, tão importante quanto promover a aprendizagem escolar, através do trabalho conjunto dos gestores, comunidade externa e os demais

funcionários da escola, é discutir suas atuações. Para Libânio (2012), a escola passou a ser vista como um espaço de amparo social. Esta posição é defendida pelo autor a partir da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, de 1990, elaborada com base na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien na Tailândia e em outros documentos elaborados sob o patrocínio do Banco Mundial.

Torres (2001) *apud* Libânio (2012) relata que ao realizar uma análise na Declaração Mundial de Educação para Todos, verificou-se que a proposta original foi *reduzida*, sendo possível detectar variações em cada país que utilizou a mesma para elaborar suas políticas e programas educacionais. Essa redução foi realizada em função da visão economicista do Banco Mundial, patrocinador das Conferências Mundiais pela Educação.

Desta forma, a referida autora aponta que a visão *ampliada* de educação converteu-se em uma visão *reduzida*, ou seja:

a) da educação para todos, para educação dos mais pobres; b) de necessidades básicas, para necessidades mínimas; c) da atenção à aprendizagem, para a melhoria e avaliação dos resultados do rendimento escolar; d) da melhoria das condições de aprendizagem, para melhoria das condições internas da instituição escolar - organização escolar. A aprendizagem transforma-se numa mera necessidade natural, numa visão instrumental, desprovida de seu carácter cognitivo e desvinculada do acesso a formas superiores de pensamento (Torres, 2001 *apud* Libânio, 2012, p.18).

Por fim, a autora faz uma análise pedagógica do papel da escola e conclui que as necessidades básicas de aprendizagem transformaram-se num “pacote restrito e elementar de destrezas úteis para a sobrevivência e para as necessidades imediatas e mais elementares das pessoas” (ibidem, 2012, p. 18), aproximando da ideia de que o papel da escola é prover conhecimentos ligados à realidade imediata do aluno, à sua vida prática.

Assim, Libânio (2012) afirma que a política do Banco Mundial para as escolas de países pobres adquire duas características *pedagógicas*; a primeira centra-se no atendimento às necessidades mínimas de aprendizagem, e a

segunda transforma a escola num espaço de convivência e acolhimento social. Nesta última, o autor destaca o papel socializador da escola, como provedora da igualdade social, de inclusão e do respeito às diferenças.

As escolas brasileiras além de desempenhar todas essas atribuições têm a necessidade de vencer ou pelo menos contornar, os inúmeros desafios que se apresentam diariamente para seus gestores e a comunidade escolar. Dentre esses, podemos citar aqueles relacionados à dependência de recursos financeiros para manutenção das atividades escolares, a inclusão social sem adequação física dos locais e sem capacitação dos funcionários, o trabalho de conscientização e o respeito às diversidades de gênero, cultura e religião, a promoção da aprendizagem, os problemas de retenção, evasão, violência, drogas, dentre outros.

Sendo assim, é imprescindível que as escolas tenham uma estrutura organizacional bem definida, uma gestão que direcione, realize e cumpra os processos educativos em prol de promover a melhoria da educação do país. A Gestão Escolar é um tema amplamente discutido devido à sua importância e também em razão da forma como esta se faz. Atualmente, a Gestão Escolar tem sido pautada e realizada de forma menos centralizada, possibilitando a participação dos atores escolares e das famílias nas tomadas de decisões sobre a escola e seus projetos, incluindo o planejamento de suas atividades.

Do ponto de vista de Barroso (1996), baseado nas teorias da administração em geral, essa gestão é chamada de “participativa” e corresponde a um conjunto de princípios e ações que defendem e possibilitam a participação dos servidores, destacando-se os professores e os técnicos administrativos, nas decisões que são tomadas no âmbito escolar.

Com base no que diz o autor, é possível afirmar que a gestão escolar participativa reflete a importância que o gestor destina ao trabalho e a

contribuição dos professores, demais agentes escolares, das famílias e dos alunos no planejamento e organização didática, na definição dos objetivos e das metas para alcançá-los, possibilitando que os mesmos desempenhem atividades e realizem ações que beneficiem a escola, sobretudo na melhoria do ensino ofertado.

Desse modo, o trabalho docente não se restringe à sala de aula. Vai além disso, possibilitando e auxiliando a construção do conhecimento, assumindo um papel administrativo, redefinindo as suas funções e participando na construção do projeto pedagógico, no planejamento das atividades didáticas, na definição dos métodos de avaliação, na destinação dos recursos, na definição das normas, dentre outros.

Não menos importante, porém em menor número, os servidores técnicos administrativos, como são chamados nos Institutos Federais, participam na gestão escolar dessas instituições. Esses servidores ocupam diversos cargos, inclusive de chefia, nas áreas do ensino e administrativa, desempenhando variadas funções, que possibilitam a escola ter todo o suporte técnico e logístico necessário ao seu funcionamento, além de dar apoio aos estudantes e realizar o atendimento da comunidade externa.

Barroso (1996) descreve que na maior parte das obras que tratam da gestão participativa nas escolas, o papel desempenhado pelos alunos não recebe a valorização devida. Isto acontece pelo fato do aluno ser considerado uma produção da ação escolar ou, segundo o autor, “numa perspectiva neoliberal mais recente, os alunos são vistos como *clientes* e os professores como prestadores de serviço” (ibidem, 1996, p.11). Nas duas situações, o aluno está alheio à construção das etapas e atividades que definem seu percurso educativo, não realizando nenhuma intervenção crítica à sua melhoria.

O autor defende que os alunos devem ser encarados como se fossem *trabalhadores*, considerados “não como objetos da formação, mas como sujeitos da sua formação” (Barroso, 1996, p.11). Recomenda-se que os discentes não sejam tratados como consumidores de conhecimentos transmitidos pelos professores e, sim, como membros participativos na construção do projeto educativo da escola que define os saberes que lhes são necessários.

O principal elemento de mediação entre as famílias e a escola, além de promover a aprendizagem dos alunos, é o professor. Por ter um contato maior com os alunos, geralmente o professor é o primeiro agente escolar a detectar algum problema relacionado ao aluno, seja emocional ou cognitivo. O professor, pelo papel que desempenha na escola, é a pessoa que os pais têm como referência para buscar informações, apoio, solicitar orientações, realizar críticas ou sugestões.

Diante da importância do professor na ação educativa e na interação comunicativa entre as famílias e as escolas, estudos são desenvolvidos em prol de refletir sobre a formação docente, o papel do educador, a importância da participação na gestão escolar e na construção dos currículos escolares como forma de combate a evasão escolar.

Grande parte dos docentes convivem diariamente com a retenção, a evasão, a indisciplina e a violência escolar, desmotivando ainda mais estes profissionais que, em sua maioria, são mal remunerados. Muitas das vezes a escola ao cumprir seu papel na chamada *educação inclusiva*, recebe alunos com deficiências variadas e que passam a integrar a classe escolar, se colocando como um desafio para os professores que na maioria das vezes, não receberam capacitação que os prepare para o atendimento dos alunos que necessitam de atenção e educação diferenciada.

Nóvoa (2009) aponta duas realidades que se impõem como temas obrigatórios de reflexão e de intervenção sobre a inclusão:

Por um lado, as questões da *diversidade*, nas suas múltiplas facetas, abrem caminho para uma redefinição das práticas de inclusão social e de integração escolar. A construção de novas pedagogias e métodos de trabalho põe definitivamente em causa a ideia de um modelo escolar único e unificado” por outro, “os desafios colocados pelas *novas tecnologias* que têm vindo a revolucionar o dia a dia das sociedades e das escola (ibidem, 2009, p.13).

O autor afirma que os professores reaparecem, no início do século XXI, como agentes atuantes da promoção das *aprendizagens*, da construção e implantação de ações que possibilitem a inclusão. Por fim, sugere que os mesmos devem se apoiar nas novas tecnologias buscando métodos que amenizem os desafios que a *diversidade* impõe e que a escola tem que superar.

Diante desta realidade, os professores recém-formados ao começar a lecionar, constatam que não há um modelo único de educação, a diversidade e a inclusão social exigem uma redefinição das práticas pedagógicas e das metodologias a serem utilizadas. Nessas circunstâncias, os professores buscam apoio junto aos gestores escolares para promover adaptações metodológicas e didáticas necessárias para atender essa diversidade e propiciar a aprendizagem.

Somam-se a essas circunstâncias, a percepção e a decepção dos docentes sobre o distanciamento da teoria ensinada nas faculdades, com a prática vivenciada nas salas de aula, além das altas cargas horárias, dos baixos salários e o desprestígio da profissão. Há ainda que se destacar a parcela de responsabilização que os pais e a escola destinam aos professores pelos baixos resultados nas avaliações de aprendizagem obtidos pelos alunos, pela retenção, pela evasão e pelo insucesso escolar. Em muitos casos, os pais e os gestores das instituições escolares não compreendem a necessidade de

agirem, junto aos professores, como mediadores do processo ensino - aprendizagem, atribuindo unicamente aos docentes essa função e o resultado da mesma.

Perrenoud (2002) afirma que “desperdiça-se no sistema educativo uma energia desproporcionada a procurar *culpados*, quando o que há são problemas que não podem resolver-se a não ser considerando-os normais e enfrentando-os com método” (p.3) . Segundo o autor, faz diferença quando se encara o problema, tomam-se iniciativas em prol de resolvê-lo, mesmo que a solução não seja imediata.

Durante o Congresso Internacional da Rede Católica de Ensino, realizado no Brasil, na capital Brasília, em 2013, Perrenoud concedeu uma entrevista e sugeriu um questionamento reflexivo “quando um aluno fracassa, a culpa é dele próprio, que não estudou direito, ou da escola, que não ensinou bem?” (Perrenoud, 2013, s.p). Esse questionamento induz os professores e os gestores a uma reflexão sobre a qualidade do ensino e a responsabilização de cada um nesse processo em contínua construção.

Sobre a aprendizagem, o autor afirmou que os sistemas educacionais da maioria dos países não estão conseguindo promover a aprendizagem, e responsabilizou as instituições de ensino pelo insucesso dos alunos. Esse insucesso estaria ligado ao modo didático organizacional das escolas e à utilização de metodologias únicas que não consideram as diferenças na capacidade de aprender demonstradas pelos alunos. Essa inobservância pode estar relacionada ao fato de que a democratização de acesso à educação brasileira não foi capaz de promover o sucesso educativo, o desenvolvimento das capacidades e a aquisição de aprendizagens com a eficácia esperada, para todos os alunos. Todos estes problemas conduzem ao abandono e a evasão, e conseqüentemente, ao insucesso escolar.

Nesse sentido, Perrenoud (2013) pontua que “Igualdade de oportunidades não garante igualdade na aprendizagem” e critica a atitude da escola ao considerar todos os alunos iguais menosprezando as peculiaridades e as necessidades educativas de cada um. Por fim, enfatiza que “a tarefa da escola *que não exclui* é oferecer uma pedagogia *diferenciada*, considerando e atendendo as necessidades de cada um, destinando maior atenção a quem precisa mais, realizando assim, uma discriminação positiva” (Perrenoud, 2013, s.p). Nesta perspectiva, o professor deve planejar suas atividades didáticas de modo a instigar a aprendizagem, promovendo desafios. As mesmas devem ser planejadas de acordo com as necessidades e os níveis de capacidade de cada aluno. Desse modo,

o professor é impulsionado a desempenhar um papel de guia e mediador das aprendizagens, selecionando e mobilizando recursos, apoiando e orientando as atividades do aluno, fixando e regulando os momentos de estruturação e organização dos conhecimentos adquiridos, favorecendo a sua interação, contextualizando as situações de aprendizagem (Pinto & Delgado, 2014, p.146) e participando na construção e desenvolvimento do projeto educativo que é colocado em prática nas escolas.

O trabalho conjunto entre as instituições de ensino, os professores e as famílias promove melhorias na qualidade do ensino ofertado, permitindo os alunos alcançarem o sucesso educativo, evitando assim, o abandono e evasão escolares.

3.3 O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVO E DEMOCRÁTICO

Frente ao processo educacional, não poderíamos deixar de citar a participação da família, que ultimamente tem se aproximado mais da escola,

de forma ainda tímida, mas demonstrando interesse em participar das decisões e das ações que interferem na construção do processo ensino-aprendizagem de seus filhos.

Para fundamentar os direitos dos pais na participação da gestão das escolas em que seus filhos estudam, Barroso (1996, p.12) cita três argumentos que têm sido utilizados, são eles: a responsabilidade legal dos pais na educação dos filhos; os direitos que possuem como contribuintes e utilizadores de um serviço público, no caso do ensino ofertado na escola pública; e as vantagens que resultam da articulação entre as práticas educativas promovidas pelas famílias e as atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

A participação da família nos processos e atividades escolares, bem como no acompanhamento do desenvolvimento educacional dos alunos tem contribuído para a promoção da qualidade do ensino. Barroso (1996) alega que parece existir um consenso quanto ao trabalho de cooperação desenvolvido entre as escolas e as famílias, buscando otimizar a educação dos alunos. Contudo, o autor afirma que durante muito tempo os pais foram vistos como auxiliares e não como parceiros articuladores das ações e práticas educativas que se desenvolvem nos lares e nas escolas. Tem crescido, num ritmo ainda lento, o reconhecimento dos gestores escolares sobre a importância da ação participativa das famílias, junto aos professores, no desenvolvimento da aprendizagem.

Paro (1998) ressalta a importância da participação das famílias no processo ensino-aprendizagem ao afirmar que

grande parte do trabalho do professor é facilitado quando o estudante já vem para a escola predisposto para o estudo e quando, em casa, ele dispõe da companhia de quem, convencido da importância da escolaridade, o estimule a esforçar-se ao máximo para aprender (ibidem, 1998, p.7).

Antes de buscar descrever o papel da família cabe registrar a mudança no conceito e na composição familiar nos últimos tempos. O núcleo familiar tradicionalmente composto por pai, mãe e filhos, residindo na mesma casa, passou a abranger composições diversas e arranjos familiares variados.

De acordo com Fevorini e Lomônaco (2009), com base nos estudos de (Hobsbawm, 1996; Roudinesco, 2003, Bergamasco 2007; IBGE, 2007; Ferry, 2008),

a partir de meados do século XX começam a ganhar visibilidade novas configurações familiares: pessoas vivendo juntas sem estarem casadas legalmente, vivendo sozinhas por opção, mulheres chefes de família, novas famílias compostas por pessoas que já foram casadas e com filhos de outros relacionamentos. A chamada família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, tendo o pai como principal provedor financeiro e a mãe dedicada exclusivamente à educação dos filhos e à administração do lar parece não ser mais tão comum quanto era, principalmente, entre as camadas médias e altas da população (ibidem, 2009, p.73).

Diante dessas variadas possibilidades de constituição familiar, a escola parece crer que essa *nova família* não tem cumprido o papel principal na educação e na formação de valores de seus filhos, destinando esta função à escola que além de promover a aprendizagem e o desenvolvimento de saberes, passa a ter que trabalhar com maior ênfase questões relacionadas ao comportamento, valores, disciplina, violência, integração, respeito ao próximo e às diferenças, sexualidade, drogas, gravidez precoce, dentre outras, que os pais ou responsáveis deveriam previamente abordar e orientar seus filhos.

Fevorini e Lomônaco (2009), com base em Arendt (1997), indicam que há uma crise na educação, tanto na proporcionada pela família como na desenvolvida na escola. Tal crise pode ser impulsionada pela mudança do contexto cultural e tradicional de família, bem como de suas ações e os reflexos das mesmas.

Na visão de Enguita (2004), *apud* Fevorini e Lomônaco (2009), a escola faz hoje “o papel de complementar a família” (p.75). Neste sentido, perante as situações de insucesso, comumente, as famílias são consideradas, pela escola e seus educadores, culpadas por não desempenharem a parte que lhes cabe na educação dos filhos. Infelizmente há muitos casos em que os pais são omissos e não demonstram interesse em participar e intervir no processo formativo dos filhos mas que, no entanto, de acordo com os autores, não deve haver uma generalização desse comportamento por parte da escola.

As famílias, conscientes da importância de sua participação no processo formativo dos filhos, não devem atribuir à escola a total responsabilidade pela educação, cabendo a elas promover primordialmente a aprendizagem, se comprometendo a ensinar os princípios básicos de educação, efetuando assim, um trabalho contínuo de parceria com as escolas.

De acordo com Patto (1997) e Perrenoud (2001), *apud* Fevorini e Lomônaco (2009),

professores e educadores revelam-se alienados frente às transformações sociais que acabaram interferindo na organização das famílias. E, ao se depararem com as dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento dos seus alunos, sem encontrar o modelo tradicional de família, alimentam uma série de preconceitos em relação a elas, afastando-se do problema e eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre ele” (ibidem, 2009, p.76).

O resultado desse comportamento demonstra que alguns docentes ignoram os demais fatores que promovem ou induzem ao insucesso escolar, inclusive aqueles que são causados pela própria escola e sua (des) organização pedagógica.

Frente à nova realidade de composição das famílias, cabe a escola não julgar suas atitudes ou direcionar a elas a responsabilização pelo fracasso escolar. A escola como instituição social que é deve buscar uma aproximação destas famílias orientando-as a realizar um acompanhamento mais efetivo do

processo ensino - aprendizagem de seus filhos, levando-as a conhecer e participar das ações educativas propostas e desenvolvidas nas escolas. Ao conhecer o papel da escola e como o mesmo é desempenhado, os pais ou responsáveis, ao participar de suas ações, sentem-se integrados ao meio escolar. Este trabalho em conjunto é de grande relevância para a aprendizagem, o sucesso escolar e a construção de uma escola mais democrática.

Nóvoa (2009), ao propor alguns cenários para a educação, ressalta “que a escola no centro da coletividade remete para uma instituição fortemente empenhada em causas sociais, assumindo um papel de *reparadora* da sociedade; acolhendo os alunos, apoiando as famílias e aos grupos mais desfavorecidos” (p.61).

O autor chamou essa escola de “transbordante” por priorizar as funções sociais e assistenciais ao invés de promover a aprendizagem e afirma que ao agir desse modo, a escola assume uma “missão” impossível de se concretizar. Nesta perspectiva, as famílias não devem atribuir à escola a total responsabilidade pela educação, cabendo a elas promover primordialmente a aprendizagem, se comprometendo a ensinar os princípios básicos de educação aos seus filhos, contribuindo assim, para a continuidade desse trabalho nas escolas.

O acompanhamento e o apoio familiar estimulam o desempenho dos alunos na escola, minimizando as possibilidades de insucesso e de evasão. O problema da evasão pode ser minimizado se nas escolas houver um modelo de gestão que mobilize e incentive a participação das famílias e da comunidade externa. Essa participação deveria acontecer desde o planejamento didático - organizacional, a definição dos objetivos e metodologias a serem utilizadas até na resolução dos problemas que se

apresentam dentro e fora do ambiente escolar. Escola, professores, família e alunos devem coexistir e agir de modo articulado.

Por isso a gestão das escolas deve ficar atenta a todas as manifestações dos alunos, inclusive a evasão, objetivando verificar a satisfação dos mesmos com o ambiente escolar, com os docentes e cursos ofertados. Esta atenção à evasão nos cursos técnicos concomitantes oferecidos no IFTM – Patos de Minas pode indicar a necessidade de revisão dos projetos pedagógicos dos mesmos, das matrizes curriculares, disciplinas e ementas, metodologias e até mesmo a continuidade ou não, do oferecimento dos cursos que apresentam altos índices de evasão.

Assim, de forma a conhecer as causas da evasão escolar nos cursos concomitantes ofertados no IFTM – Patos de Minas foi desenvolvido o estudo empírico que a seguir se descreve.

4 - JUSTIFICAÇÃO DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS

Com o objetivo principal de identificar as possíveis causas da evasão nos cursos técnicos concomitantes, ofertados pelo IFTM – Patos de Minas de 2013 a 2015, a opção metodológica utilizada para essa pesquisa foi a investigação empírica por meio de um estudo de caso. O estudo de caso é descrito por Fonseca (2002) *apud* Gerhardt e Silveira (2009) como uma análise de um programa, uma escola, uma instituição, um curso, uma turma, uma pessoa, dentre outros exemplos, visando desvendar como e por que determinado fato ocorre.

Este tipo de estudo, segundo os autores, baseia-se numa perspectiva interpretativa uma vez que o pesquisador busca compreender o objeto estudado através do ponto de vista dos participantes da pesquisa e, para tal, é necessário que ocorra interação entre ambos. O estudo de caso relaciona a teoria com a prática e em razão dessa característica, os seus resultados tornam-se mais acessíveis e de fácil compreensão pelo público em geral. Os dados obtidos com esse tipo de estudo podem proporcionar percepções variadas sobre o tema da pesquisa e tendem a possibilitar reinterpretações sobre o mesmo.

O estudo foi realizado nas nove primeiras turmas ofertadas entre 2013/2 e 2015/1, dos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração e buscou conhecer as razões pelas quais os alunos desistiram de concluir os referidos cursos. O *campus* criado a menos de quatro anos apresenta um alto índice de evasão nos cursos concomitantes.

Para realização da pesquisa adotou-se, como referido acima, a metodologia qualitativa do tipo estudo de caso e a coleta dos dados se deu

por meio da técnica de aplicação de questionários *online* aos alunos evadidos e aos professores do IFTM- Patos de Minas.

Tartuce (2006) *apud* Gerhardt e Silveira (2009) afirma que a metodologia se refere ao estudo dos meios utilizados para a realização da pesquisa e explica que Método vem do grego *methodos*; *met'hodos* que significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim” (ibidem, 2009, p. 11). Em outras palavras, a metodologia descreve as etapas desenvolvidas ao longo do estudo, os procedimentos e os métodos utilizados para alcançar os objetivos propostos na pesquisa que se iniciou com uma pergunta de partida: Quais as causas da Evasão Escolar nos cursos Técnicos de nível médio, concomitantes, ofertados pelo IFTM – Patos de Minas?

“Cotidianamente, de forma natural, fazemos indagações e nos questionamos, ou questionamos outras pessoas, sobre os fenômenos que nos cercam.” (Martins, 2013, p.9). Assim, as manifestações de evasão escolar apresentadas nos cursos técnicos concomitantes ofertados no IFTM – Patos de Minas têm levado os gestores e a comunidade escolar a buscar respostas, justificativas que possibilitem compreender o acontecimento da evasão nos referidos cursos, de forma a intervir buscando minimizar ou até mesmo conter os índices desse fenômeno tão alarmante.

A evasão é um problema que interfere negativamente no processo educacional brasileiro, levando o governo, em todas as suas autarquias, as escolas e as famílias a buscar compreender esse fenômeno e agir contra ele. Para essa compreensão, no IFTM – Patos de Minas, é necessário conhecer o quantitativo de alunos evadidos em cada uma das turmas selecionadas para o estudo e os fatores que motivaram a evasão.

Constata-se que houve um aumento significativo do número de novas Instituições de Ensino e, portanto, uma elevada disponibilidade de vagas, que

não têm atraído os alunos ou garantido a permanência dos mesmos nas escolas. Essa situação não ocorre somente no Brasil vários países vivenciam esse mesmo problema que se apresenta para os gestores escolares com uma necessidade urgente de solução.

Para criação de novas instituições públicas de ensino, em variados níveis, e a construção de toda a estrutura física, material e pessoal necessária para o funcionamento das mesmas, há investimento de dinheiro público. Sendo assim, é necessário que os gestores dessas instituições prestem contas desses gastos, justifiquem o seu uso e a necessidade de mais recursos para investimentos em melhorias e/ou abertura de novos cursos.

A condição física das unidades de ensino pode influenciar na permanência ou não, dos alunos nos cursos. No entanto, os gestores podem encontrar dificuldades para justificar a necessidade de novos recursos financeiros ou mesmo aqueles que já foram investidos, se a Instituição apresenta uma eficiência acadêmica abaixo do esperado. O número reduzido de formandos pode ser resultante de situações como a dificuldade de aprendizagem, desmotivação, retenção e evasão. Diante dos elevados índices de evasão, os gestores das instituições educativas públicas vivenciam um grave problema e buscam meios de resolvê-lo ou amenizá-lo.

Assim, a presente pesquisa teve como propósito a busca pelo conhecimento dos motivos que levaram os alunos das nove primeiras turmas dos cursos técnicos concomitantes a abandonarem os estudos antes da conclusão, para que posteriormente, com base nos mesmos, fosse possível planejar e elaborar um Plano de Ação que possa ser desenvolvido no *campus* para tentar reduzir o quantitativo de evadidos em cada curso e aumentar o número de concluintes.

Desse modo, de acordo com as evasões constatadas nos cursos concomitantes, a pesquisa buscou levantar o quantitativo de evadidos em cada turma e os índices de evasão nas mesmas, e ainda, os dados qualitativos referentes às motivações, razões e fatores que conduziram os alunos ao abandono dos cursos, e o posicionamento dos docentes do Instituto sobre a evasão.

4.1 PÚBLICO ALVO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida buscou quantificar os alunos evadidos em nove turmas dos cursos técnicos de nível médio concomitantes, totalizando 270 vagas disponibilizadas e ainda, conhecer as motivações dos mesmos e a opinião dos 34 professores que lecionam no IFTM – Patos de Minas sobre a evasão verificada no referido *campus*. As turmas selecionadas para o estudo foram ofertadas a partir de 2013/2 até 2015/1, sendo:

- 04 Turmas de Técnico Concomitante em Eletrotécnica
- 04 Turmas de Técnico Concomitante em Logística
- 01 Turma de Técnico Concomitante em Mineração

Segundo Creswell (2007), a pesquisa classifica-se em quantitativa, qualitativa ou mista, variando de acordo com a sua natureza. A pesquisa realizada se classifica como mista, pois alguns elementos alvos do estudo, como o número total de evadidos em cada curso e os índices de evasão são quantitativos. Enquanto que os dados qualitativos como as motivações que

conduziram os alunos ao abandono dos cursos, e ainda, o posicionamento dos docentes sobre a evasão foram imprescindíveis para elucidar a evasão ocorrida nos cursos concomitantes, oferecidos pelo IFTM – Patos de Minas.

A utilização da pesquisa mista possibilitou a análise dos aspectos quantitativos e qualitativos no intuito de complementar o processo de investigação e ampliar o conhecimento sobre o tema em questão. Os dados alcançados com esse tipo de estudo possibilitaram uma melhor visão e compreensão da proporção da evasão no referido *campus*, bem como o estabelecimento de hipóteses sobre as motivações que resultaram na mesma.

4.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA A COLETA DE DADOS.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, em todos os seus *campi*, passou a concentrar esforços e dedicar maior atenção ao fenômeno da Evasão Escolar. Em julho de 2015, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, encaminhou às Instituições da Rede Federal de Ensino orientações sobre os procedimentos que cada Instituição deveria seguir, em relação ao crescente número de evasões constatadas, reafirmando a necessidade de buscar alternativas para amenizar os índices.

A primeira orientação da SETEC foi para que os Diretores Gerais de cada *campus* indicassem um servidor para presidir a Comissão Local e coordenar todas as ações relacionadas ao estudo da evasão, em cada unidade do IFTM. Fui indicada e assumi esse trabalho no IFTM – Patos de Minas, juntamente à Subcomissão Interna, que foi nomeada pela Direção Geral e

recebeu todas as orientações da Comissão Central, instalada na Reitoria. Em seguida o *campus* recebeu a tabela referência do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, contendo informações dos alunos que ingressaram nos cursos concomitantes até 2015 possibilitando identificar quantitativamente, por curso, os alunos evadidos de 2014 até julho de 2015.

Visando alcançar os objetivos pretendidos neste estudo foram utilizadas as pesquisas bibliográficas, webgráficas e documental. A coleta de dados qualitativos se deu por meio da técnica de aplicação de questionários *online* aos evadidos e aos professores da instituição, utilizando-se a ferramenta Google Forms. A escolha dessa técnica se justifica pela dificuldade de contato presencial com os alunos, uma vez que se encontram evadidos da escola, e aos professores pela facilidade logística em obter as respostas, visto que os mesmos lecionam em cursos, turnos e horários variados.

Tanto os dados quantitativos, obtidos com a pesquisa documental, quanto os qualitativos, obtidos com as respostas dos alunos evadidos e professores do IFTM-Patos de Minas foram analisados, cruzando as informações obtidas das diferentes fontes. A triangulação dos dados quantitativos e qualitativos possibilitou a obtenção de informações sobre o tema de estudo, em mais de uma fonte, permitindo maior aproximação dos indicadores da evasão. As pesquisas bibliográficas e webgráficas foram utilizadas como referências no suporte teórico sobre o tema em estudo.

A pesquisa documental permitiu obter e confirmar algumas informações importantes para melhor compreensão da situação apresentada pelos alunos de cada turma. A mesma foi realizada por meio de consultas às planilhas fornecidas pelo SISTEC em 2014, 2015 e em 2016, aos arquivos escolares, ao Regulamento de Organização Didático- Pedagógico do IFTM, às

pastas de alguns alunos cujos dados foram comparados aos registrados do Sistema Acadêmico do IFTM, ao livro de registro de formandos e em alguns relatórios fornecidos pelas coordenações dos cursos, permitindo obter e confirmar algumas informações importantes referentes ao número de alunos em curso, evadidos e formandos.

Para melhor compreensão dos dados quantitativos e qualitativos os mesmos serão apresentados em três análises. A primeira mostrará uma análise estatística dos dados quantitativos de evadidos nas nove turmas dos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração, com referência às planilhas disponibilizadas pelo SISTEC nos anos de 2015 e 2016.

Após a quantificação dos alunos evadidos, será demonstrada a evolução dos níveis de evasão entre os anos de 2013 e 2015 que será comparada com a média nacional de evasão da educação básica. A segunda análise se dará sobre o conteúdo das respostas dos evadidos, obtidas com as pesquisas realizadas em 2015 e em 2016, sobre as motivações da evasão. Por fim, na terceira análise, serão apresentadas as respostas dos professores do IFTM- Patos de Minas, sobre a evasão apresentada, nos cursos em que lecionam.

A busca pelo conhecimento dos fatores que levam a evasão no IFTM – Patos de Minas teve início quando de posse do quantitativo de evadidos, apurado em 2015, passou-se a identificar os e-mails dos mesmos. Posteriormente foi enviado, por e-mail, um questionário *online* a 93 alunos compreendidos na situação de evadidos. O mesmo continha 14 perguntas que buscaram identificar o perfil dos evadidos e conhecer as motivações que levaram os mesmos a desistirem de finalizar os cursos técnicos concomitantes em Eletrotécnica, Logística e Mineração.

Tal técnica de coleta de dados se mostrou mais viável em razão da situação de evasão dos alunos, otimização do tempo em função do grande número de pessoas a consultar, permitindo obter respostas rápidas e proporcionando maior liberdade e tempo de resposta. Por não haver a presença física do pesquisador, a pesquisa tende a ser mais imparcial.

Os dados quantitativos e qualitativos obtidos com a pesquisa de 2015 foram complementados com o estudo realizado em 2016, com base na nova tabela fornecida pelo SISTEC, que possibilitou contabilizar mais 40 alunos evadidos de 2015 até fevereiro de 2016, aos quais foram enviados outro questionário contendo nove questões que buscaram elucidar as possíveis razões da evasão. Por fim, foi aplicado um questionário *online* aos 34 professores, com o objetivo de conhecer a atuação e a visão dos mesmos sobre a evasão nos cursos em que lecionam e que são objetos desse estudo.

Com o objetivo de esclarecer aos pesquisados todas as dúvidas sobre o estudo foi colocada uma nota explicativa nos questionários sobre o mesmo, reafirmando o sigilo das respostas e o anonimato dos participantes. Os questionários foram utilizados para coletar as informações dos alunos evadidos e dos professores sobre as dificuldades educacionais que enfrentam, as possíveis deficiências da Instituição e do trabalho docente que foram fundamentais para o embasamento e a construção do Plano de Ação para intervenção relativa ao processo da evasão constatada no IFTM – Patos de Minas.

Os dados quantitativos foram analisados e receberam um tratamento estatístico tendo em vista os objetivos de quantificar o número de evadidos, traçar a evolução dos níveis de evasão entre os anos de 2013 e 2015 e compará-los com a média nacional. As respostas dos alunos evadidos foram analisadas utilizando-se da técnica de análise de conteúdo e organizadas em

categorias de análise, visando identificar as principais causas da evasão, possibilitando melhor compreensão da temática em estudo. As motivações da evasão apontadas pelos alunos e pelos professores poderão indicar se há relação destes estímulos com as variáveis apontadas pelos autores, cujos estudos foram tomados como base para a realização desta pesquisa.

As respostas dos alunos e dos professores, obtidas através da pesquisa, poderão ainda promover na comunidade escolar uma reflexão sobre o seu papel educacional e embasar a formulação e implantação de um Plano de Ação, que poderá minimizar os números de evadidos nos cursos oferecidos na forma concomitante no IFTM- Patos de Minas.

5- DADOS SOBRE EVASÃO ESCOLAR NOS DIFERENTES CURSOS

Para realizar a apreciação dos dados, recorreremos às técnicas de análise documental, estatística e do conteúdo das respostas obtidas com a aplicação dos questionários aos alunos evadidos e aos professores da instituição. A análise quantitativa realizada em 2015 será apresentada junto aos dados obtidos em 2016, com o intuito de possibilitar a comparação dos mesmos.

Considerando-se os objetivos propostos neste estudo, inicialmente procurou-se quantificar o número de alunos evadidos nos cursos técnicos concomitantes ofertados pelo IFTM - Patos de Minas de 2013/2 a 2015/1, traçar a evolução dos níveis de evasão entre os anos de 2013 e 2015 e comparar os níveis de evasão do IFTM – Patos de Minas com a média nacional de evasão na educação básica. Posteriormente buscou - se investigar as principais causas de evasão escolar nos referidos cursos, por meio da análise do conteúdo das respostas dos alunos considerados evadidos, obtidas com os questionários aplicados em 2015 e em 2016.

Por fim, será apresentada a análise do conteúdo das respostas dos docentes sobre a evasão nos cursos em que ministram aulas. Com base na análise das respostas dos evadidos e dos professores será elaborada uma proposta de ações visando diminuir os índices de evasão nos cursos participantes do estudo.

5.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Apresentaremos os dados quantitativos dos evadidos nos cursos concomitantes ofertados pelo IFTM – Patos de Minas, entre os anos de 2013 e 2015, relacionando o número de alunos que ingressaram em 2013/2 até 2015/1 e o quantitativo de evadidos até fevereiro de 2016. Foi possível levantar o número de alunos em curso, o quantitativo de evadidos e de formandos em cada uma das nove turmas. Para melhor evidência dos dados quantitativos, os mesmos serão apresentados em quadros, sendo um para cada uma das nove turmas, dos três cursos.

Na primeira análise, tomamos como referência os quantitativos de evadidos das turmas de Eletrotécnica, Logística e Mineração obtidos nas planilhas disponibilizadas pelo SISTEC, nos anos de 2015 e 2016 que serão apresentados a seguir. Iniciaremos pelo curso de Eletrotécnica.

5.1.2 Eletrotécnica

Constatamos que das 120 vagas ofertadas pelas quatro turmas do curso técnico concomitante em Eletrotécnica, somente 112 foram preenchidas e destas, 66 ficaram ociosas devido à evasão ocorrida, como pode ser observado nos quadros de cada turma, abaixo:

TURMA 01 - ELETROTÉCNICA VESPERTINO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEM. DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
22	07	15	0	2013/2	2015/1
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
22	06	15	01	2013/2	2015/1

Quadro 06: Dados da Turma 01- Eletrotécnica Vespertino: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

Na turma de Eletrotécnica 2013/2 ofertada no turno Vespertino apurou-se 68,18% de evasão em 2015 e o mesmo percentual se manteve em 2016. A primeira constatação da evasão nessa turma ocorreu mesmo antes das aulas iniciarem, visto das 30 vagas disponibilizadas, apenas 22 foram ocupadas. Apenas um aluno concluiu o curso até a data da última análise dos dados, realizada em 22 de fevereiro de 2016. O curso tem duração regular de dois anos, cujo término ocorreu em 2015/1. No entanto, o prazo máximo para integralização do mesmo é de quatro anos, assim os seis alunos ainda matriculados têm o prazo limite de conclusão até 2017/1, ou seja, julho de 2017. O quadro abaixo apresenta os dados quantitativos da segunda turma do curso de Eletrotécnica, ofertada no período noturno:

TURMA 02 - ELETROTÉCNICA NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEM. DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
30	13	17	0	2013/2	2015/1
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
30	10	19	01	2013/2	2015/1

Quadro 07: Dados da Turma 02- Eletrotécnica Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

Na turma de Eletrotécnica 2013/2 Noturno foi verificado um percentual de evasão de 56,67% de acordo com os dados da planilha Sistec de 2015 e de 63,33% de acordo com a planilha de 2016. Houve apenas um formando na turma 2013/2 noturno ao final do tempo regular para conclusão do curso, em 2015/1. O baixo número de formandos pode estar relacionado ao tempo máximo que os alunos possuem para a integralização da carga horária do curso que é o dobro do tempo regular, ou seja, quatro anos, assim os 10 alunos matriculados têm até 2017/1 para finalizarem o curso. A maioria dos estudantes trabalham e costumam deixar a realização do estágio obrigatório para o final do curso, quando já concluíram as disciplinas e passam a se dedicar somente ao estágio.

Passamos a tratar das turmas de Eletrotécnica ofertadas em 2014/1 e 2014/2, conforme os dados apresentados pelos quadros abaixo:

TURMA 03 - ELETROTÉCNICA NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE DECONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
30	12	18	0	2014/1	2015/2
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
30	11	17	02	2014/1	2015/2

Quadro 08: Dados da Turma 03- Eletrotécnica Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

A turma de 2014/1 noturno apresentou 60% de evasão em 2015 e 56,67% em 2016. O quantitativo de evadidos apresentado em 2016 foi menor devido ao fato de um aluno que havia sido considerado evadido, no período da pesquisa de 2015, por não realizar a rematrícula no prazo estabelecido, solicitou à coordenação de curso a realização desse procedimento fora do prazo, sendo o mesmo autorizado. Contabilizou-se dois concluintes que finalizaram o curso dentro do prazo regular. Os alunos que ainda se encontram matriculados têm o prazo limite até 2017/2 para integralização do curso. A seguir os dados da quarta turma do curso de Eletrotécnica:

TURMA 04 - ELETROTÉCNICA NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
30	21	09	0	2014/2	2016/1
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
30	15	15	0	2014/2	2016/1

Quadro 09: Dados da Turma 04- Eletrotécnica Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

A turma do curso de Eletrotécnica 2014/2, noturno, que ofertou 30 vagas, apresentou 30% de evasão em 2015 e 50% em 2016. Não foi contabilizado nenhum formando nessa turma conforme a Planilha do SISTEC emitida em 22 de fevereiro de 2016. Em 2016/1 encerrou-se o prazo regular de conclusão do curso, porém os alunos matriculados terão como prazo limite 2018/1 para integralização do curso, conforme o Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

Os índices de evasão das quatro turmas do curso de Eletrotécnica obtidos com as pesquisas realizadas em 2015 e 2016 estão representados no gráfico abaixo

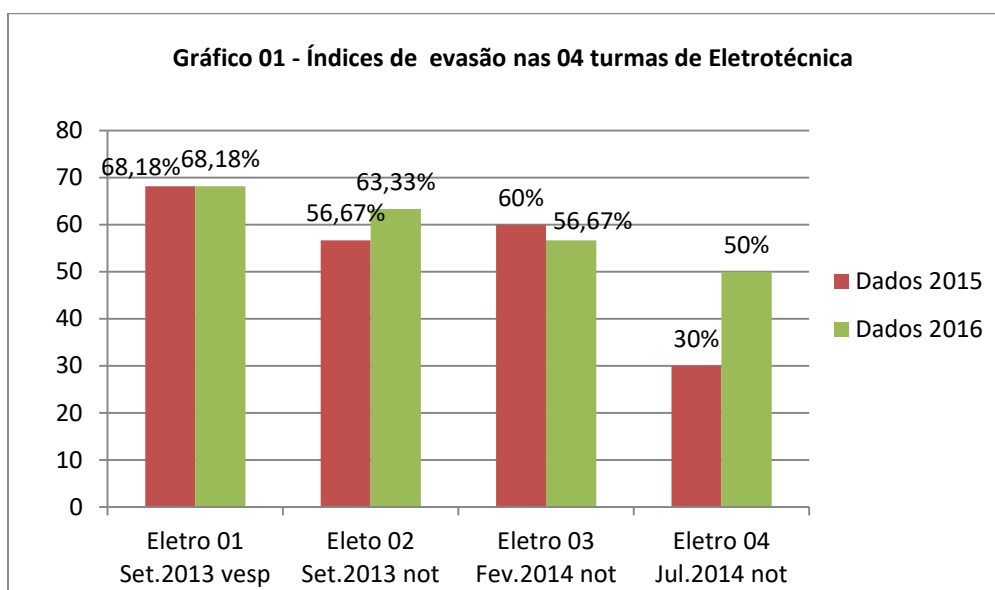


Gráfico 01: Índices de Evasão nas quatro turmas do curso de Eletrotécnica obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016.

Na pesquisa de 2015, a turma 2013/2 vespertino apresentou 68,18% de evasão, o maior índice comparado as demais turmas, porém o mesmo se manteve na pesquisa de 2016. O elevado índice de evasão no referido período pode estar relacionado com a necessidade de trabalhar dos alunos, visto que normalmente as atividades laborais são realizadas no horário comercial, coincidindo com o horário das aulas. Em 2015, a turma 2013/2 noturno apresentou 56,67% de evasão. Já em 2016, houve um aumento de 6,66% no quantitativo de evadidos fazendo com que essa turma atingisse o percentual de 63,33%. A turma 2014/1 noturno apresentou uma queda de 3,33% no número de evadidos, o índice de evasão verificado em 2015 foi de 60% e em 2016 reduziu para 56,67%. Já a turma 2014/2 noturno apresentou um aumento de 20% no índice de evasão, saltando de 30% em 2015 para 50% em 2016. A elevação dos percentuais indica que a atenção deve ser redobrada em prol de identificar os principais fatores motivadores da evasão para possíveis intervenções.

A seguir serão apresentados os dados do curso de Logística.

5.1.3 Logística

Cada turma ofereceu o quantitativo de 30 vagas. Ficou constatado que das 120 vagas ofertadas no curso Técnico em Logística, somente 113 foram preenchidas e destas, 59 ficaram ociosas devido à evasão ocorrida, como pode ser observado nos quadros de cada turma, abaixo:

TURMA 01- LOGÍSTICA VESPERTINO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
25	12	12	01	2013/2	2014/2
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
25	06	18	01	2013/2	2014/2

Quadro 10: Dados da Turma 01- Logística Vespertino: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

Na turma do curso de Logística 2013/2 vespertino, apurou-se 48% de evasão em 2015 e 72% em 2016, demonstrando um aumento de 24% do número de evadidos. A evasão nessa turma ocorreu mesmo antes das aulas terem início, uma vez que, das 30 vagas disponibilizadas, apenas 25 foram ocupadas. Apenas dois concluintes foram contabilizados nessa turma, com base nos dados analisados até fevereiro de 2016, um aluno concluiu o curso dentro do prazo regular enquanto que o outro finalizou os estudos posteriormente a esse prazo. O tempo limite para integralização da carga horária do curso para essa turma encerrou em 2016/1, portanto ao final de julho de 2016, o que significa que os alunos que não concluíram o curso e que não pediram dilação de prazo para a conclusão, passam a ser considerados desistentes. O quadro seguinte contém os dados quantitativos da segunda turma do curso de Logística, ofertada no período noturno:

TURMA 02 - LOGÍSTICA NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
30	19	05	06	2013/2	2014/2
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
30	07	19	04	2013/2	2014/2

Quadro 11: Dados da Turma 02- Logística Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

Na turma de Logística 2013/2 noturno foi verificado um percentual de evasão de 16,67% de acordo com os dados da planilha SISTEC de 2015 e de 63,33% de acordo com a planilha de 2016, ficando evidente o crescimento de 46,66% no índice de evasão nessa turma. Foi constatado o quantitativo de dez formandos sendo seis de acordo com os dados da Planilha de 2015 e quatro conforme dados de 2016. Esse quantitativo é considerado baixo, uma vez que o término regular do curso ocorreu em 2014/2 e o prazo limite para integralização da carga horária do curso encerrou-se em 2016/1.

Dos sete alunos que ainda estavam matriculados, apenas três solicitaram dilação do prazo para conclusão do curso. Esse período extra é solicitado quando, mesmo com o dobro do prazo para terminar o curso, os alunos ainda ficam retidos pela não aprovação em alguma disciplina ou por não conseguirem realizar o estágio. Como o limite máximo de tempo para a integralização da carga horária do curso encerrou-se em 2016/1 a partir de então, os alunos que não concluíram o curso e não solicitaram a dilação de prazo são lançados no sistema escolar como desistentes, aumentando o número de evadidos e o insucesso da turma. Abaixo estão apresentados os dados quantitativos da terceira turma do curso de Logística:

TURMA 03 - LOGÍSTICA NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
Análise Planilha SISTEC 06.07.15					
28	16	12	0	2014/1	2015/1
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
28	11	14	03	2014/1	2015/1

Quadro 12: Dados da Turma 03- Logística Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

Das 30 vagas disponibilizadas nessa turma, apenas 28 foram ocupadas. A turma de 2014/1 noturno apresentou 42,86% de evasão em 2015 e 50% em 2016, resultando em um aumento de 7,14% no quantitativo de evadidos. Essa turma não contabilizou nenhum formando de acordo com a análise de 2015 e apenas três formandos foram contabilizados na análise de 2016, três dos 11 alunos que estavam matriculados pediram dilação do prazo para finalização do curso. Por fim, no quadro abaixo, são apresentados os dados da quarta turma do curso de Logística:

TURMA 04 - LOGÍSTICA NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
ANÁLISE PLANILHA SISTEC 06.07.15					
30	30	0	0	2014/2	2015/2
Análise Planilha SISTEC 22.02.16					
30	22	08	0	2014/2	2015/2

Quadro 13: Dados da Turma 04- Logística Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

A turma 2014/2 apresentou 0% de evasão em 2015 e 26,67% em 2016. Não foi contabilizado nenhum formando nas duas análises. Os índices de evasão constatados em cada turma nas pesquisas de 2015 e 2016 são apresentados no gráfico abaixo:

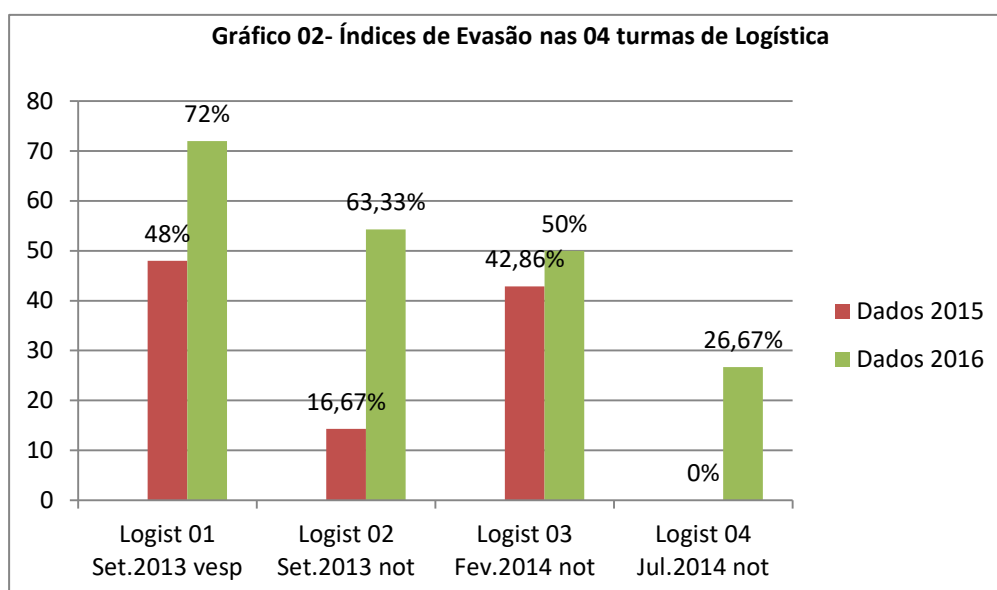


Gráfico 02: Índices de Evasão nas quatro turmas do curso de Logística obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016.

Os índices de evasão em cada turma apontados pela pesquisa de 2016 são superiores às taxas apresentadas na pesquisa de 2015, levando a conclusão de que o problema da evasão no curso concomitante de Logística se agravou muito. Na primeira turma 2013/2 vespertino foi apurado em 2015 um percentual de 48% de evasão. Esse quantitativo elevou-se em 2016 atingindo 72%, sendo verificado um aumento de 24% no índice de evasão. Na turma 2013/2 noturno o percentual de crescimento da evasão foi ainda maior, em 2015 a turma obteve 16,67% de evasão enquanto que em 2016, o

percentual alcançou 63,33%, sendo constatado um crescimento de 46,66% na taxa de evasão. A turma 2014/1 elevou seu índice de evasão de 42,86% para 50%, demonstrando uma elevação de 7,14%. A turma 2014/2 que não apresentou evasão na pesquisa de 2015 obteve um percentual de 26,67% em 2016.

O prazo regular para que os alunos dessas turmas concluíssem os cursos já finalizou. Para as três primeiras turmas de Logística 2013/2 vespertino, 2013/2 e 2014/1 noturno, até o limite máximo de tempo para integralização da carga horária, que é o dobro do tempo de duração de cada curso, já se encerrou em 2016/1 e 2016/2, respectivamente. Os alunos ainda matriculados na quarta turma, 2014/2 noturno, têm até julho de 2017 para finalizar o curso.

Por fim, apresentaremos os dados quantitativos da primeira turma de Mineração ofertada em 2015/1 e que também compôs esse estudo.

5.1.4 Mineração

O curso ofertou 30 vagas e destas somente 28 foram preenchidas. Logo no primeiro semestre de 2015 constatou-se uma evasão de cinco alunos, correspondendo a 17,86%. Até 22 de fevereiro de 2016, data de recolhimento dos dados, o número de evadidos foi de oito, ou seja, 28,57 %. Como o prazo regular para finalização o curso foi em dezembro de 2016 e a planilha analisou os dados até fevereiro do mesmo ano, não foi possível contabilizar formandos. No entanto, segundo parecer da coordenação de curso, três

alunos concluíram o curso dentro do prazo regular. O quadro abaixo ilustra os quantitativos relativos a turma participante do estudo:

TURMA 01- MINERAÇÃO NOTURNO					
Nº DE INGRESSANTES	Nº DE ALUNOS EM CURSO	Nº DE EVADIDOS	Nº DE FORMANDOS	ANO/SEMESTRE DE INGRESSO	ANO/SEMESTRE DE CONCLUSÃO
ANÁLISE PLANILHA SISTEC 06.07.15					
28	23	05	0	2015/1	2016/2
ANÁLISE PLANILHA SISTEC 22.02.16					
28	20	08	0	2015/1	2016/2

Quadro 14: Dados da Turma 01- Mineração Noturno: nº de ingressantes, alunos em curso, evadidos, formandos, ano de ingresso e conclusão. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das Planilhas Sistec de 2015 e 2016, dados CRCA e relatórios das Coordenações dos Cursos.

Após quantificarmos os alunos evadidos na turma do curso técnico concomitante de Mineração, por meio da pesquisa, foram encontrados os seguintes índices de acordo com os dados de 2015 e 2016, demonstrados no gráfico abaixo:

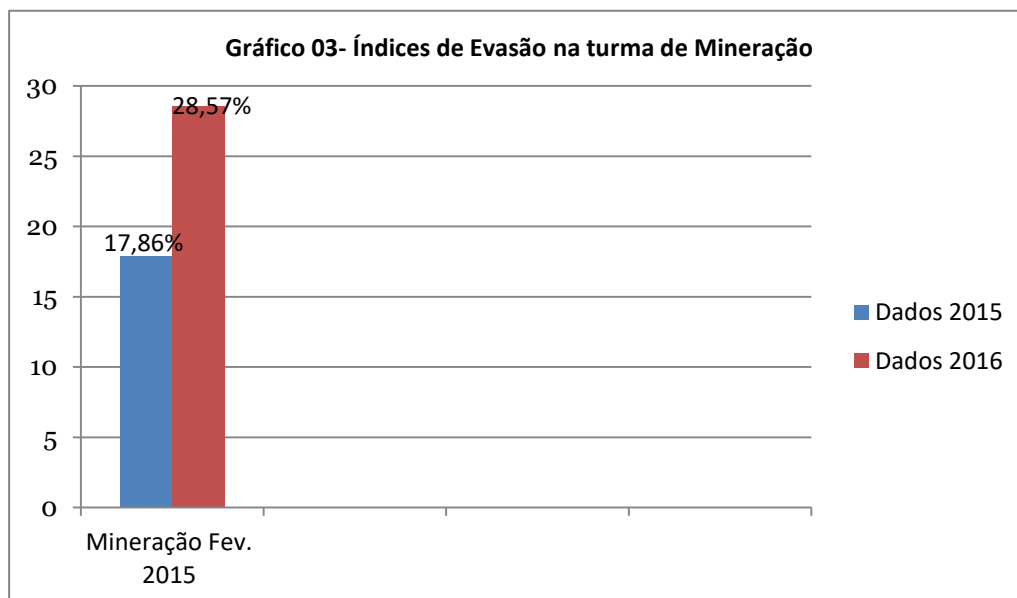


Gráfico 03: Índices de Evasão na turma do curso de Mineração obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016.

O curso de Mineração apresentou uma elevação no número de alunos evadidos entre 2015 e 2016. O índice subiu de 17,86% para 28,57%, demonstrando um aumento de 10,71%. Embora esse índice se refira a somente uma turma do curso, indica que a evasão constatada requer atenção. Os alunos matriculados na turma de Mineração que ingressaram em 2015/1 e, que não concluíram o curso no prazo regular, têm até o primeiro semestre de 2018 para finalizar os estudos.

A evasão total evidenciada com a pesquisa de 2015 e 2016 ocorrida nas nove turmas, dos três cursos, foi considerada elevada. O curso de Eletrotécnica apresentou o maior percentual de evadidos, alcançando 58,92% nas quatro turmas participantes do estudo. Considerando o quantitativo de 113 ingressantes das quatro turmas do curso de Logística 52,21% ou seja, mais da metade deles evadiu do curso. A diferença no percentual de evasão

entre os cursos de Logística e Eletrotécnica é de apenas 6,71%. Devido à evasão ocorrida nas turmas de Eletrotécnica e Logística ofertadas no período vespertino não houve abertura de novas turmas nesse turno.

Apenas a primeira turma do curso de Mineração participou do estudo e dos 28 alunos matriculados, 08 evadiram o que corresponde a 28,57%. O índice total de evasão no referido curso é considerado preocupante, visto que apenas uma turma participou da análise. Se o índice de evasão da única turma de Mineração for comparado ao índice de evasão verificado nas quatro turmas do curso de Logística, verifica-se que há uma diferença de apenas 23,64% no percentual de evasão entre os dois cursos. O gráfico abaixo apresenta os percentuais totais da evasão, nas nove turmas dos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração conforme dados de 2015 e 2016:

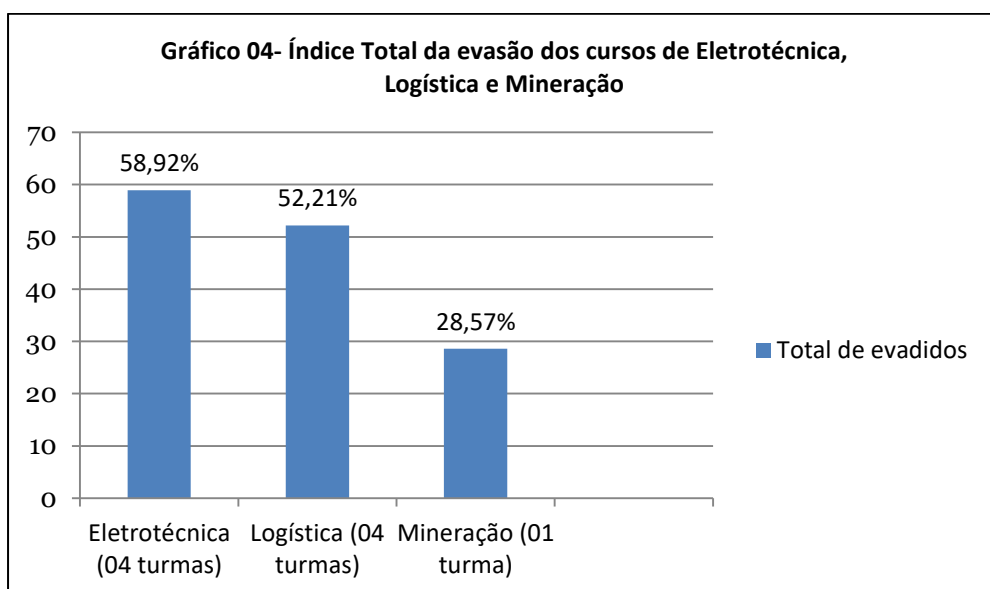


Gráfico 04: Índice total da Evasão nos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração obtidos com as pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados das pesquisas documentais realizadas em 2015 e 2016.

Com o propósito de traçar a evolução dos níveis de evasão nos cursos técnicos concomitantes de Eletrotécnica, Logística e Mineração entre os anos de 2013 e 2015 foi necessário buscar informações em relatórios e planilhas do SISTEC sobre as quatro turmas de Eletrotécnica e Logística que foram ofertadas inicialmente em 2013/2. Foram considerados os dados emitidos em março de 2014 referentes às turmas que iniciaram suas atividades em setembro de 2013. De setembro de 2013 até março de 2014 foram contabilizados dois evadidos, não sendo possível identificar o (s) curso (s) e a (s) turma (s) em que ocorreram as evasões. Esse quantitativo foi aqui considerado apenas para referir à evolução dos níveis totais da evasão por ano. Os dados obtidos com a pesquisa de 2015 se referem aos alunos evadidos de 2014 até julho de 2015 e os dados da pesquisa de 2016 se referem aos evadidos de 2015 até fevereiro de 2016.

Desde 2013/2, ano e semestre de oferta das primeiras turmas dos cursos concomitantes de Eletrotécnica e Logística, até 2015/1 quando foi ofertada a primeira turma do curso de Mineração, foram realizadas 253 matrículas nas nove turmas que participaram da pesquisa. Considerando todos os alunos matriculados nas referidas turmas e que concluíram os cursos, até fevereiro de 2017, inclusive aqueles que finalizaram os estudos fora do prazo regular e, após o levantamento dos dados utilizados na pesquisa, verificou-se um número inferior ao ideal. Foram contabilizados 38 formandos, o que representa 15,02%, conforme mostra o gráfico abaixo:

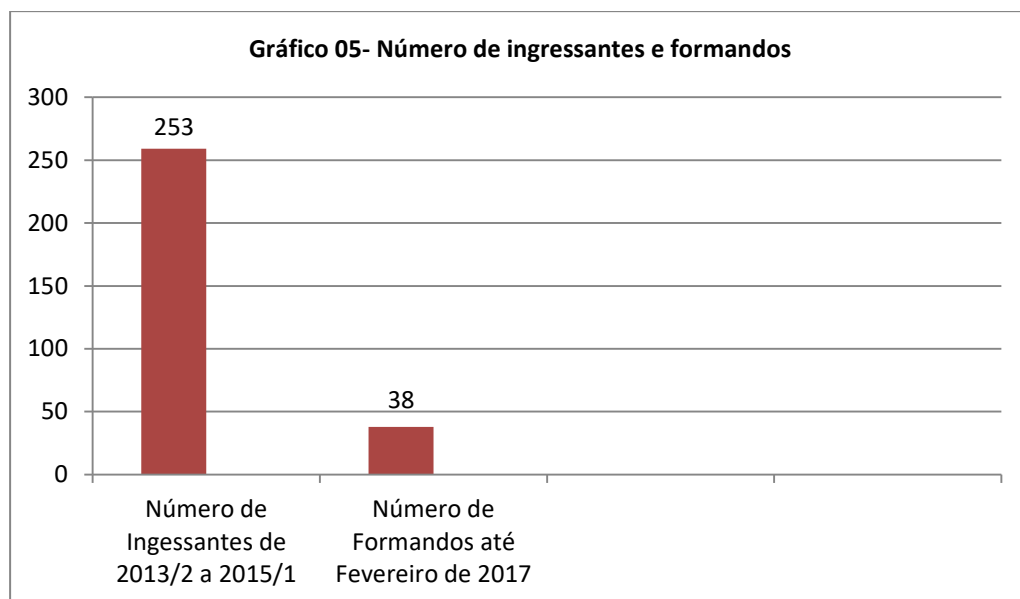


Gráfico 05: Número de ingressantes e formandos nas nove turmas dos cursos concomitantes de Eletrotécnica, Logística e Mineração. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da CRCA, Livro de Registro dos Formandos e Relatórios das Coordenações de cursos.

Após compararmos os quantitativos de ingressantes e concluintes apresentaremos a evolução da evasão nos cursos que fizeram parte do estudo. Os dados de 2014 referem-se à evasão ocorrida desde 2013/2 até março de 2014 em quatro turmas, sendo duas de Eletrotécnica e duas de Logística. O percentual verificado com a pesquisa de 2015 faz referência à evasão ocorrida de 2014 até julho de 2015, nas nove turmas participantes da pesquisa. Já os dados de 2016 referem-se à evasão ocorrida em 2015 até fevereiro de 2016, constatados também nas nove turmas dos cursos de Eletrotécnica Logística e Mineração. Os índices estão representados no gráfico a seguir.

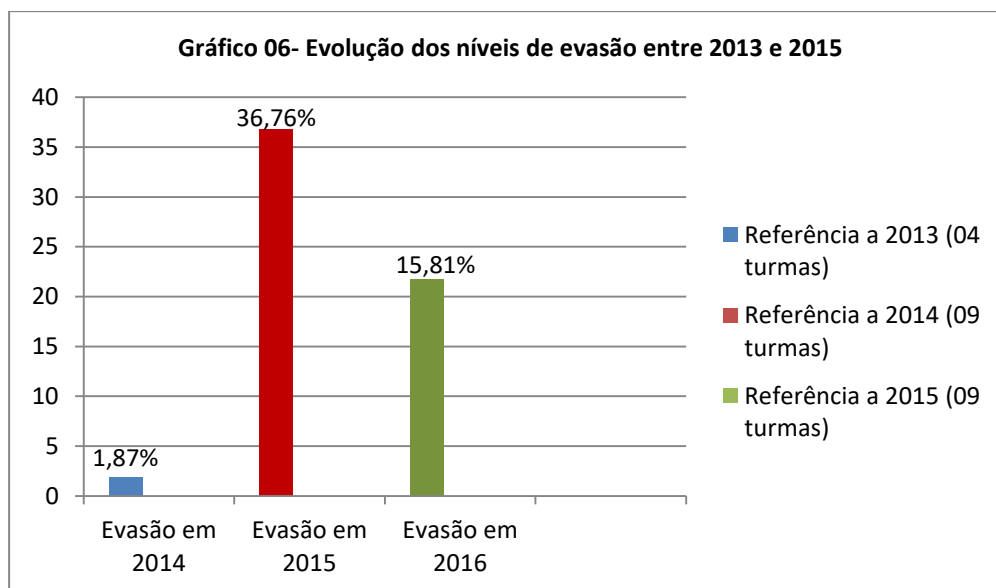


Gráfico 06: Evolução dos níveis de evasão nos cursos de Eletrotécnica, Logística e Mineração entre os anos de 2013 e 2015. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise documental.

O índice de evasão verificado em 2014, 1,87% referente às quatro turmas ofertadas em 2013/2, foi relativamente baixo. Esse resultado se deve primeiramente à quantidade menor de turmas ofertadas e segundo, pelo pequeno intervalo de tempo entre a oferta das primeiras turmas, setembro de 2013 e a primeira quantificação dos evadidos, ocorrida em março de 2014. Já na pesquisa de 2015 foi possível verificar um aumento expressivo nos níveis de evasão que saltou para 36,76%, visto que nessa época as nove turmas já haviam sido ofertadas e decorreu um intervalo maior de tempo entre a oferta das primeiras turmas e a análise realizada em julho de 2015.

O resultado obtido com a pesquisa realizada em 2016 demonstrou uma redução da evasão que atingiu o percentual de 15,81%, apresentando uma queda de 20,95%. Essa redução na taxa de evasão total nos três cursos pode caracterizar um período em que os alunos já haviam se adaptado com a

rotina de estudos e mantiveram-se frequentes às aulas. A redução do índice de evasão pode indicar ainda que os alunos buscaram meios para superar as dificuldades de aprendizagem visando concluir os estudos por entender a importância da qualificação profissional.

Posteriormente a apresentação dos cálculos dos índices totais de evasão e da evolução da mesma nos cursos técnicos concomitantes de Eletrotécnica, Logística e Mineração, ofertados no IFTM – Patos de Minas, almejava-se compará-los com a média nacional de evasão na educação básica. Primeiramente buscou-se, por meio de pesquisas, os dados atuais referente às taxas de evasão da educação básica. Como não foram encontrados, foi realizada uma tentativa de obter os mesmos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que é vinculado ao MEC. O referido Instituto é responsável pela promoção de estudos, pesquisas e avaliações do sistema educacional brasileiro. A resposta obtida é de que desde 2005 o INEP não divulga dados sobre os índices de evasão da educação básica, somente sobre o abandono escolar. Considerando que o abandono difere da evasão escolar, não foi possível realizar a comparação dos índices de evasão dos cursos técnicos concomitantes ofertados pelo IFTM – Patos de Minas com a média nacional de evasão na educação básica, tão pouco conhecer os índices nacionais de evasão na modalidade educação profissional.

A dificuldade de acesso a essa informação já foi registrada por (Dore & Lüscher, 2011), ao afirmarem que “as dificuldades conceituais para identificar as principais causas de evasão estudantil no ensino técnico somam-se as dificuldades existentes no campo empírico” (p.783). As autoras relatam que o MEC, por intermédio do Inep, promove anualmente o Censo Escolar de toda a educação básica e profissional. Mas, no entanto, dados relacionados à aprovação, reprovação, abandono, transferência, dentre outros, dos alunos

dos cursos técnicos não são de preenchimento obrigatório pelas instituições de ensino na realização do censo educacional. Assim, dados tão importantes sobre a educação profissional deixam de ser coletados, inviabilizando a sistematização e divulgação dos mesmos.

Após a apresentação e a análise dos dados quantitativos serão apresentadas, a seguir, as análises de conteúdo das respostas dos alunos evadidos, obtidas com as pesquisas de 2015 e 2016, e dos docentes que responderam ao questionário em 2016.

6- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Em 2015 e 2016 foi realizado o levantamento do número de evadidos nas nove primeiras turmas ofertados no IFTM-Patos de Minas e contabilizou-se 133 alunos que abandonaram os cursos. Aos alunos classificados nessa situação foram enviados, por e-mail, os questionários cujo objetivo principal foi conhecer as motivações que levaram os mesmos a evadirem dos cursos técnicos de Eletrotécnica, Logística e Mineração, ofertados na forma concomitante.

Apresentaremos inicialmente as respostas dos alunos evadidos obtidas com as pesquisas de 2015 e 2016. Posteriormente serão apresentadas as respostas fornecidas pelos docentes, obtidas com questionário enviado a essa categoria em 2016.

6.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS ALUNOS EVADIDOS OBTIDAS COM AS PESQUISAS DE 2015 E 2016

Por meio da pesquisa quantitativa realizada em 2015 foram contabilizados 93 evadidos nos três cursos em análise. Após a contabilização, foi enviado o questionário *online* a todos os alunos identificados como evadidos, destes, 17 responderam ao questionário. O mesmo foi composto por catorze questões que buscaram conhecer os perfis dos evadidos e identificar as causas que os levaram a evadir dos cursos participantes do estudo. Dos 17 alunos que responderam ao questionário, 58,82% cursavam Eletrotécnica, 23,53% Logística e 11,76% Mineração e um aluno, 5,89%,

evadido do curso Técnico em Segurança do Trabalho, que não fez parte do estudo.

Ao responder essa pergunta, o aluno já se encontrava evadido de dois cursos, ofertados pelo IFTM – Patos de Minas. A primeira evasão ocorreu quando o aluno estava matriculado no curso de Eletrotécnica. Posteriormente o mesmo optou por realizar o curso técnico em Segurança do Trabalho, já mencionado anteriormente no estudo, ofertado uma única vez na modalidade Educação a Distância – EAD, no polo que existiu no IFTM – Patos de Minas.

Nesse caso, o aluno tomou como referência sua última evasão ocorrida no curso de Segurança do Trabalho para responder ao questionário. Suas respostas serão consideradas uma vez que o objetivo principal do estudo é identificar as causas da evasão. Para representação no gráfico o aluno que respondeu ao questionário referindo-se ao curso EAD de Segurança do Trabalho recebeu a denominação de Outro.

Com base na planilha fornecida pelo SISTEC em fevereiro de 2016 foi verificado o quantitativo de 40 evadidos nas nove turmas dos cursos técnicos em Eletrotécnica, Logística e Mineração, ofertados de 2013/2 até 2015/1. Os evadidos foram identificados e seus contatos averiguados. De posse do e-mail de cada evadido foi enviado o questionário *online* que buscou identificar os fatores que conduziram os alunos à evasão dos cursos em que se candidataram, realizaram o processo seletivo, foram selecionados, efetivaram suas matrículas, mas, não permaneceram frequentes às aulas. O questionário foi composto de nove perguntas que tiveram como objetivo conhecer as razões pelas quais os mesmos interromperam os estudos.

As respostas obtidas dos oito evadidos, registraram que 50% foram alunos do curso de Eletrotécnica e 50% foram alunos do curso de Logística. Esse quantitativo de participantes foi obtido após a realização de duas

tentativas de aplicação do questionário. Nenhum aluno evadido do curso de Mineração respondeu a esse questionário. De forma que na totalidade 25 alunos, 18,80%, responderam aos questionários aplicados em 2015 e em 2016. O baixo quantitativo de respostas pode ser resultado das inconsistências dos e-mails dos alunos cadastrados no sistema escolar, na época da matrícula e a não atualização dos mesmos no decorrer do curso. Essa desatualização ocasionou o retorno de alguns e-mails e conseqüentemente o não alcance desses alunos para participação do estudo.

Outro fator que pode ter minimizado o quantitativo de respostas é o espaço de tempo que decorreu entre as primeiras evasões e a realização da pesquisa. Alguns dos evadidos podem, ainda, ter sentido incômodo com o questionamento das razões que os levaram a deixar de estudar e até vergonha em expor as motivações que podem estar relacionadas a questões pessoais. Os percentuais totais de evadidos que responderam aos questionários aplicados em 2015 e 2016 são demonstrados no gráfico abaixo:

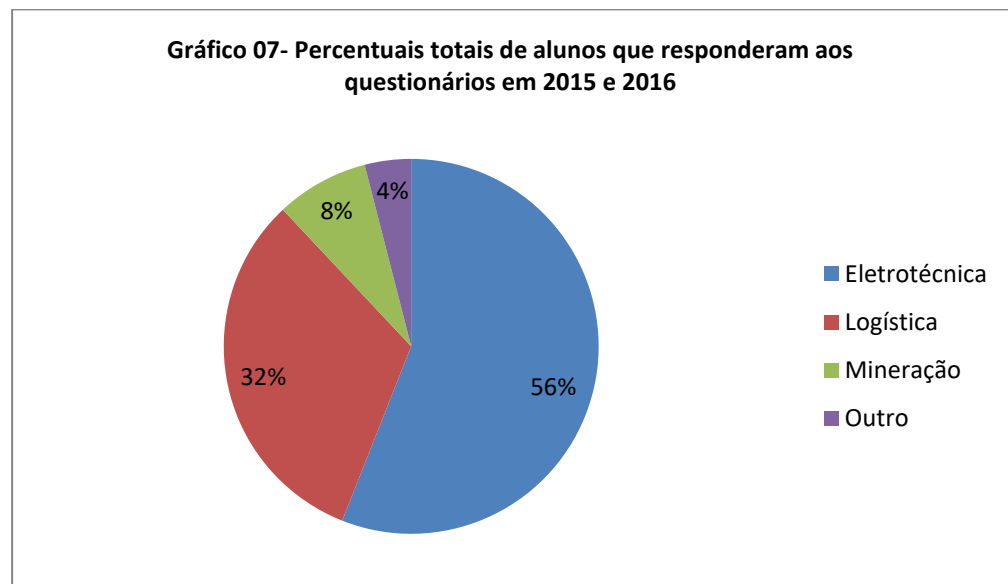


Gráfico 07: Percentuais totais de alunos que responderam aos questionários aplicados em 2015 e em 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

Para análise do conteúdo das respostas de ambos os questionários foram selecionadas as questões cujas respostas mais se aproximaram do objetivo principal do estudo que é identificar as principais motivações da evasão. Os evadidos também foram inquiridos sobre os fatores que poderiam favorecer a permanência dos mesmos na instituição.

Inicialmente os alunos foram questionados se já haviam recebido bolsas acadêmicas ou algum tipo de auxílio estudantil, através de pagamentos realizados pelo IFTM. Apenas 04 dos 25 alunos, ou seja, 16% dos alunos que responderam a referida questão, afirmaram ter recebido auxílio estudantil, enquanto que 21 alunos, 84%, não receberam nenhum auxílio financeiro da instituição. O auxílio recebido pelos alunos se refere a assistência estudantil. O gráfico abaixo representa esses quantitativos:

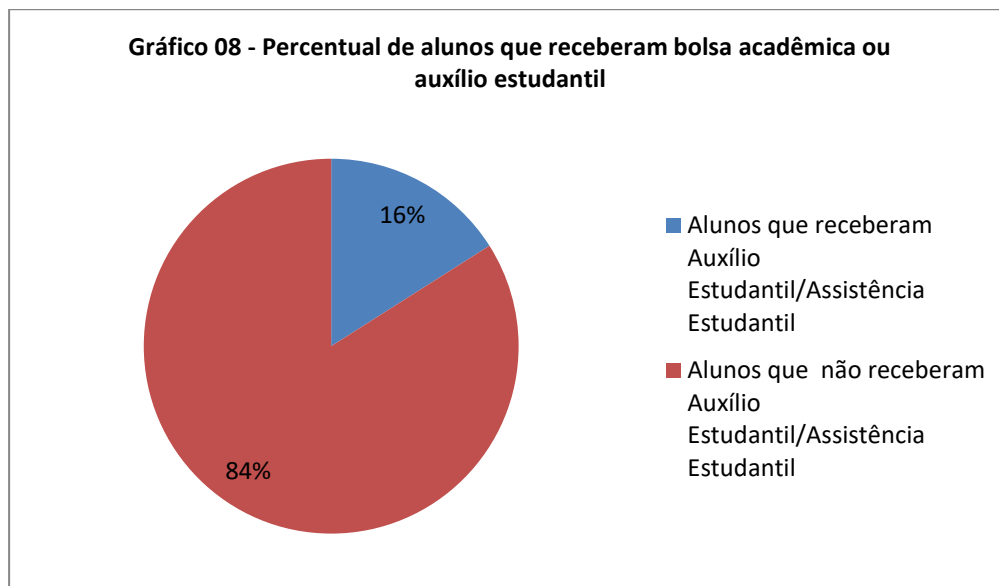


Gráfico 08: Percentual de alunos que receberam bolsa acadêmica ou auxílio Estudantil. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo das respostas dos questionários aplicados em 2015 e em 2016.

Os alunos foram inquiridos no questionário de 2015 se tiveram aulas de monitoria e como classificavam essa ferramenta didática. Três alunos, 17,65%, responderam afirmativamente que contaram com esse reforço didático nos conteúdos, enquanto que 14 evadidos, 82,35%, afirmaram não ter participado de monitoria. Dois alunos classificaram a monitoria como plenamente satisfatória e um aluno como satisfatória. Essa ferramenta didática foi elogiada pelos alunos que responderam a pergunta ao afirmarem que “gostavam muito das aulas” e que as mesmas “sanaram todas as dúvidas”. O gráfico a seguir apresenta os percentuais de alunos que participaram da monitoria:

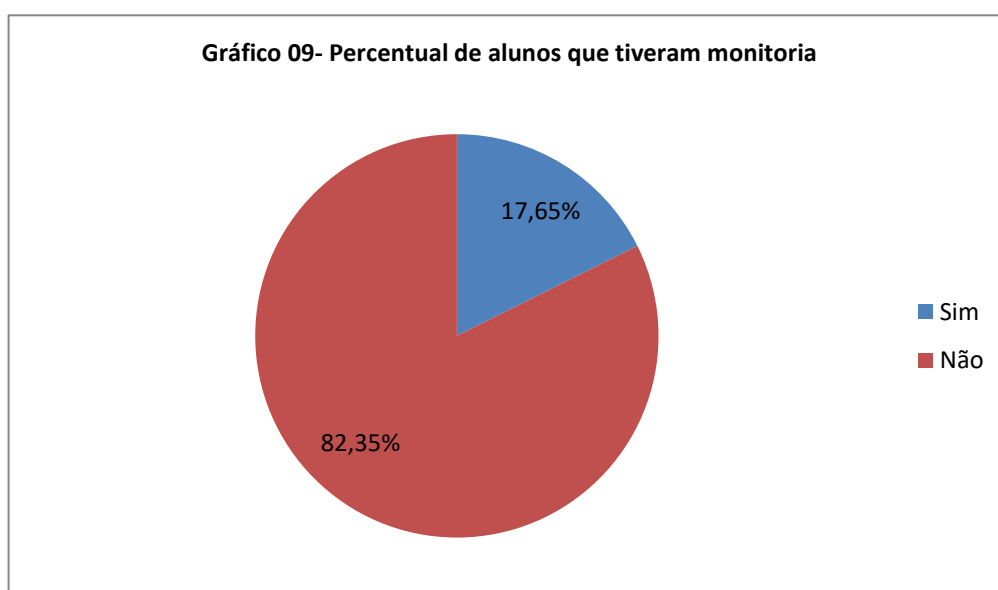


Gráfico 09: Percentual de alunos que participaram da monitoria. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo do questionário aplicado em 2015.

A próxima questão a ser analisada pedia que os evadidos indicassem os fatores didático-pedagógicos que motivaram o abandono do curso. A opção de resposta mais assinalada foi *Outros*, marcada 11 vezes

correspondendo a 39,29% das respostas obtidas, demonstrando que os evadidos não se identificaram com as opções de fatores didático-pedagógicos expressos na questão. A alternativa *Excesso de atividades e tarefas* foi marcada por cinco alunos totalizando 17,86% das respostas. A alternativa *O motivo não refere a fatores didático-pedagógicos* foi assinalada por quatro evadidos, ou seja, 14,29% das respostas. As alternativas *Carga horária excessiva de aulas*, *Exigência de Estágio Obrigatório* e *Dificuldade de associar a teoria com a prática* corresponderam a 7,14% das respostas, sendo escolhidas por dois evadidos. Enquanto que as alternativas *Reprovação em mais de uma disciplina por semestre/ano* e *Exigência do Relatório Final de Estágio* receberam uma marcação em cada, alcançando 3,57% das respostas.

Os fatores didáticos-pedagógicos selecionados pelos alunos e o quantitativo de respostas estão demonstrados no quadro abaixo:

Fatores didáticos – pedagógicos	Quantidade de Respostas	Porcentagem
Carga horária excessiva de aulas	02	7,14%
Reprovação em mais de uma disciplina no semestre/ano	01	3,57%
Exigência de Estágio Obrigatório	02	7,14%
Exigência do Relatório Final de Estágio	01	3,57%
Excesso de atividades e tarefas	05	17,86%
Dificuldade de associar a teoria e a prática	02	7,14%
O motivo não refere a fatores didáticos-pedagógicos	04	14,29%
Outros	11	39,29%
Total:	28 respostas	100%

Quadro 15: Análise das respostas às questões 10 e 03 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

A análise seguinte se refere a questão que orientou aos alunos para que, com base em suas características individuais e suas vocações pessoais, marcassem os motivos que determinaram o abandono do curso. As respostas constam no quadro abaixo:

Respostas	Quantidade de Respostas	Porcentagem
Falta de aptidão para a futura profissão	04	14,29%
Mudança de interesse profissional ou pessoal	06	21,43%
Estar cursando paralelamente outro curso	03	10,71%
Desconhecimento a respeito do curso	02	7,15%
O motivo não diz respeito às características individuais / vocação pessoal	03	10,71%
Outros	10	35,71%
Total:	28	100%

Quadro 16: Análise das respostas às questões 11 e 04 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

A alternativa *Outros* recebeu 35,71% das marcações. A alternativa *Mudança de interesse profissional ou pessoal* foi assinalada seis vezes, o que representa 21,43% das respostas. A *Falta de aptidão para a futura profissão* foi apontada por quatro evadidos como o motivo que determinou a saída do curso, correspondendo a 14,29% das respostas obtidas. As respostas *Estar cursando paralelamente outro curso* e *O motivo não diz respeito às características individuais/vocação pessoal*, representam 10,71% das respostas. Enquanto que o *Desconhecimento a respeito do curso* foi apontado por apenas dois alunos, ou seja, 7,15% das respostas.

A questão seguinte inquiriu sobre os motivos que levaram os alunos a desistir dos cursos. Doze alunos, 23,08%, responderam que a

Incompatibilidade do horário de trabalho com os estudos os levaram a desistir de continuar estudando. A segunda motivação da evasão mais indicada pelos evadidos foi a *Distância entre suas casas e a instituição*, o que representa 21,15% das respostas. Oito alunos apontaram que a *Indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição* motivou o abandono dos cursos, alcançando 15,38% das respostas obtidas. As opções de respostas *Falta de transporte adequado para chegar à instituição* e *Outros*, alcançou 7,70% das respostas fornecidas por quatro evadidos, como fator motivador da evasão.

As alternativas *Problemas financeiros* e *Problemas familiares* obtiveram 5,77% das respostas, sendo assinaladas por três evadidos. A opção de resposta *O curso não atendeu às suas expectativas* foi escolhida por dois evadidos, correspondendo a 3,85% das respostas. Já as alternativas *Dificuldade no acompanhamento de conteúdos*, *Mudança de cidade, residência ou de município*, *Dificuldade no atendimento da coordenação do curso e/ou equipe pedagógica*, *Dificuldade no atendimento da biblioteca*, *Dificuldade na oferta de alimentação pela cantina e/ou lanchonete e/ou restaurante da instituição* receberam 1,92% das marcações, sendo assinaladas uma vez cada uma. O quadro a seguir apresenta os quantitativos de respostas obtidas:

Respostas	Quantidade de Respostas	Porcentagem
Incompatibilidade com horário de trabalho	12	23,08%
Indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição	08	15,38%
Problemas financeiros	03	5,77%
Problemas familiares	03	5,77%
Distância entre a sua casa e a instituição	11	21,15%
Falta de transporte adequado para chegar à instituição	04	7,70%
Dificuldade no acompanhamento de conteúdos	01	1,92%
Mudança de cidade, residência ou de município	01	1,92%
O curso não atendeu às suas expectativas	02	3,85%
Dificuldade no atendimento da coordenação do curso e/ou equipe pedagógica	01	1,92%
Dificuldade no atendimento da biblioteca	01	1,92%
Dificuldade na oferta de alimentação pela cantina e/ou lanchonete e/ou restaurante da instituição	01	1,92%
Outros	04	7,70%
Total:	52	100%

Quadro 17: Análise das respostas às questões 12 e 05 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo a seguir se refere a questão que buscou identificar quais os fatores que poderiam ter contribuído para que os alunos tivessem permanecido nos cursos. As respostas obtidas estão listadas no quadro abaixo:

Respostas	Quantidade de Respostas	Porcentagem
Melhor desempenho e atenção dos professores	02	8,33%
Bolsas de estudo / bolsas acadêmicas	05	20,83%
Apoio da família ou dos amigos	05	20,83%
Apoio da instituição	01	4,17%
Adequação às necessidades formativas dos estudantes	01	4,17%
Outro	10	41,67%
Total:	24	100%

Quadro 18: Análise das respostas às questões 13 e 06 dos questionários aplicados aos evadidos em 2015 e 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

Dez evadidos assinalaram a alternativa *Outros*, o que correspondeu a 41,67% das respostas. Cinco alunos alegaram que *Bolsas de estudo / bolsas acadêmicas*, que é uma ajuda financeira, teriam contribuído para que os mesmos tivessem continuado os estudos, resultando em 20,83% das respostas. A opção de resposta *Apoio da família ou dos amigos* também foi selecionada cinco vezes alcançando, também, 20,83% das respostas. Dois alunos assinalaram a opção *Melhor desempenho e atenção dos professores* como fator favorável a permanência nos cursos, o que resultou em 8,33% das respostas. A opção de resposta *Adequação às necessidades formativas dos estudantes* foi selecionada por um evadido, o que corresponde a 4,17%.

A alternativa *Apoio da instituição* também foi assinalada uma vez resultando em 4,17% das respostas. O aluno que optou por essa alternativa justificou sua resposta acrescentando que este apoio se referia ao início do período de implantação do *campus* e a oferta das primeiras turmas, momento em que a instituição apresentou alguns problemas relacionados a demora para contratação de professores, prejudicando o andamento das atividades escolares.

Questionados sobre o que o IFTM - Patos de Minas poderia fazer para favorecer a permanência dos mesmos nos cursos e reduzir os índices de evasão/abandono nos cursos, obtemos as seguintes respostas, que foram organizadas em categorias de análise para melhor compreensão, como mostra o quadro abaixo:

Categorias	Respostas	Quantidade de Respostas	Porcentagem
Ações administrativas/ de gestão ligadas à infraestrutura	-Instalação de uma cantina/restaurante/refeitório (01); -Fornecimento de alimentação para aquisição pelos alunos (01); -Aquisição de equipamentos (01); -Funcionamento da biblioteca (01)	04	26,67%
Ações Didático-pedagógicas	-Flexibilidade nos horários noturnos (01); -Acompanhamento pedagógico (01); -Menor rigor (01); -Elaboração de provas mais fáceis de compreender (01); -Realização de pesquisas de satisfação com os alunos ao final de cada semestre (01); -Redução da quantidade de trabalhos extraclasse para beneficiar os alunos que trabalham (01)	06	40%
Ações para acessibilidade	-Melhoria das condições de transporte coletivo em virtude da localização distante da instituição (03); -Adequação da energia elétrica no entorno e na via de acesso à instituição (02)	05	33,33%
Total		15	100%

Quadro 19: Categorias de análise das respostas à questão 07 do questionário aplicado aos evadidos em 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

De acordo com 40% das respostas obtidas a instituição poderia ter realizado ações Didático-pedagógicas de apoio aos alunos que trabalham durante o dia e comumente chegam à escola após o início das aulas. A maioria dos alunos são maiores de idade e por vezes ficaram um período sem estudar. Por apresentarem esse perfil, muitos alunos chegam a instituição com deficiências de aprendizagem em alguns conteúdos considerados básicos e imprescindíveis para dar continuidade aos estudos. Diante dessa realidade os alunos precisam receber um acompanhamento pedagógico especial que visa identificar suas carências educativas. Nesse sentido, torna-se necessário revisar a metodologia a ser utilizada, planejar e realizar ações que possibilitem o aprendizado a esses alunos.

Segundo 33,33% das respostas medidas para facilitar a acessibilidade ao *campus*, localizado numa área rural, poderiam ter propiciado a permanência dos alunos nos cursos. Foi sugerido adequar a iluminação em torno da instituição e na via de acesso à mesma, bem como realizar melhorias no transporte público. Tais adequações poderiam ter proporcionado mais conforto e segurança aos alunos minimizando as probabilidades de evasão.

Por fim, 26,67% das respostas direcionaram que ações administrativas e de gestão, ligadas à infraestrutura do *campus*, que igualmente proporcionaria aos alunos bem estar, poderiam ter influenciado na permanência dos alunos na escola. Em uma das respostas obtidas um aluno evadido afirmou que não evadiu “por problemas da instituição, mas sim porque não era o curso que queria fazer” e elogiou a estrutura da escola, a qualificação dos professores e o suporte que é dado aos alunos.

Após finalizarmos a análise de conteúdo das respostas dos alunos evadidos obtidas com as pesquisas realizadas em 2015 e 2016, faremos a

seguir a análise do conteúdo das respostas dos docentes obtidas com o questionário aplicado em 2016.

6.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS RESPOSTAS DOS DOCENTES AO QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2016

Em 2016 os professores que ministram disciplinas técnicas e básicas no IFTM – Patos de Minas foram consultados através da aplicação de um questionário *online*, contendo sete questões, com o objetivo de conhecer a opinião dos mesmos sobre a evasão que tem ocorrido com frequência nos cursos concomitantes que o *campi* oferece. O IFTM – Patos de Minas possui em seu quadro funcional o quantitativo de 35 docentes. No entanto, um desses ocupa o cargo de Diretor Geral e por não ministrar aulas, em razão do cargo que ocupa, não participou da pesquisa. Dos 34 docentes, 20 responderam ao questionário o que corresponde a 58,82%, desses, oito são professores que ministram disciplinas da área básica e 12 da área técnica.

A análise de conteúdo foi realizada, sobretudo, nas questões cujas respostas puderam indicar as possíveis motivações da evasão, na visão dos docentes. Assim, a primeira análise se refere a quarta questão que buscou informação sobre qual a porcentagem de estudantes aprovados por turma no(s) componente(s) curricular(es) sob a responsabilidade de cada docente. Dos 20 professores que responderam ao questionário, 07 informaram que a porcentagem de estudantes aprovados está entre 70% e 90%, enquanto que 13 docentes responderam que a aprovação atinge entre 90% e 100%, conforme mostra o gráfico abaixo:

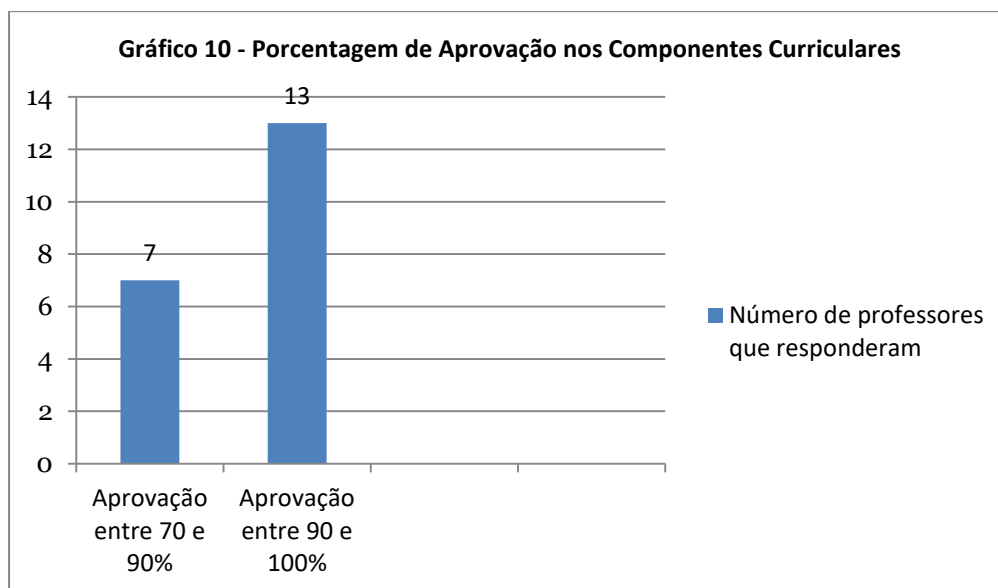


Gráfico 10: Respostas à questão 04 do questionário aplicado aos professores em 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo do questionário aplicado aos docentes em 2016.

A análise do conteúdo dessa questão possibilita verificar que a porcentagem de estudantes aprovados por turma nos componentes curriculares está entre 70 e 100%, o que direciona ao entendimento de que os alunos que permanecem nos cursos têm um bom índice de aprovação nas disciplinas.

A quinta questão pedia aos docentes que a partir da relação de motivos especificados, assinalassem os cinco que os mesmos considerassem como os principais responsáveis pela retenção/reprovação nos componentes curriculares e pela evasão/abandono dos cursos no IFTM. As respostas foram organizadas em categorias conforme quadro abaixo:

Categorias de Respostas	Quantidade de respostas	Porcentagem
Organização pessoal e comprometimento com o curso	50	50%
Questões pessoais	16	16%
Fatores didáticos-pedagógicos	29	29%
Fatores relacionados ao mercado de trabalho	02	02%
Outros	03	03%
Total	100	100%

Quadro 20: Categorias de análise das respostas à questão 05 do questionário aplicado aos docentes em 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

A análise mostra que 50% dos motivos apontados pelos docentes como responsáveis pela retenção/reprovação nas disciplinas, bem como pela evasão nos cursos ofertados pelo IFTM estão relacionados à organização pessoal dos alunos e o comprometimento dos mesmos com os cursos e atividades propostas. Até então, metade dos fatores indicados pelos docentes, tendem a direcionar a responsabilização pelo insucesso escolar somente aos alunos. Para os docentes, 29% dos motivos da retenção, reprovação e a evasão também estão relacionados a fatores didáticos - pedagógicos como dificuldade de assimilar os conteúdos, deficiência na formação anterior, desmotivação com o curso, carga horária excessiva, dentre outros. Por exceção dos fatores *Carga horária excessiva, Dificuldade didática e metodológica dos professores e Excesso de atividades*, que seria responsabilidade da escola, os demais indicam que os alunos seriam os responsáveis pela evasão escolar.

Os motivos pessoais como problemas de saúde e financeiros, descoberta de novos interesses, dificuldade de relacionamento com os colegas, representam 16% dos fatores ocasionadores da retenção, reprovação

e evasão. Os fatores relacionados ao mercado de trabalho como desvalorização da profissão e pouca oportunidade de trabalho para os egressos dos cursos obtiveram 02% das repostas, enquanto que a opção Outros alcançou o percentual de 03%.

A questão 06 pediu a opinião dos docentes sobre o que poderia ser feito pelo IFTM para melhorar os índices de aprovação nas disciplinas. As categorias de respostas estão representadas no quadro a seguir:

Categorias de Respostas	Quantidade de respostas	Porcentagem
Ações Didático-pedagógicas	29	74,36%
Ações Organizacionais/Gestão	10	25,64%
Total	39	100%

Quadro 21: Categorias de análise das respostas à questão 06 do questionário aplicado aos docentes em 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

A análise do conteúdo das respostas dos docentes à referida questão demonstra que 74,36% das ações que a instituição poderia realizar buscando melhorar os índices de aprovação dos alunos nas disciplinas se referem a atividades didático-pedagógicas que envolvem acompanhamento dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, aplicação de metodologias de nivelamento dos conhecimentos básicos, incentivo aos programas de monitoria, realização de avaliações conjuntas das disciplinas por meio de projetos e trabalhos interdisciplinares, minimizando o quantitativo de atividades avaliativas, dentre outras.

A maioria dos docentes concorda que para melhorar os índices de aprovação nas disciplinas e aumentar a permanência dos alunos na

instituição, primeiramente é necessário o planejamento e realização de ações didático-pedagógicas que auxiliem no processo ensino-aprendizagem. Desse modo, a instituição oferece apoio e acompanhamento individual aos alunos que apresentam baixo desempenho e que possuem um número elevado de faltas. De acordo com essa resposta os docentes parecem compreender que são eles os responsáveis pelo efetivo desenvolvimento dessas ações.

As outras ações citadas pelos docentes que correspondem a 25,64% se referem a atos administrativos/gestão. Foram citadas ações de melhorias e valorização do processo seletivo, extinção dos cursos técnicos concomitantes e criação de cursos superiores, investimentos para melhorias nos laboratórios didáticos, melhor planejamento das atividades dos cursos junto aos professores, promoção de cursos de capacitação e aperfeiçoamento didático para professores, dentre outras.

A questão de número 07 buscou conhecer as sugestões dos docentes sobre o que poderia ser feito pelo IFTM para favorecer a permanência dos estudantes nos cursos e reduzir os índices de evasão e/ou abandono. As respostas foram organizadas por categorias de análise e estão no quadro abaixo:

Categorias de Respostas	Quantidade de respostas	Porcentagem
Ações Didático-pedagógicas	18	48,65%
Ações organizacionais/Gestão	16	43,24%
Ações de melhorias na infraestrutura da instituição	03	8,11%
Total	37	100%

Quadro 22: Categorias de análise das respostas à questão 07 do questionário aplicado aos docentes em 2016. Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da análise de conteúdo.

A análise das categorias de respostas apontou que 48,65% das ações que poderiam ser realizadas pela instituição para favorecer a permanência dos estudantes nos cursos e, conseqüentemente, reduzir o abandono e a evasão, são medidas didático-pedagógicas. Dentre essas, está o acompanhamento de maneira mais efetiva dos alunos que apresentam baixo rendimento, realização de palestras motivacionais com dados concretos sobre o mercado de trabalho, implantação de ferramentas didáticas de nivelamento dos conhecimentos básicos, dentre outras.

As medidas organizacionais e administrativas que vinculam-se, principalmente, aos gestores escolares, corresponderam a 43,24% das respostas fornecidas pelos docentes. Entre essas ações está a intensificação da busca de parcerias/convênios, junto às empresas para que os alunos realizem o estágio obrigatório, a realização de levantamento da demanda para criação de cursos, melhorias no processo de divulgação dos mesmos, enfocando as áreas de atuação e o mercado de trabalho, maior destinação de fomento as atividades de pesquisa e extensão, dentre outras.

As ações de melhorias na infraestrutura da instituição corresponderam a 8,11% das respostas, que apontaram a necessidade de aquisição de veículo próprio para transporte dos alunos e realização de visitas técnicas, melhorias nas condições de fornecimento de alimentos/refeições e de estadia no *campus*, bem como a aquisição de materiais em geral. Segundo os professores tais medidas podem propiciar a permanência dos alunos na instituição.

Os dados quantitativos obtidos nas planilhas fornecidas pelo SISTEC nos anos de 2014, 2015 e 2016, apontaram que a evasão no IFTM – Patos de Minas foi verificada mesmo antes das aulas iniciarem, sendo que das 270 vagas ofertadas nas 09 turmas, 17 ficaram ociosas. Este fato pode estar relacionado ao efeito em cadeia provocado pela evasão escolar. Como já

referido, a evasão ocorre em todos os níveis e etapas da educação brasileira. Assim, a evasão no ensino fundamental impede que os alunos avancem para o ensino médio. Considerando que a conclusão do 1º ano ensino médio é pré-requisito para a realização da matrícula no curso técnico, os candidatos às vagas ficam impossibilitados de participar do processo seletivo caso não atendam a essa exigência.

A expansão da educação profissional ocasionou a abertura de muitas unidades educacionais distribuídas por todas as regiões do país, e nelas, foram disponibilizadas inúmeras opções de cursos. Diante de tantas possibilidades os candidatos parecem ter dificuldade de realizar a escolha certa. O quantitativo de alunos interessados em realizar os cursos foi menor que o número de vagas disponibilizadas pela instituição, indicando que “a evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino” (Dore & Lüscher, 2011,p.755).

Essa situação indica que é preciso conhecer a realidade de outras Instituições Públicas de Ensino Técnico, em relação a evasão. Esse estudo embasaria a análise da necessidade ou não de ampliar a oferta de vagas visto que, a Meta de nº 11 do PNE 2014-2024 é triplicar o número de matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio sendo, 50% da expansão no segmento público.

O não preenchimento de todas as vagas no IFTM-Patos de Minas também pode ter sido ocasionado em razão do período de implantação da instituição na cidade e o desconhecimento da mesma e de seus cursos pela comunidade local e regional. Fica evidente a necessidade de criar e ampliar formas de divulgação da existência da escola. Almeja-se que a população da

cidade e das regiões vizinhas valorize o ensino técnico de qualidade ofertado de forma gratuita pela instituição.

Das 253 vagas ocupadas foram contabilizadas 133 evasões sendo, 66 nas 04 turmas do curso de Eletrotécnica, 59 nas quatro turmas de Logística e 08 na turma de Mineração. Esses quantitativos demonstram que mais da metade dos alunos que ingressaram na instituição evadiram antes da conclusão dos cursos, sendo imprescindível conhecer as motivações que resultaram na evasão que “compreende, em linhas gerais, o abandono da escola durante o período letivo” (Reinert & Gonçalves, 2010, p.3).

O curso de Eletrotécnica apresentou o maior percentual de evasão 58,92%, seguida do curso de Logística 52,21% e Mineração 28,57%. As taxas obtidas são altas e remetem a necessidade urgente de intervenção pela instituição. A evasão constatada no curso de Mineração foi considerada mais grave visto que a taxa refere-se a somente uma turma e requer ainda mais atenção quanto a tomada de medidas emergenciais para reduzir os índices obtidos.

Devido ao alto índice de evasão nas turmas ofertadas no período vespertino, não houve abertura de novas turmas no referido turno. O fato da evasão ter sido elevada nos períodos vespertino e noturno condiz com o primeiro fator pessoal que interferiu na decisão de abandonar a escola, apontado pelos alunos que alegaram haver incompatibilidade do horário de trabalho com os estudos e ainda, indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição.

Ao traçar a evolução dos índices de evasão nas turmas ofertados entre 2013/2 e 2015/1 os dados obtidos apontam que em sete turmas Eletro/Set.2013/not; Eletro/Jul.2014/not; Log/Set.2013/vesp; Log/Set.2013/not, Log/Fev.2014/not; Log/Jul.2014/not e

Mineração/Fev.2015/not, os índices de evasão constatados na pesquisa de 2016 se agravaram em relação aos índices verificados em 2015. Na turma Eletro/Fev.2014/not foi verificada uma redução dos quantitativos de evadidos em 2016, comparados aos de 2015. Apenas a turma Eletro/Set.2013/vesp manteve os mesmos percentuais nas pesquisas realizadas em 2015 e 2016.

À medida que a evasão cresce o quantitativo de formandos diminui. Dos 253 matriculados nas nove turmas participantes do estudo apenas 38 concluíram os cursos. Esse quantitativo foi obtido considerando os alunos que concluíram os cursos até fevereiro de 2017, inclusive aqueles que finalizaram os estudos fora do prazo regular, resultando num número inferior ao ideal. O reduzido número de concluintes dos cursos técnicos concomitantes do IFTM-Patos de Minas pode dificultar o cumprimento do plano de elevar, gradualmente, a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90%, pretendido na estratégia 11.11 da Meta nº 11 do PNE 2014-2024.

Diante da constatação da evasão é preciso realizar uma análise multifatorial, pois como ressaltam (Mandalóz *et al*, 2012; Almeida *et al*, 2005 *apud* Dias, 2010) a evasão não resulta de um fator único. As motivações estão relacionadas aos próprios evadidos, a instituição de ensino e a forma como esta se organiza. Essa análise não deve ser realizada de forma isolada em razão da variedade de situações que podem ser consideradas como evasão (Dore & Lüscher, 2011). Constatada a evasão nos cursos técnicos concomitantes foi necessário identificar as motivações, pois, “entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema” (Rumberger, 2004, *apud* Dore e Lüscher, 2011, p.776), ou pelo menos para minimizar sua ocorrência.

Os fatores citados pelos evadidos estão associados a questões pessoais e vocacionais, didático-pedagógicas e estruturais da instituição confirmando que “a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e a sua família quanto a escola e a comunidade em que vive” (Dore & Lüscher, 2011, p.776).

Os principais fatores pessoais motivadores da evasão citados pelos alunos indicam que os mesmos ao não conseguirem conciliar os estudos com o trabalho em razão de não haver tempo para estudar fora da instituição e ainda, por residirem longe da mesma, fazem opção pelo trabalho. Essa escolha é tomada, sobretudo, em razão da necessidade de recursos financeiros para garantir a subsistência própria e de suas famílias.

Em seguida, foram citados fatores didático-pedagógicos que aparentemente não receberam a atenção devida levando em consideração o perfil da maioria dos alunos ingressantes nos cursos concomitantes. Tais fatores sugerem que a evasão resultou também por deficiências na organização didática da instituição, relacionadas ao planejamento e execução de atividades didáticas para percepção, intervenção e acompanhamento dos alunos com dificuldade de acompanhar os conteúdos.

Por fim, segundo os evadidos, fatores estruturais e administrativos da escola também motivaram suas evasões. Os mesmos relacionam-se a dificuldades de acesso ao *campus*. Referem-se ainda, a algumas limitações no atendimento prestado aos alunos e a indisponibilidade de alimentação para aquisição. As respostas indicaram que devem ser realizadas ações que resultem em melhorias na acessibilidade da escola, nos serviços de atendimento, no apoio pedagógico e na estrutura física da instituição, o que segundo os evadidos, beneficiaria o aprendizado, a satisfação e a permanência dos mesmos na escola até a conclusão dos estudos.

Os evadidos alegaram que a instituição poderia ter intervido para evitar a evasão dos mesmos realizando ações que poderiam ter favorecido suas permanências nos cursos. Essas ações foram classificadas como *Didático-pedagógicas*, como a flexibilização nos horários de entrada para os estudantes que trabalham e que, por essa razão chegam atrasados no primeiro horário, redução da quantidade de trabalhos extraclasse e realização de pesquisas de satisfação com os alunos ao final de cada semestre; *Ações para Acessibilidade* como melhorias nas condições de transporte público e adequação de energia elétrica no entorno e na via de acesso à instituição; por fim, *Ações Administrativas/de gestão ligadas à infraestrutura*, como instalação de cantina ou refeitório, fornecimento de alimentação para aquisição dos alunos, aquisição de equipamentos, agilidade no processo de seleção e nomeação de professores, dentre outras.

Algumas respostas sobre as motivações da evasão relacionadas a fatores estruturais e administrativos da instituição referem-se principalmente ao período inicial de implantação do *campus*, iniciado em 2013. A instituição está próxima de concluir o período de implantação, que é de cinco anos, e posteriormente terá início a fase de expansão. Atualmente a escola possui o quantitativo adequado de docentes e servidores técnicos administrativos, biblioteca devidamente equipada e laboratórios didáticos bem providos para cada curso. O que não significa que investimentos e melhorias não sejam necessárias para ampliar e melhorar as instalações da escola. A via de acesso ao IFTM – Patos de Minas pertence ao município e coube a este, após um longo tempo, solucionar o problema da iluminação.

Essas e outras ações didático-pedagógicas seriam complementadas por ações organizacionais e de gestão, sugeridas pelos docentes, como, planejamento efetivo das atividades dos cursos junto aos professores,

promoção de cursos de capacitação e aperfeiçoamento didático para docentes, investimento em melhorias nos laboratórios didáticos e o aumento do número de bolsas assistenciais, referidas pelos evadidos como um dos fatores potenciais para permanência dos mesmos na instituição. Um docente sugeriu que a instituição deveria avaliar a viabilidade de ofertar cursos superiores ao invés de cursos técnicos de nível médio.

Esse conjunto de medidas poderá contribuir para reduzir os índices de retenção e evasão, aumentando a probabilidade de ocorrência do sucesso escolar. Para planejamento e efetiva realização das ações é necessário que os gestores educacionais compreendam a real situação da evasão nos cursos ofertados e conheçam os principais fatores que a motivaram. Por esta razão realizou-se o presente estudo. Posteriormente é preciso que toda a comunidade escolar tenha acesso aos dados obtidos. E por fim, deve haver motivação e envolvimento de todos os servidores para colocar em prática as ações propostas.

Após conhecer os principais fatores motivadores da evasão e as medidas, indicadas pelos evadidos e pelos docentes, que poderão aumentar a permanência dos alunos nos cursos, até a conclusão dos mesmos, apresentaremos uma proposta de ações que deverão ser realizadas continuamente e ajustadas no decorrer do estudo sobre essa temática.

Espera-se que as mesmas possam resultar na prevenção da evasão e na redução dos índices identificados nos cursos concomitantes ofertados pelo IFTM-Patos de Minas. O Plano de Ação será apresentado a seguir. O mesmo foi elaborado com a colaboração dos membros da Comissão Local de Acompanhamento da Evasão.

7- PROPOSTA DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO NA PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR

Buscando alcançar um dos objetivos do estudo será proposto à Direção Geral do *campus*, à Coordenação Geral de Ensino e as Coordenações dos Cursos um Plano de Ação, visando diminuir os índices de retenção e evasão nos cursos concomitantes de Eletrotécnica, Logística e Mineração. Esse Plano foi elaborado com base na análise de conteúdo das respostas obtidas por meio dos questionários aplicados aos alunos evadidos e aos docentes que ministram aulas nos referidos cursos.

O Plano de Ação que a seguir se apresenta é composto por ações diversificadas e ajustáveis que buscam intervir nos principais fatores motivadores da evasão, apontados pelos evadidos. O mesmo está sujeito à aprovação pelos gestores escolares para posterior implementação no ano de 2018. Algumas ações propostas dependem de recursos financeiros que obrigatoriamente devem estar previstos no orçamento da instituição.

As motivações que levaram os alunos a evadirem dos cursos foram diversificadas. As mesmas se relacionam a fatores pessoais e vocacionais, didático-pedagógicos, estruturais e administrativos da instituição. As respostas obtidas direcionam a atenção para os principais fatores motivadores da evasão e com base nelas, foram sugeridas ações que em sua maioria são simples de executar e que poderão resultar na diminuição das taxas de evasão.

Os fatores motivacionais da evasão mais citados pelos alunos serão apresentados e junto aos mesmos, de acordo com as possibilidades da Instituição, serão propostas algumas ações que poderão vir a contribuir para a

permanência dos alunos nos cursos concomitantes de Eletrotécnica, Logística e Mineração, conforme mostra o quadro abaixo:

Fatores Motivadores da Evasão	Ações Propostas	Equipe Executora
<p>Pessoais e Vocacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incompatibilidade com o horário de trabalho; - Indisponibilidade de tempo para estudar fora da Instituição; - Mudança de interesse profissional ou pessoal; - falta de aptidão para a futura profissão; - Estar cursando paralelamente outro curso; - Problemas financeiros; - Desconhecimento a respeito do curso; - O curso não atendeu as expectativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilização dos horários de entrada para os estudantes que comprovadamente trabalham e por essa razão chegam atrasados no primeiro horário; - Realização de atividades e trabalhos escolares nas salas de aula com o acompanhamento dos professores; - Ampliação das monitorias nas disciplinas com maior índice de retenção no horário de 18:00 às 19:00 horas; - Atendimento individual dos docentes no horário de 18:00 às 19:00 horas; - Buscar ampliar o número de bolsas assistências; - Realizar a Mostra de Cursos para os estudantes das escolas locais para que os mesmos conheçam a Instituição, os cursos oferecidos, as disciplinas que os compõem e as áreas de atuação profissional; - Ampliar a divulgação dos cursos nas cidades vizinhas; - Articular a oferta formativa com as reais necessidades profissionais dos estudantes, e os seus contextos de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão; - Coordenadores de curso; - Docentes; - Apoio pedagógico; - Representantes de turma que compõem os Colegiados dos cursos; - Direção Geral, - Coordenação de Administração e Planejamento; - Comissão para Organização da Mostra Anual de cursos; - Escolas Locais; - Comissão para acompanhamento da realização das ações.
<p>Didáticos-pedagógicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Excesso de atividades e tarefas; - Dificuldade de associar a teoria com a prática; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de trabalhos interdisciplinares diminuindo a quantidade de atividades realizadas separadamente para cada disciplina; 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão; - Coordenadores de curso;

<p>-Carga excessiva de aula; - Reprovação em mais de uma disciplina; -Dificuldade de acompanhamento dos conteúdos; -Exigência do estágio obrigatório; -Exigência do relatório final de estágio.</p>	<p>-Realização de exercícios e estudos dirigidos na sala de aula com o acompanhamento dos docentes para auxiliar os estudantes que trabalham durante o dia; -Oferecer na modalidade semipresencial algumas disciplinas em que os alunos estejam retidos; -Indicar um servidor responsável para entrar em contato com os alunos que faltam as aulas com frequência para conhecer o motivo e intervir de forma a incentivar o retorno; -Tornar as aulas mais práticas com a utilização dos laboratórios/equipamentos, realização de visitas técnicas; - Realizar revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos visando alterações nas matrizes curriculares, nas disciplinas, nas ementas das disciplinas e na carga horária das mesmas; -Realização da Avaliação Diagnóstica; -Realização de programas/aulas de nivelamento/revisão; -Adequar o formato do relatório final de estágio, bem como ampliar o apoio da Coordenação de Estágio e Egressos e dos orientadores de estágio; -Ampliar os canais de atendimento da Coordenação de Estágio e Egressos: presencial, via e-mail e via mídias sociais; -Simplificar os formulários relativos ao estágio; -Dar continuidade a pesquisa sobre as motivações da evasão nas demais turmas;</p>	<p>-Docentes; -Discentes; -Apoio Pedagógico; -Coordenação de Estágio e Egressos; -Orientadores de Estágio; -Representantes discentes que compõem os Colegiados dos Cursos; -Comissão para acompanhamento da realização das ações.</p>
---	---	---

	-Realizar pesquisas com egressos para aferir o grau de satisfação com a formação profissional recebida.	
Estruturais/administrativos da instituição: -Distância entre as residências dos estudantes e a Instituição; -Falta de transporte adequado para chegar à Instituição; -Dificuldade no atendimento da coordenação do curso e/ou equipe pedagógica; -Dificuldade no atendimento da biblioteca; - Dificuldade na oferta de alimentação pela cantina e/ou refeitório da instituição.	-Realização de parceria entre a Instituição e a empresa de transporte público local para implantação de um projeto para melhoria no transporte coletivo, como alteração de itinerários, disponibilização de ônibus expressos; -Aumento da variedade de horários; -Realização de visitas e/ou encaminhamento de ofícios aos prefeitos das cidades vizinhas solicitando que os mesmos ofereçam o transporte intermunicipal aos estudantes que desejam estudar na Instituição; -Estabelecer horários de atendimento das Coordenações de cursos aos alunos; - Ofertar qualificação pedagógica para os docentes, principalmente os da área técnica; -Buscar vaga de servidor para o setor de apoio pedagógico para atuação no período noturno; - Buscar junto ao setor administrativo implantar melhorias no fornecimento de alimentação para aquisição dos alunos; -Lançar campanha semestral de atualização de dados cadastrais dos alunos.	-Direção Geral; -Coordenação de Administração e Planejamento; -Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão; -Coordenadores de cursos; -Representantes discentes das turmas; - Comissão para acompanhamento da realização das ações.

Quadro 23: Proposta do Plano de Ação para realização no IFTM- Patos de Minas. Fonte: Elaborado pela autora com base na análise das respostas dos questionários aplicados aos evadidos e aos docentes.

As ações propostas são possíveis de serem realizadas e para que as mesmas se concretizem é preciso o envolvimento de toda comunidade escolar, sobretudo os gestores, os professores e os técnicos administrativos que trabalham na área de ensino. Buscando minimizar as possibilidades dos alunos evadirem em razão do desconhecimento do curso, falta de aptidão para a futura profissão e o não atendimento das expectativas pessoais, citados como fatores pessoais e vocacionais, propõe-se ampliar a divulgação dos cursos na cidade local e nas cidades vizinhas.

Propõe-se ainda, a realização da Mostra de Cursos, que é um evento a ser realizado na instituição, anualmente, com o intuito de possibilitar os futuros alunos conhecer a Instituição, os cursos ofertados, as disciplinas que compõem as matrizes curriculares, as cargas horárias e as áreas de atuação dos cursos, os professores e os alunos que já estudam na instituição. Esse conhecimento pode contribuir para que os mesmos escolham conscientemente o curso a realizar, minimizando a probabilidade de evasão. Planeja-se realizar o evento com a participação e o envolvimento de toda a comunidade escolar. O público alvo principal são os alunos do ensino médio de escolas públicas.

Os evadidos alegaram que a incompatibilidade do horário de trabalho com o horário dos estudos é um dos fatores que mais pesam na decisão de evadir dos cursos. Foi citada ainda a indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição. O fator *tempo* que é necessário para que os alunos dos cursos concomitantes realizem atividades diversificadas, se envolvam em projetos de extensão e/ou pesquisa, participem de eventos extraturno ou mesmo realizem atividades rotineiras fora da sala de aula, será e continuará sendo um desafio para os professores e coordenadores de cursos concomitantes, ofertados no noturno.

Diante desse cenário está sendo proposta a realização da maior parte das atividades na sala de aula sob a orientação e supervisão do professor. Almeja-se ainda realizar trabalhos interdisciplinares que envolvam um número maior de disciplinas e minimize o número de trabalhos e avaliações realizadas individualmente. Com essa ação será possível diminuir o número de atividades e tarefas, assim os alunos poderão dedicar maior esforço e empenho para realizar tais atividades que poderão ser avaliadas de forma conjunta.

Em benefício dos problemas financeiros, o estudante com renda per capita baixa concorre a Assistência Estudantil que é um ajuda financeira paga mensalmente pela instituição e que pode auxiliar nos custos ligados ao transporte e/ou alimentação. Os alunos que se mudaram para a cidade e comprovarem que a mudança ocorreu com a finalidade de estudar na instituição, podem participar da seleção de bolsas de auxílio moradia, que pode ajudar nas despesas com aluguel. Para as duas modalidades de assistência são realizados processos seletivos, em que o critério principal de seleção é a renda, classificam-se os alunos que, comprovadamente, possuem os menores valores de renda per capita.

Para melhor proporcionar a associação entre a teoria e a prática planeja-se tornar as aulas mais práticas utilizando os laboratórios e equipamentos que a instituição dispõe, de forma mais eficiente. Outra medida planejada com a mesma finalidade é a ampliação do número de visitas técnicas. Propõe-se ainda, a revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos visando alterações nas matrizes curriculares, nas ementas das disciplinas e, sobretudo, nas práticas pedagógicas que auxiliam na construção do conhecimento.

Para auxiliar os alunos que apresentem dificuldades de acompanhar os conteúdos devido a deficiências de aprendizagem adquiridas em séries anteriores ou devido ao longo período sem estudar, sugere-se a realização de uma Avaliação Diagnóstica. O objetivo da mesma é apontar deficiências de aprendizagem que os alunos possam ter nos conteúdos das disciplinas. Constatadas as deficiências de aprendizagem se torna necessário realizar o nivelamento, que é uma ferramenta didática de reforço, revisão e/ou em alguns casos, de apresentação de conteúdos para os alunos oriundos de diversas realidades educacionais. Esse nivelamento pode ser realizado pelos próprios professores ou por monitores, nesse caso, sob a supervisão e orientação dos docentes.

A avaliação deverá ser realizada no início de cada período letivo. Inicialmente as avaliações diagnósticas serão realizadas nas disciplinas de matemática e português e posteriormente, poderá ser ampliada às outras disciplinas. É nas referidas disciplinas que os alunos demonstram maiores dificuldades. Comumente, o aluno que não consegue ler bem, não escreve corretamente e apresenta dificuldade em interpretar os enunciados das avaliações, os conteúdos das disciplinas e na escrita do relatório final de estágio, exigido para conclusão dos cursos.

Da mesma forma o não conhecimento dos conteúdos básicos de matemática faz com que os alunos tenham dificuldades de avançar nos estudos, reprovem e fiquem retidos nas disciplinas que dependem desse aprendizado. As reprovações ocasionam a retenção levando o aluno a ter mais dificuldade de avançar no curso. Em razão do trabalho os discentes alegam indisponibilidade de tempo para realizar as atividades referentes ao período letivo. Na condição de retidos a probabilidade de não conseguir conciliar a dependência com as disciplinas do período letivo regular e abandonar o curso

é considerável. De acordo com a realidade dos alunos que trabalham planeja-se ampliar o oferecimento das disciplinas em que os alunos estejam retidos, na modalidade semipresencial.

A monitoria é uma ferramenta pedagógica que pode contribuir para auxiliar os alunos no acompanhamento do conteúdo, minimizando a ocorrência de reprovações. O estudo mostrou que o percentual de alunos que tiveram monitoria foi baixo, apenas 17,65%. Diante dessa constatação e verificada a importância dessa ferramenta de apoio aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, cabe à instituição ampliar o número de bolsas para destinar aos alunos monitores. O professor de cada disciplina é responsável por orientar e auxiliar o monitor na preparação de atividades que serão desenvolvidas durante a monitoria.

Outros fatores que também foram citados uma vez e, talvez seja, por que de fato a maioria dos alunos evadiram dos cursos antes de realizá-lo, é o cumprimento do estágio obrigatório e a exigência da entrega do relatório final de estágio. Os cursos participantes do estudo têm em suas matrizes curriculares a exigência do cumprimento de 120 horas de estágio obrigatório. Como o Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos Técnicos de nível médio e de Graduação do IFTM - ROD determina que os alunos possuem o dobro do prazo mínimo para concluir os cursos, os discentes do concomitante, normalmente, realizam o estágio após a conclusão de todas as disciplinas.

Verificamos com a pesquisa que a porcentagem de formandos, 15,02%, é relativamente baixa o que pode indicar que quanto maior o tempo em que o aluno fica retido, seja nas disciplinas em que foi reprovado e necessita realizar as dependências, seja pela postergação da realização do

estágio e apresentação do relatório final de conclusão do mesmo, maior é a probabilidade do discente desistir de concluir o curso.

Relacionado ao estágio obrigatório propõe-se intensificar o apoio da Coordenação de Estágio e Egressos e dos orientadores de estágio aos alunos, ampliar os canais de atendimento da Coordenação de Estágio e Egressos de forma presencial, via e-mail e mídias sociais, simplificar os formulários relativos ao estágio, adequar o formato do relatório final de estágio ao ensino técnico, dar continuidade à pesquisa sobre as motivações da evasão nas demais turmas ofertadas pela instituição e realizar pesquisas com egressos para aferir o grau de satisfação dos mesmos com a formação profissional recebida.

Além da Avaliação Diagnóstica e das Monitorias é necessário ampliar o atendimento dos docentes aos alunos. Nesse atendimento é possível que o professor perceba o grau de dificuldade que os alunos apresentam nos conteúdos ministrados. Essa percepção é importante para auxiliar o docente na preparação dos materiais didáticos e na definição da metodologia a ser adotada, visando possibilitar o aprendizado dos alunos que demonstram dificuldades em determinados conteúdos.

Os evadidos citaram como fatores dificultadores da permanência nos cursos a distância entre suas residências e a instituição e a falta de transporte adequado. A escola também recebe alunos de cidades vizinhas e os mesmos dependem do transporte intermunicipal realizado pelas prefeituras municipais ou empresas de transporte privadas. No caso do transporte local, a proposta de ação para facilitar o acesso à instituição visa o aumento das opções de horários de ônibus, revisão dos itinerários e a disponibilização de ônibus expressos. Em relação ao transporte intermunicipal propõe-se que os gestores da instituição realizem visitas e/ou encaminhem ofícios aos prefeitos

das cidades vizinhas solicitando que os mesmos viabilizem o transporte aos estudantes que queiram estudar na Instituição.

Para disponibilizar maior atenção aos discentes propõe-se que seja estabelecido e haja divulgação dos horários que as Coordenações dos cursos destinam para o atendimento dos mesmos. Para ampliar o apoio pedagógico aos alunos sugere-se aos gestores que solicitem na Reitoria da instituição uma vaga de servidor para atuação no período noturno. A escola possui um refeitório para utilização dos alunos e os alimentos são fornecidos de forma terceirizada. Propõe-se ainda que os gestores e demais servidores do setor administrativo, implantem melhorias no fornecimento de alimentação para aquisição dos alunos. Foi sugerido à Direção Geral, a Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Coordenação de Administração e Planejamento que viabilizem qualificações pedagógicas para os docentes, principalmente para aqueles que lecionam na área técnica e que não são graduados em cursos de licenciatura.

Ao enviar os questionários aos alunos evadidos ocorreram alguns retornos e isso se deu em razão da desatualização dos e-mails cadastrados no sistema escolar. Esse cadastro é realizado na Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - CRCA no momento da matrícula, ou seja, quando os alunos ingressam na instituição, e essa informação comumente não é atualizada. Essa limitação contribuiu para que o número de alunos participantes da pesquisa fosse menor do que o pretendido. Diante dessa constatação, propõe-se realizar uma campanha de atualização dos dados cadastrais dos alunos a cada semestre.

Os docentes alegaram que o principal fator que resulta na reprovação, retenção nos componentes curriculares e na evasão dos alunos se relaciona com a organização pessoal e o comprometimento dos mesmos com as

atividades dos cursos. Os alunos, diante da dupla jornada de trabalho e estudos, necessitam de incentivos e motivação para o desenvolvimento das atividades didáticas e a construção do aprendizado. O professor é o principal agente incumbido dessa missão. Segundo os docentes, ações didático-pedagógicas de apoio também podem diminuir os índices de evasão e insucesso escolar.

A instituição por meio de medidas que já estão sendo realizadas e com a implantação das demais, propostas nesse estudo, busca auxiliar os alunos com o apoio e acompanhamento didático-pedagógico para possibilitar a aprendizagem e a permanência dos mesmos na instituição até a conclusão dos cursos. No entanto, para que as ações produzam os efeitos esperados é necessário que os alunos desenvolvam a consciência que precisam e devem colaborar, se empenhando e participando das atividades propostas. É necessário ainda que os gestores, docentes e demais atores escolares trabalhem conjuntamente em prol de atrair alunos, dar suporte didático principalmente àqueles que mais necessitam, possibilitando a permanência dos alunos na escola, evitando o abandono e a evasão escolar.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho teceremos algumas reflexões acerca da evasão, aqui discutida. Faremos uma retomada à pergunta inicial que levou a realização deste estudo, citaremos nossas limitações e por fim, as conclusões. Para realização da pesquisa adotou-se a metodologia qualitativa do tipo estudo de caso e a coleta dos dados se deu por meio da técnica de aplicação de questionários *online* aos alunos evadidos e aos professores do IFTM- Patos de Minas. Os dados quantitativos foram obtidos por meio de consultas às planilhas fornecidas pelo SISTEC, referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016, ao Sistema Acadêmico do IFTM, ao livro de registro de formandos e em relatórios emitidos pelas coordenações dos cursos.

A pesquisa desenvolvida buscou quantificar os alunos evadidos em nove turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio Concomitantes, sendo 04 turmas do curso de Eletrotécnica, 04 do curso de Logística e 01 do curso de Mineração, ofertadas entre 2013/2 e 2015/1. O principal objetivo do estudo foi identificar as causas da Evasão Escolar nos referidos cursos ofertados pelo IFTM – Patos de Minas. Buscou-se ainda conhecer a opinião dos docentes que lecionam na instituição, sobre a evasão verificada no referido *campus*.

A evasão foi constatada mesmo antes das aulas iniciarem, visto que das 270 vagas ofertadas nas nove turmas, 17 não foram preenchidas. Essa situação pode ser um reflexo da evasão que ocorre nos ensinos fundamental e médio, uma vez que para ingresso nos cursos técnicos o candidato deve ter cursado com aprovação o 1º ano do ensino médio. A expansão da educação profissional ocasionou a abertura de muitas unidades educacionais distribuídas por todas as regiões do país, e nelas, inúmeras opções de cursos,

fazendo que os candidatos tenham dificuldades em fazer suas escolhas. Há situações em que os alunos frequentam alguns cursos, por curtos períodos de tempo, para realizar uma experimentação, ocasionando a evasão. As vagas podem ter ficado sem preenchimento em razão das turmas terem sido ofertadas no período de implantação da instituição na cidade, quando as comunidades local e regional não tinham conhecimento da existência da mesma e nem dos cursos ofertados.

Um dos objetivos da pesquisa era contabilizar o número de evadidos nas nove dos cursos técnicos de Eletrotécnica, Logística e Mineração. O quantitativo total foi de 133 alunos, ou seja, mais da metade dos alunos que ingressaram na instituição evadiram. O referido quantitativo é considerado elevado e remete a necessidade urgente de planejar e executar ações que possam vir a prevenir ou minimizar a ocorrência da evasão. Posteriormente buscou-se traçar a evolução dos índices de evasão nas turmas ofertadas entre 2013/2 e 2015/1, cujos dados apontaram que em sete turmas os índices de evasão constatados na pesquisa de 2016 se agravaram em relação aos índices verificados em 2015. Em uma turma foi verificada uma redução do quantitativo de evadidos em 2016, comparados aos de 2015 e, em apenas uma turma os percentuais se mantiveram nas pesquisas realizadas em 2015 e 2016.

Apenas 38 alunos concluíram os cursos. Esse quantitativo foi obtido considerando os alunos pertencentes às turmas que foram alvo do estudo e que concluíram os cursos até fevereiro de 2017, inclusive aqueles que finalizaram os estudos fora do prazo regular e, após o levantamento dos dados utilizados na pesquisa, fevereiro de 2016, resultando num número inferior ao ideal.

Os resultados obtidos através do estudo demonstram que a evasão escolar é condicionada por múltiplos fatores de acordo com o preconizado na revisão bibliográfica. Dificilmente a evasão ocorre por uma motivação isolada, por vezes resulta de uma junção de fatores que levam os alunos a deixarem de frequentar as aulas. Como apontado pelos autores que referenciaram esse estudo a evasão resulta de várias motivações que se relacionam com os próprios evadidos, com a instituição de ensino e com a forma organizacional da mesma.

Procurando responder a questão principal que motivou a realização do estudo, buscou-se conhecer as motivações que levaram os alunos a interromperem os estudos. Os fatores citados pelos evadidos estão associados, primeiramente, a questões pessoais e vocacionais, seguidamente por questões didático-pedagógicas e, por fim, estruturais/administrativas da instituição. Os principais fatores motivadores da evasão citados pelos alunos se referem à incompatibilidade do horário de trabalho com o horário de estudos, a distância entre suas residências e a instituição, a indisponibilidade de tempo para estudar, mudança de interesse profissional ou pessoal, falta de aptidão para a futura profissão e problemas financeiros e familiares.

A necessidade de recursos financeiros para a subsistência induz os alunos a optarem pelo trabalho e a retardar ou não mais retomar os estudos. O desemprego no país cresce a cada dia e quem está empregado sente insegurança em deixar o trabalho para se capacitar, em razão de não haver garantias de conseguir futuramente um emprego melhor.

Posteriormente os alunos fizeram referência a fatores didático-pedagógicos, que motivaram a evasão, como excesso de atividades e tarefas, dificuldade de associar a teoria com a prática, carga excessiva de aulas, dificuldade de acompanhamento dos conteúdos e reprovação em mais de

uma disciplina. A dificuldade de acompanhar os conteúdos pode ser resultado de deficiências de aprendizagem adquiridas em séries anteriores ou, no caso da maioria dos alunos dos cursos concomitantes, por terem ficado sem estudar por algum tempo. A não aprendizagem pode resultar na reprovação e na retenção. Ambas as situações conduzem a evasão.

O grande desafio para a escola e seus gestores, segundo Benavente (1990), é promover um modo de ensinar que possibilite a aprendizagem a todos os alunos, considerando os distintos níveis de capacidade dos mesmos em assimilar os ensinamentos. Visando superar esse desafio cabe à escola apoiar e motivar os alunos a superarem suas dificuldades e limitações e para isso é muito importante o acompanhamento pedagógico.

Agindo assim a escola estará promovendo ações de *reparação*, buscando sanar as dificuldades de aprendizagem demonstradas pelos alunos e adquiridas ao longo do percurso escolar. Essa assistência pedagógica diminuiria significativamente a retenção, a evasão e, conseqüentemente, o insucesso escolar. Buscando assegurar a aprendizagem dos alunos, a escola deve rever as metodologias didáticas considerando as necessidades educativas individuais dos alunos, proporcionando maior assistência a quem precisa mais, realizando assim uma *pedagogia diferenciada* (Perrenoud, 2013, s.p).

Por fim, segundo os evadidos, fatores estruturais e administrativos da escola também motivaram suas evasões. Dentre os citados estão a falta de transporte adequado para chegar à instituição, dificuldade nos atendimentos das coordenações de cursos e/ou equipe pedagógica, dificuldade no atendimento da biblioteca e dificuldade na oferta de alimentação para aquisição dos alunos. As respostas dos evadidos demonstraram que as condições físicas e estruturais das unidades de ensino podem influenciar na

permanência ou não, dos alunos nos cursos. As mesmas indicam que devem ser realizadas ações que resultem em melhorias na acessibilidade da escola, nos serviços de atendimento, no apoio pedagógico e na estrutura física da instituição, o que segundo os evadidos, beneficiaria o aprendizado, a satisfação e a permanência dos mesmos na escola até a conclusão dos estudos.

Outro objetivo a ser alcançado com a realização do estudo foi conhecer a opinião dos docentes sobre a evasão constatada nos cursos em que os mesmos ministram aulas. De acordo com a análise do conteúdo das respostas dos docentes os principais fatores que ocasionam a retenção, reprovação e evasão dos alunos estão relacionados com a organização pessoal e comprometimento dos mesmos com os cursos e atividades propostas. Segundo os professores, deve haver maior comprometimento dos alunos com os cursos e com as atividades escolares. Além disso, os docentes acreditam que alguns fatores didático-pedagógicos como desmotivação com os cursos, deficiência na formação anterior e dificuldade de assimilar os conteúdos podem ter influenciado na decisão de evadir.

Por fim, as questões pessoais como problemas financeiros, escolha precoce da profissão; e fatores relacionados ao mercado de trabalho como desvalorização do profissional e pouca oportunidade de emprego para os egressos dos cursos, foram apontados pelos docentes como influenciadores da evasão. Os fatores apontados pelo evadidos e pelos docentes indicam que a evasão escolar, também presente na modalidade educação profissional técnica, não é somente relacionada a fatores ligados aos alunos, suas famílias e ao ambiente social em que vivem. A mesma também se relaciona a fatores e situações que ocorrem no ambiente escolar.

Para possibilitar a permanência dos alunos na instituição, de acordo com os docentes, primeiramente é preciso planejar e realizar ações didático-pedagógicas que proporcionem apoio aos alunos, utilizando recursos didáticos diversos que os auxiliem na aprendizagem, aumentando a atratividade da escola. Para execução do que está sendo proposto, os professores precisam reconhecer que são os principais agentes das referidas ações. Essas e outras ações seriam complementadas por ações organizacionais e de gestão que viabilizem capacitação e aperfeiçoamento didático para docentes e investimento em melhorias na infraestrutura institucional.

Com base nas razões identificadas, foi elaborado um Plano de Ação que será proposto aos gestores escolares, cumprindo mais um dos objetivos da pesquisa. A execução das ações visa proporcionar maior apoio e suporte educacional aos alunos aumentando as possibilidades dos mesmos permanecerem na escola. Espera-se que essas ações sejam realizadas com a participação da comunidade escolar e que as mesmas possam repercutir na minimização das taxas de evasão escolar nos cursos concomitantes oferecidos na Instituição.

As ações que compõem o Plano visam, principalmente, trabalhar preventivamente para que a evasão não ocorra. As mesmas buscam dar apoio e realizar um acompanhamento didático dos alunos que apresentam baixo rendimento e que se ausentam com frequência das aulas, sem justificativa. Apesar do que está sendo proposto para prevenir a ocorrência da evasão e, conseqüentemente, a redução nos índices obtidos, é necessário que os alunos se comprometam com a escola, com os cursos e atividades propostas.

Cabe aos alunos desenvolverem a consciência e a responsabilidade de participar das atividades escolares, uma vez que, grande parte deles é maior

de idade e não possuem mais o acompanhamento e a supervisão dos pais para esse fim. Para que isso ocorra cabe aos docentes, gestores e demais agentes escolares promover estímulos que motivem os alunos a valorizar a escola e o trabalho desenvolvido nela. Tais estímulos podem fazer com que os alunos se sintam apoiados e determinados a superar as dificuldades para continuar os estudos. Cabe ainda analisar se as metodologias e ferramentas didáticas utilizadas nas aulas são capazes de constatar e suprir as deficiências educativas apresentadas pelos alunos.

Uma das limitações encontradas nesta investigação foi a constituição da amostra uma vez que, o número de evadidos que participaram do estudo, respondendo aos questionários foi reduzido, comparativamente com o número total de evadidos dos cursos participantes da pesquisa. A desatualização dos dados dos alunos no sistema acadêmico, especificamente dos e-mails, impossibilitou que os discentes recebessem os questionários.

Assim, a amostra obtida, não permite a generalização dos resultados alcançados, constituindo um fator menos positivo e algo limitador numa investigação. Por esse motivo, o estudo terá continuidade e será realizado com as demais turmas que ingressaram nos cursos concomitantes a partir de 2015/2. Um número maior de respostas pode indicar outros fatores que motivaram a evasão e poderão ainda, direcionar outras ações de intervenção contra a evasão.

Outro fator limitador do estudo foi a escolha da opção de resposta *Outros* pelos evadidos, impossibilitando o conhecimento de tais fatores. Por fim, não obtivemos acesso à informação atual e oficial sobre os índices da evasão nacional na educação básica, para compararmos aos índices verificados nos cursos técnicos concomitantes ofertados no IFTM – Patos de Minas, não sendo possível alcançar esse objetivo.

A pesquisa bibliográfica encontrou algumas limitações, nomeadamente o número reduzido de estudos existentes sobre a evasão nos cursos técnicos de nível médio, especificadamente, na Rede Federal de Educação Profissional. Há um desconhecimento sobre os dados da evasão no Ensino Técnico. O estudo sobre a evasão escolar deve ser contínuo. O mesmo deve ser realizado fundamentando-se numa base teórica e empírica, que possibilite expandir o conhecimento dos fatores que promovem a evasão escolar no ensino técnico profissional, nas instituições públicas que ofertam esse tipo de ensino, bem como conhecer as medidas que são realizadas em prol de conter o seu avanço.

As motivações identificadas com o estudo direcionaram a elaboração de um Plano de Ação que será apresentado aos gestores da instituição. Pretende-se que essas ações sejam desenvolvidas continuamente e ajustadas à medida que o estudo se desenvolva. Espera-se que as mesmas resultem na prevenção da evasão e na redução das taxas identificadas nos cursos técnicos concomitantes ofertados pelo IFTM-Patos de Minas.

Para realização de algumas das ações é necessário recursos financeiros. É sabido que o país vive uma crise política e econômica de grandes proporções. Vivemos um momento delicado em que vários acontecimentos têm ocasionado insegurança quanto ao futuro do país, como o corte de gastos na saúde e na educação. São muitos os desafios que o ensino precisa contornar. Frente a eles estão as instituições de ensino, seus gestores e demais servidores, buscando promover educação de qualidade, garantir a permanência dos alunos nas escolas e o sucesso educativo dos mesmos.

A evasão se apresenta para os governantes e gestores escolares como um grande desafio a ser superado. Espera-se que este estudo seja o ponto de partida

para a busca contínua do conhecimento sobre as motivações que levam os alunos dos cursos concomitantes em Eletrotécnica, Logística e Mineração a evadirem. A identificação dos fatores motivadores da evasão foi realizada nas nove primeiras turmas ofertadas pela instituição, sendo necessário continuar o desenvolvimento do estudo com as demais.

Propõe-se que, em estudos futuros, se realize uma análise e uma avaliação dos resultados alcançados com as propostas do Plano de Ação de modo a suscitar uma ampla reflexão e discussão dos gestores e da comunidade escolar sobre o futuro dos cursos ofertados atualmente e sobre a possibilidade de oferecer outros, em diferentes áreas e/ou níveis.

Com este estudo pretendemos contribuir para uma melhor compreensão da evasão escolar, apostando em novas propostas de intervenção que poderão minimizar o problema.

Conscientes de que a complexidade da problemática exige um estudo interdisciplinar, que ajude a compreender as razões multifatoriais da evasão, demos alguns passos positivos na procura de soluções concretas, visando articular a teoria com a prática.

O caminho está aberto e pronto a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

- Aquino, Y. (2014). Agência Brasil. *Educação: Taxa mundial de analfabetismo cai 1% em 11 anos*. Acesso em 18 de novembro de 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-01/taxa-mundial-de-analfabetismo-cai-1-em-11-anos-mostra-relatorio>.
- Barroso, J. (1996). *Para o Desenvolvimento de uma Cultura de Participação na Escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Benavente, A. (1990). Insucesso Escolar no Contexto Português – abordagens, concepções e políticas, *Análise Social*, vol.XXV (108-109), pp. 715 – 733.
- Canali, H. (2009). A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. V Simpósio Sobre Trabalho e Educação. Acesso em 08 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducacional/CANALI.pdf>
- Charlot, B.(2000). *Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria*. Artes Médicas Sul: Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Constituição Federal nº 07 de 05 de outubro de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Acesso em 15 de outubro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Coralina, C. (2017). Frases e Pensamentos. Acesso em 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTA2Nw/>
- Creswell, J. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Editora: Artmed 2ª ed., Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Cury, C. (2002). A Educação Básica no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*. v. 23, nº. 80, p. 168-200, Campinas, São Paulo, Brasil.

Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Presidência da República. *Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25.04.2007. Acesso em 05 de agosto de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm

Dias, D. (2010). *Causas de (In) Sucesso Escolar*. Dissertação de Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.

Dore, R., & Lüscher, A. (2011). Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 41, nº 144, p. 772-789.

Favorini, L., & Lomônaco, J. (2009). *O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias*. Tese de Doutorado do Instituto de Psicologia da Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fonseca, C. (1961). *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica.

Garcia, S. (2000). O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: Trabalho e Crítica: Ed. UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Gerhardt, T., & Silveira, D. (2009). *Métodos de pesquisa*. Organizado por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120p.

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Cidades@. Patos de Minas - Minas Gerais. População Estimada*. Acesso em 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314800&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1998). *Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar*. Acesso em 09 de setembro de 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013). *Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico*. Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016). *Censo Escolar 2015 – Notas Estatísticas*. Acesso em 03 de janeiro de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36521-apresentacao-censo-escolar-divulgacao-22032016-pdf&Itemid=30192
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). *Censo Escolar 2016 – Notas Estatísticas*. Brasília, Brasil.
- Johann, C. (2012). *Evasão escolar no Instituto Federal Sul-riograndense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 2012*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Acesso em 17 de julho 2016. Disponível em: <http://www.upf.br/ppgedu/images/stories/defesadissertacaocristiane-cabral-johann.PDF>.
- Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Presidência da República. *Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública*. Acesso em 27 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. *O Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*.

Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Presidência da República. *Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.* Acesso em 04 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm.

Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Presidência da República. *Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.* Acesso em 25 de outubro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11741.htm.

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Presidência da República. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.* Acesso em 25 de outubro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11892.htm.

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Presidência da República. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.*

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Presidência da República. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.*

Libâneo, J. (2012). *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.* Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28. Acesso em 06 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>

- Lopes, L. (2006). *O marketing nas IES privadas da Bahia: um estudo sobre o nível de conhecimento e potencialidades de uso do marketing, e sobre as aspirações e necessidades dos estudantes candidatos*. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. Acesso em 17 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_mestrado_lila_reis_lopes.pdf
- Lück, H. (2009). *Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências*. Curitiba: Editora Positivo.
- Madalóz, R., Scalabrin, I., & Jappe, M. (2012). *O Fracasso Escolar sob o olhar docente: Alguns Apontamentos*. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, IX Amped Sul.
- Martins, R. (2013). *Metodologia de Pesquisa: guia de estudos*. Publicação do CEAD-Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Lavras- UFLA. Lavras/MG, 64p.
- Menezes, E., & Santos, T. (2001). *Verbete Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)*. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix. Acesso em: 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/programa-de-expansao-da-educacao-profissional-proep/>>.
- Ministério da Educação (s.a). *O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias*. Acesso em 10 de maio 2016. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf.
- Ministério da Educação (2009) - *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Acesso em 20 de agosto 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf.
- Ministério da Educação (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica 2013*. Acesso em 16 de out. 2016. Disponível

em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

Ministério da Educação (2014). *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 3ª ed., 287p.

Nóvoa, A. (2009). *Professores: imagens do futuro presente*. Educa, Lisboa, Portugal.

O Globo (2015). Renda menor faz Brasil cair uma posição no ranking de desenvolvimento humano 2015. Acesso em 16 de outubro 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/renda-menor-faz-brasil-cair-uma-posicao-no-ranking-de-desenvolvimento-humano-18287358>

Pacheco, E. (org.), (2011). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna.

Paro, V. H. (1998). *A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública*. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional Sobre Reestruturação Curricular. Porto Alegre, RS. Publicado em: Silva, L. H.(org). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998. p. 300-307.

Perrenoud, P. (2002). *Os sistemas educativos face às desigualdades e ao insucesso escolar : uma incapacidade mesclada de cansaço*. Genebra : Faculté de psychologie et des sciences de l'éducation Université de Genève.

Perrenoud, P. (2013). *“Na escola, dar mais a quem tem menos”*. Entrevista realizada durante o Congresso Internacional da Rede Católica de Ensino em Brasília, Revista Gestão Escolar, ed.24, publicado em março de 2013. Acesso em 25 de nov. 2016. Disponível em:<<http://gestaoescolar.org.br/aprendizagem/philippe-perrenoud-escola-dar-mais-quem-tem-menos-739260.shtml?page=0#>>

Pinto, A. & Delgado, P. (2014). Currículo por Competências e Sucesso Escolar no Ensino Profissional: Uma Relação por Construir. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, vol. 14, pp. 00-00.

Portal Brasil. (2015). *Educação - Ensino Técnico. Sistema S é forte aliado do empresário na capacitação de trabalhadores*. Acesso em 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>

Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016). *Expansão da Rede Federal*. Acesso em 11 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>.

Portal Mec/ Reuni. *Novas universidades e institutos federais vão abrir 850 mil vagas*. Acesso em 17 de agosto 2016. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/977-novas-universidades-e-institutos-federais-vaio-abrir-850-mil-vagas>.

Portaria Mec nº 870 de 16 de julho de 2008. Presidência da República. *Aprova o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação*. Publicado no Diário Oficial em 18 de julho de 2008.

Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013. Ministério da Educação. *Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*.

Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013. Ministério da Educação. *Dispõe sobre os campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*.

Queiroz, L. (2004). *Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar*. Acesso em 11 de janeiro 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br>.

Reinert, J. & Gonçalves, W. (2010). *Evasão Escolar: Percepção Curricular como Elemento Motivador no Ensino para os Cursos de Administração - Estudo de Caso. X Coloquio Internacional Sobre Gestión Universitaria en América del Sur, Mar del Plata, Argentina*.

Resolução nº 22, de 29 de março de 2011. Conselho Superior do IFTM. *Aprova o Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.*

Resolução nº 4, de 6 de junho de 2012. Presidência da República. *Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.*

Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Ministério da Educação. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.*

Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Presidência da República. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.* Acesso em 16 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>

Resolução nº 67 de 16 de dezembro de 2013. Conselho Superior do IFTM. *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 60/2013, que versa sobre a autorização da oferta do curso de Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica na forma concomitante e na modalidade presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Patos de Minas- 2013/2.*

Resolução nº 68, de 16 de dezembro de 2013. Conselho Superior do IFTM (2013). *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 61/2013, que versa sobre a autorização da oferta do curso Técnico de Nível Médio em Logística na forma concomitante e na modalidade presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Patos de Minas -2013/2.*

Resolução nº 91 de 16 de dezembro de 2013. Conselho Superior do IFTM. *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 84/2013 que versa sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica concomitante ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Patos de Minas- 2013/2.*

Resolução nº 98 de 16 de dezembro de 2013. Conselho Superior do IFTM. *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 91/2013 que versa sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística concomitante ao ensino médio do IFTM – Campus Patos de Minas – 2013/2.*

Resolução nº 81 de 01 de dezembro de 2014. Conselho Superior do IFTM. *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 72/2014, que versa sobre a autorização de oferta do Curso Técnico em Mineração concomitante ao ensino médio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Patos de Minas – 2015/1.*

Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014. CNE/CEB /Ministério da Educação. *Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.* Acesso em 20 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.cps.sp.gov.br/emissao-de-parecer-tecnico/resolucao-cne-ceb-1-2014.pdf>

Resolução nº 72, de 01 de dezembro de 2014. Conselho Superior do IFTM. *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 63/2014, que versa sobre o regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação do IFTM.*

Resolução nº 31 de 23 de abril de 2015. Conselho Superior do IFTM. *Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 07/2015 que versa sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do curso de Mineração, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Patos de Minas - 2015/1.*

Revista Veja. Educação. *Mais de 1 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, segundo Censo Escolar 2015.* Acesso em 23 de set. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/mais-de-1-milhao-de-jovens-de-15-a-17-anos-estao-fora-da-escola-segundo-censo-escolar-2015/>

Silva Filho. R.B., & Araujo, R. M. L (2017). *Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências*. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48.

Tokarnia, M. (2016). Agência Brasil *Educação: Estudo mostra que 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonam escola*. Acesso em 31 de outubro de 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>

APÊNDICES

1- Questionário para os alunos evadidos/2015.

Notas: 1- Você está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como objetivo principal identificar as causas da evasão escolar nos cursos Técnicos Concomitantes, ofertados pelo IFTM- Patos de Minas, com a possibilidade de propor ações que possam minimizar os índices.

2- Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados. Agradeço a participação!

OBS: Esta pesquisa foi realizada no ano anterior ao início das atividades do Mestrado em Administração de Organizações de Educativas pela ESE - Escola Superior de Educação de Porto, Portugal, no entanto as repostas obtidas foram utilizadas no estudo.

1- Informe seu CPF:

2- Informe seu nome completo:

3- Em qual curso você estava matriculado quando da desistência?

4- Você recebeu alguma bolsa acadêmica ou auxílio estudantil do IFTM?

A () Sim () Não

5- Caso você tenha recebido alguma bolsa acadêmica ou assistência/auxílio estudantil indique quais:

() PET – Programa de Educação Tutorial

() PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

() Assistência Estudantil

() Auxílio estudantil (participação em atividades/eventos e seguro de vida)

() Monitoria

() PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

() BIC Júnior

() Extensão

() Outra(s). Qual(is)?

6- Você teve aulas de monitoria no IFTM?

A () sim

B () não

7- Caso você tenha tido aulas de monitoria, que nota você daria à eficiência desse trabalho, considerando a pontuação crescente de (1) insatisfatória a (5) plenamente satisfatória?

8- Quanto a monitoria, deixe seus comentários e/ou sugestões.

9. Faça uma avaliação dos fatores abaixo descritos.

Os professores do IFTM possuem um bom nível de conhecimento;

(A) Concordo plenamente (B) Concordo

Parcialmente

(C) Discordo totalmente (D) Indeciso ou sem

opinião

Os conteúdos/programas das disciplinas são adequadamente desenvolvidos, considerando que os professores administram bem o conteúdo em relação ao tempo, todos os conteúdos previstos são ministrados e os professores explicam bem o conteúdo;

(A) Concordo plenamente (B) Concordo

Parcialmente

(C) Discordo totalmente (D) Indeciso ou sem

opinião

Há apoio e acompanhamento dos professores em casos de dúvidas sobre conteúdos trabalhados;

(A) Concordo plenamente (B) Concordo

Parcialmente

(C) Discordo totalmente (D) Indeciso ou sem

opinião

Os conteúdos/programas auxiliam na formação pessoal e profissional;

(A) Concordo plenamente (B) Concordo

Parcialmente

(C) Discordo totalmente (D) Indeciso ou sem

opinião

Os recursos didático-pedagógicos disponíveis para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso são adequados, facilitando a aprendizagem;

- (A) Concordo plenamente
Parcialmente
(C) Discordo totalmente
opinião
- (B) Concordo
(D) Indeciso ou sem

O espaço físico disponível para o desenvolvimento das atividades/aulas do curso são adequados;

- (A) Concordo plenamente
Parcialmente
(C) Discordo totalmente
opinião
- (B) Concordo
(D) Indeciso ou sem

10. Indique quais dos “fatores” didático-pedagógicos que motivaram o seu abandono do curso:

- A () Carga horária excessiva de aulas.
B () Carga horária de aulas reduzida.
C () Reprovação em mais de uma disciplina no semestre/ano.
D () Exigência de estágio obrigatório.
E () Exigência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/graduação); (Relatório Final de Estágio/Cursos Técnicos)
F () Exercícios e provas muito difíceis.
G () Excesso de atividades e tarefas.
H () Dificuldade em associar a teoria com a prática.
I () Outro. Especificar:

11. No que diz respeito às características individuais/vocação pessoal, qual(is) o(s) motivo(s) que determinaram o seu abandono do curso:

- A () Falta de aptidão para a futura profissão.
B () Mudança de interesse profissional ou pessoal.
C () Estar cursando paralelamente outro curso.
D () Desconhecimento a respeito do curso.
E () Não adaptação à Educação Profissional e Tecnológica.
F () Pela dificuldade de aprendizagem decorrente das séries anteriores.
G () Outro. Especificar:

12. Quais os motivos que levaram você a desistir do curso?

- () Problemas financeiros
() Problemas familiares
() Incompatibilidade com horário de trabalho
() Indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição
() Distância entre sua casa e a instituição
() Falta de transporte adequado para chegar a instituição
() Dificuldade no acompanhamento de conteúdos
() Dificuldade de relacionamento com professores

- Dificuldade de relacionamento com servidores/atendimento inadequado destes
- Dificuldade de relacionamento com colegas
- Mudança de cidade
- O curso não atendeu às suas expectativas
- Dificuldade no atendimento da coordenação do curso e/ou equipe pedagógica
- Dificuldade no atendimento da biblioteca
- Dificuldade no atendimento da secretaria acadêmica
- Dificuldade na oferta de alimentação pela cantina e/ou lanchonete e/ou restaurante
- Outro

13. Fatores que poderiam ter contribuído para que tivesse permanecido no curso:

- Melhor desempenho e atenção dos professores
- Apoio da instituição
- Bolsas de estudo
- Apoio da família ou dos amigos
- Melhor atendimento / tratamento recebido dos servidores administrativos da instituição.
- Outro

14- Caso você tenha marcado "Apoio da instituição" no item anterior, especifique qual o tipo de apoio:

2- Questionário para os alunos evadidos /2016.

Notas: 1- Você está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como objetivo principal identificar as causas da evasão escolar nos cursos Técnicos Concomitantes, ofertados pelo IFTM- Patos de Minas, com a possibilidade de propor ações que possam minimizar os índices. Esta pesquisa integra os estudos do Mestrado em Administração de Organizações de Educativas pela ESE - Escola Superior de Educação de Porto, Portugal.

2- Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados. Agradeço a participação!

1. Nome completo:

2. Curso e turma em que estava matriculado:

3. Quais os “fatores” didático-pedagógicos, ou seja, a maneira como o processo de ensino e de aprendizagem é conduzido pelo professor nas aulas, que motivaram o seu abandono do curso? (você poderá assinalar mais de uma alternativa).

- Carga horária excessiva de aulas
- Carga horária de aulas reduzidas
- Reprovação em mais de uma disciplina no semestre/ano
- Exigência de Estágio Obrigatório
- Exigência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Graduação); (Relatório Final de Estágio/Cursos Técnicos)
- Exigência de Atividades complementares
- Insatisfação com docentes na orientação de estágio, atividades complementares ou TCC
- Exercícios e provas muito difíceis
- Excesso de atividades e tarefas
- Dificuldade de associar a teoria e a prática
- o motivo não refere a fatores didáticos-pedagógicos
- Outros

4. No que diz respeito às características individuais / vocação pessoal, qual (is) o (s) motivo(s) que determinaram o seu abandono do curso:

- Falta de aptidão para a futura profissão
- Mudança de interesse profissional ou pessoal
- Estar cursando paralelamente outro curso
- Desconhecimento a respeito do curso

- Não adaptação à Educação Profissional e Tecnológica
- Pela dificuldade de aprendizagem decorrente das séries anteriores
- O motivo não diz respeito às características individuais / vocação pessoal
- Outros

5. Quais os motivos que levaram você a desistir do curso? (você poderá assinalar mais de uma alternativa).

- Problemas financeiros
- Problemas familiares
- Incompatibilidade com horário de trabalho
- Indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição
- Distância entre a sua casa e a instituição
- Falta de transporte adequado para chegar à instituição
- Dificuldade no acompanhamento de conteúdos
- Dificuldade de relacionamento com professores
- Dificuldade de relacionamento com servidores administrativos do IFTM ou tratamento/atendimento inadequado destes
- Dificuldade de relacionamento com colegas
- Mudança de residência ou de município
- O curso não atendeu às suas expectativas
- Dificuldade no atendimento da coordenação do curso e/ou equipe pedagógica
- Dificuldade no atendimento da biblioteca
- Dificuldade no atendimento da Secretaria Acadêmica – CRCA
- Dificuldade na oferta de alimentação pela cantina e/ou lanchonete e/ou restaurante da instituição
- Outros

6. Quais os fatores que poderiam ter contribuído para que você permanecesse no curso: (você poderá assinalar mais de uma alternativa).

- Melhor desempenho e atenção dos professores
- Bolsas de estudo / bolsas acadêmicas
- Apoio da família ou dos amigos
- Melhor atendimento / tratamento recebido dos servidores administrativos da instituição
- Adequação às necessidades formativas dos alunos
- Outro

7. Na sua opinião, o que poderia ser feito pelo IFTM para favorecer a permanência dos estudantes nos cursos e para reduzir os índices de evasão / abandono?

8. Você recebeu alguma bolsa acadêmica ou auxílio estudantil do IFTM?

- Sim ----- Não
- PET – Programa de Educação Tutorial
- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- Assistência Estudantil
- Auxílio estudantil (participação em atividades/eventos e seguro de vida)
- Monitoria
- PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
- BIC Júnior
- Extensão
- Permanência
- Outra

9. Indique o tipo de seleção pelo qual você ingressou no IFTM?

----- Sistema Unificado de Seleção – SiSU - L1 – Estudantes com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

----- Sistema Unificado de Seleção – SiSU - L2 - Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

----- Sistema Unificado de Seleção – SiSU - L3 - Estudantes que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

----- Sistema Unificado de Seleção – SiSU - L4 - Estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

----- Sistema Unificado de Seleção – SiSU - Ampla concorrência – candidato que cursou parte ou todo o ensino médio em escolas particulares ou que não optou por vaga reservada.

----- Sistema Unificado de Seleção – SiSU - PCD – Pessoas com deficiência.

----- Processo seletivo do IFTM

Adaptado de MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Revista Avaliação**, Campinas, SP, v., n. 2, p. 55-65, julho 1996.

3- Questionário para Docentes/2016.

Notas: 1- Você está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como objetivo principal identificar as causas da evasão escolar nos cursos Técnicos Concomitantes, ofertados pelo IFTM- Patos de Minas, com a possibilidade de propor ações que possam minimizar os índices. Esta pesquisa integra os estudos do Mestrado em Administração de Organizações de Educativas pela ESE - Escola Superior de Educação de Porto, Portugal.

2- Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados. Agradeço a participação!

2. Nome completo:

3. CPF:

4. Em qual (is) curso(s) e componente(s) curricular (es) você ministra aulas?

5. Qual a percentagem de estudantes aprovados por turma no(s) componente(s) curricular(es) sob sua responsabilidade:

-----Até 20% de aproveitamento

-----Entre 20% e 50 % de aproveitamento

-----Entre 50% e 70 % de aproveitamento

-----Entre 70% e 90 % de aproveitamento

-----Entre 90% e 100 % de aproveitamento

6. A partir da relação de motivos especificados abaixo, assinale os cinco (05) que você considera como os principais responsáveis pela retenção / reprovação em componentes curriculares e a evasão / abandono dos cursos no IFTM.

----- Problemas de saúde do estudante ou da família

----- Problemas financeiros ou sociais do estudante ou da família

----- Mudança de residência ou de município

- Problemas na relação escola – família
- Incompatibilidade entre os horários das aulas e os horários de trabalho
- Escolha precoce da profissão
- Realização de outro curso em paralelo
- Problemas relacionados ao processo seletivo e a política de ocupação de vagas, adotados pela instituição
- Desmotivação com o curso escolhido
- Desinformação a respeito do curso
- Curso de baixo prestígio e reconhecimento social
- Desvalorização da profissão no mercado de trabalho
- Pouca oportunidade de trabalho para egressos do curso
- Descoberta de novos interesses ou de novo processo seletivo
- Deficiência dos estudantes na formação escolar anterior
- Dificuldade na assimilação / entendimento dos conteúdos ministrados nas aulas
- Não envolvimento e comprometimento com as atividades acadêmicas propostas como, por exemplo, na realização de estudos, exercícios e trabalhos
- Dificuldade em se organizar para os estudos além da sala de aula (ter hábitos de estudo), por exemplo, realização de trabalhos escolares, estudos para as avaliações, etc.
- Indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição, além das aulas
- A Carga horária de aulas ser reduzida
- A Carga horária de aulas ser excessiva
- Desmotivação e desinteresse dos professores
- Dificuldade didática e metodológica dos professores na transmissão dos conteúdos
- Exercícios e avaliações muito difíceis
- Excesso de atividades, trabalhos e tarefas
- Dificuldade em associar a teoria com a prática

- Realizar ou cumprir o Estágio Obrigatório
- Realizar ou cumprir as Atividades Complementares
- Realizar o Relatório Final de Estágio
- Insatisfação ou deficiência na orientação de Estágio ou Atividades Complementares ou
- Currículo desatualizado e componentes curriculares desarticulados
- Deficiência na formação dos docentes
- Problemas com a gestão acadêmica do curso (horários das aulas e da oferta de disciplinas, etc.)
- Problemas com a gestão do campus ou de seus setores administrativos e financeiros
- Deficiência na infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o andamento das atividades de ensino
- Dificuldade de relacionamento com o(s) professor(es)
- Dificuldade no relacionamento com o(s) servidor(es) administrativo(s) da instituição
- Dificuldade de relacionamento com o(s) colega(s), da mesma turma ou da instituição
- Nenhuma das alternativas relacionadas anteriormente
- Outro

7. Na sua opinião, o que poderia ser feito pelo IFTM para melhorar os índices de aprovações nos componentes curriculares / disciplinas?

8. Na sua opinião, o que poderia ser feito pelo IFTM para favorecer a permanência dos estudantes nos cursos e para reduzir os índices de evasão / abandono?

Adaptado de MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Revista Avaliação**, Campinas, SP, v., n. 2, p. 55-65, julho 1996.